

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

ANDRÉA CRISTINA BATISTA DOS SANTOS

**VIVÊNCIAS DOCENTES E ATRANSIÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS
DO 5º PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**SÃO MATEUS-ES
2020**

ANDRÉA CRISTINA BATISTA DOS SANTOS

VIVÊNCIAS DOCENTES E ATRANSIÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS
DO 5º PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciência, Tecnologia e Educação, Nível de Mestrado Profissional, com área de Concentração em “Educação”, como requisito para titulação de Mestre na Faculdade Vale do Cricaré, em São Mateus – ES.

Linha de Pesquisa: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Anilton Salles Garcia.

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

S237v

Santos, Andréa Cristina Batista dos.

Vivências docentes e a transição escolar dos alunos do 5º para o 6º ano do ensino fundamental / Andréa Cristina Batista dos Santos – São Mateus - ES, 2020.

112 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: prof. Dr. Anilton Salles Garcia.

1. Vivências. 2. Contexto escolar. 3. Transição. 4. Hábitos familiares. I. Garcia, Anilton Salles. II. Título.

CDD: 371.102

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

ANDRÉA CRISTINA BATISTA DOS SANTOS

**VIVÊNCIAS DOCENTES E A TRANSIÇÃO ESCOLAR DOS
ALUNOS DO 5º PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 03 de abril de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Anilton Salles Garcia
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador

Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)

Profa. Me. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)

Profa. Dra. Isabel Matos Nunes
Universidade Federal do Espírito Santos (UFES)

Esta dissertação é dedicada, exclusivamente a Deus e à minha família, razão pela qual projeto e busco alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, “a Ele e por Ele, para sempre são todas as coisas”.

À minha família, minha base. Constituída por pessoas que me amam e a quem retribuo o mesmo sentimento de forma incondicional.

Aos professores, doutores e mestres, que compartilharam parte de seu conhecimento e experiência na docência. Em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Anilton Salles Garcia, pelos direcionamentos e sabedoria na construção desta pesquisa.

Aos funcionários da Faculdade Vale do Cricaré, pela presteza com que sempre atenderam e se dedicaram para deixar tudo preparado para as aulas do Mestrado, hierarquicamente, do mais alto ao mais simples cargo.

À direção da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Caboclo Bernardo”, pela solicitude em autorizar a pesquisa, pela colaboração de todos os envolvidos.

Muito obrigada!

Enfrentar a indisciplina da vida, portanto, exige dos profissionais da educação uma nova postura, democrática e dialógica, que entenda os alunos não mais como sujeitos subservientes ou como adversários que devem ser vencidos e dominados. O caminho é reconhecer os alunos como possíveis parceiros de uma caminhada política e humana que almejam a construção de uma sociedade mais justa, solidaria e feliz.

(Araújo, 1996).

RESUMO

A presente dissertação traz como temática vivências docentes e a transição dos alunos do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental, transição esta já desenvolvida por outros autores em outros trabalhos, mas constantemente sob a ótica da escola e dos alunos. A justificativa pela escolha do tema foi a constatação de que a atual situação educacional tem mostrado altos índices de indisciplina, reprovação, dificuldade dos alunos na transição do 5º para o 6º ano, ausência familiar na escola e no auxílio ao desempenho dos estudantes. O problema de estudo se apresenta pelo seguinte questionamento: como o docente trabalha a transição do 5º para o 6º Ano de forma disciplinada, através de reflexão, de compreensão, de organização e adequação do espaço escolar? O objetivo geral do estudo é apresentar as possibilidades de melhorar a transição dos alunos do 5º para o 6º ano da EEEFM “Caboclo Bernardo, em Barra do Riacho, Aracruz, ES. Os objetivos específicos que se busca alcançar, para se chegar ao geral, são: verificar as causas e consequências da indisciplina escolar vivenciadas na escola e o que o aluno tem consigo em hábitos familiares que transgridem as suas regras institucionais; apresentar conceitos teóricos que orientam quanto às formas elementares de trabalhar a disciplina e o processo ensino-aprendizagem no contexto escolar; compreender, através de pesquisa, como a família contribui como parceira na transição escolar do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental; elaborar um projeto de intervenção com o objetivo de combater e diminuir a indisciplina, a ausência das aulas e a reprovação, apresentando através de um projeto de intervenção, como produto final. A metodologia da pesquisa se fez através de um estudo de caso, envolvendo um questionário direcionado a alunos e professores das turmas de 6º ano. A parte final envolve a conclusão, momento em que se reafirma se os objetivos foram alcançados e se o problema obteve resposta viável, através da apresentação do produto final elaborado para sua melhoria. Para se buscar resposta e subsídios a esta pesquisa, optou-se por consultar autores que se fizessem relevantes em suas publicações sobre o tema, como: Araújo (2002), Brasil (1988, 2002), Cury (2003), Grillo (2004), Rocha (2019), Silva (2014) e outros, que, com seus estudos, ajudaram a redesenhar a temática da indisciplina escolar. Finalmente, conclui-se que a transição do 5º para o 6º ano deve ser algo natural, pois um complementa o outro. Nada que se possa ser tratado como algo ruim, penoso ou que cessa. O 6º ano não marca um início, mas a continuidade do Ensino Fundamental de 9 anos.

Palavras-chave: Vivências. Contexto escolar. Transição. Hábitos familiares.

ABSTRACT

The present dissertation has as its theme teaching experiences and the transition of students from the 5th to the 6th year of Elementary Education, a transition that has already been developed by other authors in other works, but constantly from the perspective of the school and the students. The justification for choosing the theme was the fact that the current educational situation has shown high rates of indiscipline, failure, students' difficulty in the transition from the 5th to the 6th year, family absence from school and in helping students' performance. The study problem is presented by the following question: how does the teacher work the transition from the 5th to the 6th year in a disciplined way, through reflection, understanding, organization and adequacy of the school space? The general objective of the study is to present the possibilities of improving the transition of students from the 5th to the 6th year of the EEEFM "Caboclo Bernardo, in Barra do Riacho, Aracruz, ES. The specific objectives that are sought to reach, in order to arrive at the general, are: to verify the causes and consequences of the school indiscipline experienced in the school and what the student has with him in family habits that violate his institutional rules; to present theoretical concepts that guide as to the elementary ways of working the discipline and the teaching-learning process in the school context; understand, through research, how the family contributes as a partner in the school transition from the 5th to the 6th year of Elementary School; elaborate an intervention project with the objective of combating and reducing indiscipline, absence from classes and failure, presenting through an intervention project, as a final product. The research methodology was done through a case study, involving a questionnaire directed to students and teachers of the 6th grade classes. The final part involves the conclusion, a moment in which it is reaffirmed if the objectives were achieved and if the problem obtained a viable answer, through the presentation of the final product designed for its improvement. In order to seek answers and subsidies to this research, we opted to consult authors who became relevant in their publications on the topic, such as: Araújo (2002), Brazil (1988, 2002), Cury (2003), Grillo (2004), Rocha (2019), Silva (2014) and others, who, with their studies, helped to redesign the theme of school indiscipline. Finally, it is concluded that the transition from the 5th to the 6th year must be something natural, as one complements the other. Nothing that can be treated as something bad, painful or ceasing. The 6th year does not mark the beginning, but the continuation of the 9-year Elementary School.

Keywords: Experiences. School context. Transition. Family habits.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos alunos dos 6º anos 1, 2, 3 e 4	66
Gráfico 2 – Índice de reprovação dos alunos dos 6º anos 1, 2, 3 e 4.....	67
Gráfico 3 – Interesse dos alunos dos 6º anos 1, 2, 3 e 4	68
Gráfico 4 – Acompanhamento dos pais dos alunos dos 6º anos 1, 2, 3 e 4 em sua vida escolar	69
Gráfico 5 – Ajudante do dia nas turmas de 6º anos 1, 2, 3 e 4	79
Gráfico 6 – Alunos indisciplinados dos 6º anos 1, 2, 3 e 4.....	80
Gráfico 7 – Motivos indicados pelos alunos de 6º anos 1, 2, 3 e 4 que geram a indisciplina	81
Gráfico 8 – Gravidade da indisciplina nas turmas de 6º anos 1, 2, 3 e 4	82
Gráfico 9 – Percepção das ações de sensibilização e assessorias nos 6º anos 1, 2, 3 e 4	83
Gráfico 10 – Estratégias para combater a indisciplina nos 6º anos 1, 2, 3 e 4....	83
Gráfico 11 – Medidas corretivas aplicadas nos 6º anos 1, 2, 3 e 4 em situação de indisciplina.....	84

LISTA DE SIGLAS

BIA	Bloco Inicial de Alfabetização
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DRE	Diretorias Regionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GRES	Grêmio Recreativo Escola de Samba
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG	Organização Não Governamental
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
Proerd	Programa Educacional de Resistência às Drogas
SEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SEDU	Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO FUNDAMENTAL	22
2.1.1 CURRÍCULO E ESCOLA PELA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CONSCIENTES.....	23
2.2 RELAÇÕES INTERPESSOAIS ENTRE PROFESSOR-ALUNO: QUESTÃO DE AFETIVIDADE	26
2.2.1 PARCERIA ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO DOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	28
2.2.2 ESCOLA CIDADÃ	29
2.3 DESAFIOS NA TRANSIÇÃO DO ALUNO DO 5º PARA O 6º ANO	32
2.3.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	33
2.4 PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA TRANSIÇÃO ESCOLAR DO 5º PARA O 6º ANO.....	37
2.4.1 PROCESSO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE..	52
2.4.2 CONCEPÇÕES DE DISCIPLINA NA ESCOLA.....	52
2.5 CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA INDISCIPLINA ESCOLAR	54
3 PERCURSO METODOLÓGICO	58
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR	58
3.1.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	60
3.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE CADA ETAPA QUE A INSTITUIÇÃO OFERECE	60
3.1.3 APRESENTAÇÃO DO PERFIL DAS TURMAS DE 6º ANO	61
3.2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	62
3.2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
3.2.2 SUJEITOS PESQUISADOS.....	64
3.3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS ATRAVÉS DO QUESTIONÁRIO	64
3.3.1 DIRECIONADO AOS ALUNOS	65
3.3.2 DIRECIONADO AOS PROFESSORES	70
3.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	85
3.5 PRODUTO FINAL	90
4 CONCLUSÃO	91
5 REFERÊNCIAS	94

APÊNDICES	96
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS DOS 6ºS ANOS DA EEEFM CABOCLO BERNARDO	98
APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DOS 6ºS ANOS DA EEEFM CABOCLO BERBARDO	100
APÊNDICE 3 – PROJETO GENTILEZA	101
ANEXOS	106
ANEXO 1 – REGISTRO PARA AJUDANTE DO DIA	107
ANEXO 2 – FICHA DE ACOMPANHANTE INDIVIDUAL DOS ALUNOS	108
ANEXO 3 – ATAS DE REUNIÕES NA ESCOLA	109

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação traz como temática vivências docentes e a transição dos alunos do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental, transição esta já desenvolvida por outros autores em outros trabalhos, mas constantemente sob a ótica da escola. O assunto que se propõe aqui é sob a vertente do professor, pois este profissional possui vivências significativas de contextos que se estendem por anos e que ainda geram conflitos tanto à sua prática, quanto à relação que desenvolve com os estudantes. Uma delas, é a falta de disciplina.

A disciplina severa nos remete a uma tendência pedagógica que pouco contribuiu no processo de desenvolvimento da criança, a pedagogia liberal tradicional. Nela, o aluno era visto como um ser frágil e sujeito à corrupção, com pouca participação durante as aulas. O professor era caracterizado como autoritário e detentor do saber. Os conteúdos eram totalmente desvinculados da realidade social da época, e não muito significativos para a formação dos estudantes. A disciplina escolar estava relacionada à passividade, ao silêncio, à organização e à imobilidade dos alunos, concebida como um “controle de sala”.

Atualmente, a prática docente voltada à disciplina é outra, a de um professor mais flexível e próximo, que dialoga com seus alunos e, ao mesmo tempo, que encontra, em sala de aula, discentes sem limites, indisciplinados e desinteressados pelos estudos, em grande maioria.

O problema de estudo se apresenta pelo seguinte questionamento: como o docente trabalha a transição do 5º para o 6º Ano de forma disciplinada, através de reflexão, de compreensão e de organização e adequação do espaço escolar?

A justificativa pela escolha do tema foi a constatação de que a atual situação educacional tem mostrado altos índices de indisciplina e de reprovação nas escolas, associados às turmas de 6º ano.

Outra justificativa é que a formação adquirida pelos profissionais da educação nas instituições de Ensino Superior, não é suficiente para subsidiá-lo ao enfrentamento e combate das dificuldades geradas pela transição do 5º para o 6º ano. Faz-se necessário o aperfeiçoamento através de outras capacitações ou palestras desenvolvidas por especialistas no assunto.

A terceira justificativa para a realização desta pesquisa é constatar que as famílias, em grande parte, se afastam da escola, quando os filhos passam do 5º

para o 6º Ano, diminuindo o vínculo com a instituição de ensino., imaginando que os alunos se tornam mais autônomos nos anos finais do Ensino Fundamental.

Percebe-se o aluno indisciplinado como o que apresenta atitudes violentas contra outros alunos e professores. Xingar, apelidar, amedrontar, bater, ferir, furtar, entre outras, não podem ser consideradas como meras atitudes de imaturidade ou brincadeiras, pois ferem o direito do próximo (COLOMBIER, MANGEL, PERDRIAULT, 1989).

Outro fator relevante, que pode resultar na indisciplina na escola, é a falta da estrutura familiar. Antes de qualquer crítica em relação ao fato, faz-se necessário avaliar todo o contexto onde a criança está inserida. Quando é submetido a situações que o incomodam, o aluno reage com um comportamento inadequado, muitas vezes demonstrando agressividade. Isso ocorre porque ele está começando a desenvolver sua personalidade através da expressão de suas escolhas ou sentimentos. Esses comportamentos indicam contestação a regras ou limites impostos pelos adultos.

A violência é outro fator de risco da indisciplina, que pode ocorrer entre os próprios alunos, como também entre funcionários e alunos. A disciplina é a base para a realização pessoal e profissional. Quando ela não se faz presente, surge como resultado o desrespeito, as agressões físicas e verbais e o bullying (COLOMBIER, MANGEL, PERDRIAULT, 1989).

Para o corpo discente, violência representa agressão física, simbolizada, por exemplo, pelo estupro, brigas em família e falta de respeito entre as pessoas; já para o corpo docente, a violência se configura como descumprimento das leis e a falta de condições materiais da população, associando à miséria, à exclusão social e ao desrespeito ao cidadão. Falar de violência social é abordar um assunto presente em nosso cotidiano. Tal situação é relatada por muitas pessoas em nosso dia a dia, em diversos espaços e esferas sociais.

A relação entre indisciplina escolar e violência social se dá quando analisamos os dados dos altos índices de apreensões de menores infratores. Alunos indisciplinados, geralmente, apresentam baixo rendimento escolar, e desinteresse em aprender, sendo assim, grandes são as possibilidades de evasão. Para esse aluno, a escola é um ambiente extremamente desconfortável e desinteressante, quando este fator se une à desestrutura familiar, como consequência, tem-se um jovem exposto à marginalidade.

Segundo Colombier, Mangel e Perdriault (1989), a violência que as crianças e os adolescentes exercem é, antes de tudo, a que seu meio exerce sobre eles. A criança reflete na escola as frustrações do seu cotidiano.

É nesse contexto que destacamos, segundo Colombier, Mangel, Perdriault (1989) os tipos de violência praticados dentro da escola:

- Violência contra o patrimônio - praticada contra a parte física da escola. " É contra a própria construção que se voltam os pré-adolescentes e os adolescentes, obrigados que são a passar neste local oito ou nove horas por dia." (COLOMBIER, MANGEL, PERDRIault, 1989)
- Violência doméstica - praticada por familiares ou pessoas ligadas diretamente ao convívio diário do adolescente.
- Violência simbólica - que a escola exerce sobre o aluno quando o anula sua capacidade de pensar e o torna um ser capaz somente de reproduzir

A violência simbólica é a mais difícil de ser percebida ... porque é exercida pela sociedade quando esta não é capaz de encaminhar seus jovens ao mercado de trabalho, quando não lhes oferece oportunidades para o desenvolvimento da criatividade e de atividades de lazer; quando as escolas impõem conteúdos destituídos de interesse e de significado para a vida dos alunos; ou quando os professores se recusam a proporcionar explicações suficientes, abandonando os estudantes à sua própria sorte, desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p.335).

A violência simbólica também pode ser contra o professor quando este é agredido em seu trabalho pela indiferença e desinteresse do aluno (ABRAMOVAY; RUA, 2002)

- Violência física - que envolve a agressão física entre alunos ou entre professor e aluno e vice-versa. "Brigar, bater, matar, suicidar, estuprar, roubar, assaltar, tiroteio, espancar, pancadaria, neguinho sangrando, Ter guerra com alguém, andar armado e, também participar das atividades das gangues (ABRAMOVAY et al.,1999)".

Em grande parte das escolas os professores sofrem com o problema de alunos indisciplinados, desinteressados, com notas abaixo da média, e com um desempenho que poderia ser muito melhor. Melhorar o desempenho dos alunos, como todo professor sabe, não é tarefa fácil, mas é possível adotar algumas estratégias que resultam em efeitos significativos na busca por fazê-los aprender mais e melhor.

Uma das consequências causadas pela indisciplina é o baixo rendimento escolar, devido a interrupções durante as aulas. A prática de conversas paralelas e fora do contexto dos conteúdos causam um tormento no processo de aprendizagem, e transformam a sala de aula em um ambiente desconfortável, desagradável e desfavorável para o aprendizado.

A violência e a indisciplina que ocorrem no interior de nossas escolas interferem de forma significativa na qualidade e no aprendizado dos alunos, a aula é interrompida em diversos momentos, prejudicando o rendimento de todos, sem contar o tempo que o professor perde para resolver os conflitos e dar encaminhamentos para a orientação educacional. Sabemos que muitos professores não estão recebendo formação adequada para isso. (VAGULA, RAMPAZZO e STEINLE, 2009, p.84).

Com base nesse contexto, a presente pesquisa surgiu na EEEFM "Caboclo Bernardo" devido ao índice elevado de alunos considerados indisciplinados e com reprovação nos 6º anos, do turno vespertino, evidenciando ampliar o conhecimento e a compreensão acerca da indisciplina no contexto escolar, identificando suas causas, analisando as sérias consequências e apresentando estratégias para combater esse problema educacional. Diante da realidade da escola, faz-se necessária a elaboração de um projeto de intervenção com o objetivo de melhorar a transição dos alunos do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental, diminuindo os índices de indisciplina, falta e reprovação.

O envolvimento da família também se faz necessário, sendo uma ação conjunta através da parceria escola/família. Para enfrentar o problema da indisciplina, educadores devem utilizar estratégias diversas dentro da sala de aula que vão desde as atitudes com caráter punitivo - como repressão verbal - até os elogios para os comportamentos adequados. Entretanto, vale ressaltar que a indisciplina não deve ser realçada, ou seja, os alunos precisam compreender e refletir sobre atitudes que sejam construtivas, disciplinadas e que auxiliam a todos em sua atuação escolar.

Desse modo, faz-se necessária uma formação que venha a dar subsídios ao professor, que o auxilie de modo que possa agir com segurança diante do comportamento inadequado dos alunos. Para isso, a análise do comportamento se torna uma importante ferramenta.

A escolha do tema apresentado nesta pesquisa se fundamenta na necessidade de realizar um estudo para desenvolver novas práticas para a

melhoria dos impactos pedagógicos vivenciados pelos alunos e professores nesse momento de transição do 5º para o 6º ano. Nele se definem, historicamente, as mudanças que durante a vida escolar dos alunos, vem ocorrendo, na transição do quinto para o sexto ano do Ensino Fundamental.

Essa temática diz respeito à transição do 5º para o 6º ano, fator que aumenta a indisciplina na escola e o baixo índice de rendimento, confrontando as teorias relacionadas às causas, ao combate e as sérias consequências geradas por esse problema. Segundo Ferreira (1999) a palavra indisciplina significa: falta de disciplina, desobediência, rebeldia.

O combate à indisciplina tem sido um processo difícil, considerando que a escola necessita do apoio da família para que consigam, juntas, atingir seus objetivos. A análise dos fatos é muito mais complexa do que questionar o comportamento inadequado apresentado pela criança ou adolescente. Faz-se necessário, portanto, um estudo mais aprofundado buscando descobrir a raiz do problema.

A pesquisa apresenta propostas para descobrir e atuar de maneira eficaz, melhorando a transição do 5º para o 6º ano, melhorando a disciplina escolar, utilizando uma metodologia diversificada, para que o professor possa ter um trabalho efetivo dentro da sala de aula. Trabalhar conteúdos relacionados à autoestima, o respeito e à solidariedade, ajudam na formação da personalidade dos alunos.

A parceria entre escola e família também é um ponto positivo no combate à indisciplina, pois o aluno está presente nesses ambientes, tornando-os, assim, espaços de aprendizagem. Segundo Cury (2003), a família traz segurança para a criança, e essa auxilia na formação de um adulto confiante.

É expressivo o número de profissionais da educação que estão sendo afetados psicologicamente, e até, muitas vezes, afastados de suas funções por causa de males causados pela indisciplina. O aluno não deve ser um agente passivo, pois a conversa entre alunos na sala de aula nem sempre representa falta de disciplina, a troca de informações e experiências são necessárias na formação da personalidade do estudante, assim como pode representar transferência de conhecimento e, por conseguinte, melhoria do desempenho do aluno.

Atitudes de amizade, de compromisso, de tolerância e afeto necessitam ser

tomadas não somente pela escola, mas também pelo aluno e pela família. É fato que essa transição, do 5º para o 6º ano, muda de forma geral a rotina do aluno, pois nessa fase eles experimentam sentimentos diversos, tais como dificuldades de adaptação, o aumento da quantidade de professores, bem como de angústia e encanto diante do novo ambiente.

Essa transição acontece em outras transformações pelas quais os educandos estão vivenciando nessa faixa etária. A criança inicia o sexto ano, entre 10 a 11 anos, que é a fase da vida que intermedia a infância com a idade da adolescência. Essa fase tem como característica o desenvolvimento biológico, psíquico e social.

Conforme destacado por Cajado (1968 p.27):

A nova consciência do corpo estimula essencialmente novos sentimentos e novos pensamentos, que exigem notável mudança na sua integração. Parece-nos apropriado, a esta altura, tomar nota dos fenômenos psicológicos e sociais que decorrem quase diretamente das mudanças anatômicas e fisiológicas da puberdade.

Em decorrência dessas mudanças existentes, demonstram-se os benefícios concernentes ao desenvolvimento escolar que é semelhante à subida de uma escada, à medida que o aluno atinge cada um desses degraus, ele necessita se adaptar e interagir com novos conteúdos e exigências. O processo de adaptação provoca mudanças e transformações internas que são refletidas no comportamento e na sua maneira de pensar e de agir.

De acordo com Vygotsky, (1998, p.44):

A transição, no desenvolvimento para formas de comportamento qualitativamente novas, não se restringe a mudanças apenas na percepção. A percepção é parte de um sistema dinâmico de comportamento; por isso, a relação entre as transformações dos processos perceptivos e as transformações em outras atividades intelectuais é de fundamental importância.

A passagem do 5º para o 6º ocasiona, nos alunos, medo e angústia, o que explica os altos índices de repetência no sexto ano. Por isso, há uma necessidade da família acompanhar a criança/adolescente, na vida escolar, nesse momento de transição.

De acordo com Bock, (2002, p. 252):

[...] a família reproduz, em seu interior, a cultura que a criança internalizará. É importante considerar aqui o poder que a família e os

adultos têm no controle da conduta da criança, pois ela depende deles para sua sobrevivência física e psíquica.

No entanto, os elementos que marcam essa transição, ficam invisíveis em meio ao turbilhão de informações e acontecimentos que ocorrem diariamente nas escolas. Mudanças atitudinais necessitam ser tomadas não somente pela escola, mas também pelo aluno e pela família.

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 2º, reza que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A lei dá garantias de direitos a todos os cidadãos. Quando criança, a família é a principal responsável em oportunizar, juntamente com a escola e o Estado, para que as crianças e adolescentes possam usufruir desses direitos.

No que se refere à mudança do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II, ou seja, do 5º para o 6º ano tem-se observado uma queda de desempenho dos alunos cujas causas são diversas e muito relacionadas com o contexto social e falta de participação da família. Dentre elas, estão: a formação dos professores, a participação da família no acompanhamento dos filhos e as estratégias metodológicas utilizadas em sala de aula.

O objetivo geral do estudo é apresentar as possibilidades de melhorar a transição dos alunos do 5º para o 6º ano da EEEFM “Caboclo Bernardo, em Barra do Riacho, Aracruz, ES.

Os objetivos específicos que se busca alcançar, para se chegar ao geral, são:

- Verificar as causas e consequências da indisciplina escolar vivenciadas na escola e o que o aluno tem consigo em hábitos familiares que transgridem as suas regras institucionais;
- Apresentar conceitos teóricos que orientam quanto às formas elementares de trabalhar a disciplina e o processo ensino-aprendizagem no contexto escolar;
- Compreender, através de pesquisa, como a família contribui como parceira na transição escolar do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental;
- Elaborar um projeto de intervenção com o objetivo de combater e diminuir a

indisciplina, a ausência das aulas e a reprovação, apresentando através de um produto final.

A pesquisa estrutura-se em capítulos, de maneira a melhor se apresentar cada uma das etapas desenvolvidas durante os meses de pesquisa bibliográfica e de campo. O Referencial Teórico, segundo capítulo, traça, inicialmente, o contexto histórico das disciplinas do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). Prosseguindo, abordam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN"s) para o Ensino Fundamental II. As relações interpessoais entre professor-aluno são abordadas e, em seguida, dando continuidade, abrange-se a transição do aluno do 5º para o 6º ano e os desafios que há. Finalmente, nessa etapa do referencial da dissertação, fala-se a respeito da relevância da participação da família para melhoria da transição do 5º para o 6º ano, bem como em seu desempenho escolar.

O presente trabalho pretende tratar essas causas de forma quali- quantitativa e apontar abordagens de solução tomando-se como objeto de estudo a transição do 5º para o 6º ano na EEEFM Caboclo Bernardo.

Prosseguindo, no terceiro capítulo é descrito o percurso metodológico - Estudo de Caso - em que se desenvolveu a caracterização da unidade escolar, com dados relevantes para a identificação da instituição participante. Em seguida, são apresentados os objetivos específicos de cada etapa que a instituição oferece. Procedeu-se a apresentação do perfil das turmas de 6º ano, foco deste trabalho. A organização curricular e o processo de articulação institucional com a família e a comunidade encerram essa etapa da pesquisa de campo. O segundo momento desta, envolve seu desenvolvimento, onde se enfocam os procedimentos metodológicos, a apresentação dos sujeitos pesquisados e a apresentação dos dados coletados através do questionário elaborado. Nesse momento, já de posse dos dados, é feita a análise e a discussão dos dados coletados.

Por fim, o quarto capítulo envolve a apresentação do produto final com suas oportunidades de melhorias e a conclusão da dissertação, momento em que se reafirma se os objetivos foram alcançados e se o problema obteve resposta viável.

Para se buscar resposta e subsídios a esta pesquisa, optou-se por consultar autores que se fizessem relevantes em suas publicações sobre o tema, como: Araújo (2002), Brasil (1988, 2002), Cury (2003), Grillo (2004), Rocha (2019), Silva (2014) e outros, que, com seus estudos, ajudaram a redesenhar a temática em questão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental é um dos níveis da Educação Básica no Brasil. É obrigatório, gratuito (nas escolas públicas), e atende a crianças a partir dos 6 anos de idade. O objetivo do Ensino Fundamental Brasileiro é a formação básica do cidadão. Para isso, segundo o artigo 32º da LDB, é necessário:

- I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996).

Desde 2006, a duração do Ensino Fundamental, que até então era de 8 anos, passou a ser de 9 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9395/96) foi alterada em seus artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006, que ampliou a duração do Ensino Fundamental para 9 anos, estabelecendo como prazo para implementação da Lei pelos sistemas de ensino, o ano de 2010.

O Ensino Fundamental passou, então, a ser dividido da seguinte forma: os Anos Iniciais – compreendem do 1º ao 5º ano, sendo que a criança ingressa no 1º ano aos 6 anos de idade; os Anos Finais – compreendem do 6º ao 9º ano.

Os sistemas de ensino têm autonomia para desdobrar o Ensino Fundamental em ciclos, desde que respeitem a carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas em, no mínimo, 200 dias letivos efetivos.

O currículo para o Ensino Fundamental Brasileiro tem uma Base Nacional Comum Curricular, que deve ser complementada por cada sistema de ensino, de acordo com as características regionais e sociais, desde que obedeçam às seguintes diretrizes:

- I - A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III - Orientação para o trabalho;

IV - Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais (ART. 27º, LDB 9394/96).

A responsabilidade pela matrícula das crianças, obrigatoriamente aos 6 anos de idade, é dos pais. É dever da escola, tornar público o período de matrícula.

Além da LDB, o Ensino Fundamental é regrado por outros documentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), a Base Nacional Comum Curricular (2016), os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e as legislações de cada sistema de ensino.

A escolarização tem sido um ideal perseguido pelas sociedades modernas. Onde a educação não é uma realidade, tem-se buscado alcançá-la, onde já existe tem-se buscado melhorá-la com projetos, programas, formação docente, recursos e outros.

O século XX foi responsável por grandes transformações na educação, pois esta passou a ser vista como indispensável ao desenvolvimento econômico. Investir em educação tornou-se universal e palavra de ordem nas ações político-institucionais, sendo tratada como meta em países em desenvolvimento, mas também desenvolvidos.

O Brasil é um país em desenvolvimento e, como tal, passou a buscar a universalização do ensino obrigatório. Para tanto, a Constituição Federal trata do tema nos seguintes termos “educação pública e com qualidade para todos”. Apesar da Carta Magna ter sido promulgada em 1988, apenas em 1996 o país passou a tratar o Ensino Fundamental especificamente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) trata do Ensino Infantil ao Ensino Médio e compõe a Educação Básica, que fora ampliada em sua obrigatoriedade em 2009, passando a ser de 04 até os 17 anos de idade.

Apesar das diretrizes educacionais terem sido traçadas de forma atrasada, segundo o Censo Demográfico, o país tem alcançado bons números, tendo em vista que os dados de 2010 apontam que 96,9% das crianças de 7 a 14 anos têm sido atendidas por instituições de ensino.

2.1.1 Currículo e escola pela formação de cidadãos conscientes

A educação brasileira contemporânea aponta para uma extensa gama de

conteúdos programáticos, de metodologias dinamizadas, estudos e mais pesquisas indicando a necessidade de inovar, de levar até o aluno o que de melhor se pode fazer, proporcionando-lhe aulas prazerosas e didaticamente variadas.

Toda essa ideologia passa a ser convincente e até certo ponto chega a incutir nos educadores que essa dinâmica curricular atual é a mais adequada, a melhor, e a que deve ser seguida sequencialmente.

Dessa forma, o que se constata, na realidade, é um currículo pronto – não se sabe até que ponto o professor participou de sua elaboração – que passa a integrar as salas de aulas das escolas do meio urbano e do meio rural, indistintamente. Ora, parece até comum dizer que as realidades são bem diferentes, bem como a clientela a quem ele se dirige. Mas é o que se aplica (MORIN, 2000).

O que se observa é o professor de Ensino Fundamental buscando adequar os conteúdos programáticos ao que seus alunos almejam aprender. Isso ocorre devido ao fato de existir um Currículo único que abranja o todo.

Para Esteves (2004), as teorias progressistas, em alguns aspectos, transcorrem para uma perspectiva curricular pós-moderna, de transformação e orientada para o processo. A educação e o currículo tomaram para si alguns conceitos de sistema aberto/fechado. As ideias modernistas sobre o currículo adotaram a versão fechada que define o bom ensino como transmissão de conhecimento. O sistema aberto, por outro lado, visa à transformação e é orientado para o processo.

Entende-se que essa ideia de currículo só pode ser aceita se forem definidos critérios para escolhas dos conteúdos, das habilidades e competências que contribuam na formação dos alunos.

Percebe-se que o atual currículo está ainda estruturado através de disciplinas. Essa forma de estruturação do saber ocorreu basicamente no século XIX. Mas, antes disso, no século XVI, o currículo chegou às escolas de forma segmentada, ordenada e hierarquizada cujos conteúdos mantinham-se descontextualizados da prática (ESTEVES, 2004).

Ao que diz respeito às condições de ensino-aprendizagem, um dos principais aspectos a se considerar, no currículo em ação é a organização do tempo e do espaço escolares. São dois pontos indissociáveis de um mesmo processo, o ensino e a aprendizagem precisam ser vistos nas suas necessidades

fundamentais, que vão além das salas de aula e dos limites escolares. O ensino se refere à formação (inicial e continuada) e inclui o preparo, a execução e a avaliação das atividades. O tempo de aprendizagem exige que se considerem os diferentes ritmos e experiências, carecendo de diferentes oportunidades, para a devida mediação entre o que o aluno consegue realizar sozinho e aquilo que exige a mediação pedagógica do docente. Relacionados aos diferentes tempos, há que se adaptem os adequados espaços, com os recursos necessários (GADOTTI, 1999).

Quando se fala em currículo, aborda-se a seleção, sequenciação e dosagem de conteúdos da cultura a serem desenvolvidos em situações de ensino-aprendizagem. Compreende conhecimentos, ideias, hábitos, valores, convicções, técnicas, recursos, procedimentos, símbolos, etc., organizados em conjuntos de matérias/disciplinas escolares e respectivos programas, com indicações de atividades/experiências para sua efetivação e avaliação.

Para Morin (2000), na prática, o currículo tem se mostrado uma espécie de reinvenção da cultura. A elaboração e a implementação do currículo resultam de processos conflitantes, com decisões necessariamente negociadas. Ou melhor, a principal negociação ocorre na relação pedagógica quando professores redefinem o programa, segundo as características de cada turma, nas condições (possibilidades e limites seus e dos alunos/as) para desenvolvê-la e vão frequentemente modificando-a, a partir do modo como os alunos respondem ao que lhes é ensinado. A organização do currículo consiste, portanto, no conjunto de atividades desenvolvidas pela escola, na distribuição das disciplinas/áreas de estudo (as matérias, ou componentes curriculares), por série, grau, nível, modalidade de ensino e respectiva carga-horária – aquilo que se convencionou chamar de “grade curricular”.

Ao que tudo indica, o currículo auxilia no trabalho docente, pois a partir dele são estruturados os planos de ensino e de aula, em que os professores trabalharão com suas turmas (MORIN, 2000).

Deseja-se, aqui, indicar o quanto o currículo e o planejamento das aulas são importantes no que tange ao controle da indisciplina, pois direcionam as atividades e as propõem conforme os alunos se desenvolvem. Isto é, nas turmas em que os alunos são mais agitados devido a sua agilidade nas tarefas, as atividades devem

ser com um grau maior de dificuldade ou numa proporção maior; nas turmas mais lentas e de difícil assimilação, as atividades devem ser em menor proporção e com um grau de dificuldade menor. É necessário que o aluno se sinta cobrado, para que obtenha responsabilidade pelo que faz. No entanto, deve-se ensinar a criança, que tem responsabilidades a serem cumpridas e nem sempre receberá recompensas, como grande parte dos pais e educadores costuma fazer a cada boa atitude que a criança/adolescente toma (PENIN, 1993).

Conforme Rangel (2003), deve-se ter em mente que o currículo e as atividades não devem ser elaborados como forma de punir os alunos indisciplinados, de deixá-los mais tempo sentados resolvendo-as; mas como forma de melhor programar atividades mais direcionadas a cada nível de ensino. Tal dinâmica dá muito trabalho, mas bem menos que ameaçar, gritar, agredir ou ser agredido por alunos que não têm o que fazer em sala. Uma turma desocupada realmente não saberá como se comportar, até porque está se falando de crianças e adolescentes cheios de vigor.

Para Makarenko (1992, p. 25), a escola não pode ser confundida com um “caos anárquico” onde cada um faz o que quer. Ao contrário, o papel da escola é exigir o máximo possível do aluno e, ao mesmo tempo, distingui-lo com o maior respeito possível.

Mesmo que o currículo e a escola estejam se dedicando para o bem-estar e disciplina do educando, fica claro que o papel da família na educação do filho é de suma importância, desde muito pequeninos eles aprenderão o que os pais os ensinarem. Se forem desprezados, aprenderão a desprezar, se viverem num ambiente cheio de discórdias, espalharão esse sentimento por onde passarem e se forem amados e aceitos, aprenderão a amar e serem solidários com o próximo, etc.

2.2 RELAÇÕES INTERPESSOAIS ENTRE PROFESSOR-ALUNO: QUESTÃO DE AFETIVIDADE

A sala de aula é um ambiente que se diferencia de qualquer outro local de trabalho. Para ser professor não basta saber conteúdos e ter amor pela profissão, é necessário construir uma relação de confiança com o aluno, pois o papel do docente influencia a vida discente de forma direta.

Segundo Grillo (2004), “o ensino do professor envolve sua totalidade; a prática é resultado do saber, do fazer e principalmente do ser, significando um compromisso consigo mesmo, com o aluno, com o conhecimento e com a sociedade e sua formação (p. 78).

O vínculo afetivo, de forma ética e saudável, entre professor e aluno é fundamental para que o processo de ensino-aprendizagem seja prazeroso tanto para o professor como para os alunos. A intimidade permite o docente cobrar mais de seu educando sem ser visto como um carrasco; e os alunos, ao sentirem confiança no professor, tentarão não desapontá-lo. Portanto, ele deve desenvolver, de forma equilibrada, sua relação com seus alunos aprendendo, não só a dizer, mas a ouvir para, em conjunto, buscar soluções adequadas para o melhor desenvolvimento educacional.

A construção de uma relação de respeito, afeto, admiração mútua, confiança e valores morais, contribuem para a formação de cidadãos responsáveis e solidários. E é na escola onde começam a surgir as primeiras práticas sociais, visto que, na maioria das vezes, antes de chegar ao ambiente escolar, o aluno só mantém contato com o ambiente familiar.

Dessa forma, podemos dizer que os afetos estão presentes em muitos estados de nossa vida, como, por exemplo, o prazer e o desprazer. Eles servem de critério de valorização, de avaliação das situações de nossa vida, ou melhor, eles ajudam a preparar nossas ações, participando ativamente da percepção que teremos das situações, tanto as vividas como aquelas que planejamos. (...) A emoção é um elemento de expressão que inclui aspectos orgânicos ao qual o professor deve estar atento. Quando o componente emocional é exacerbado, há uma tendência à inibição do componente intelectual, e vice-versa, o que pode dificultar a aprendizagem do aluno. As emoções têm um papel preponderante no desenvolvimento da pessoa, pois a partir delas é que demonstramos nossos desejos e vontades (CHIARATTI, GONÇALVES e RICIÉRI, 2014, p.67).

Estabelecendo essas relações, o processo de aprendizagem se torna coeso e produtivo, minimizando os conflitos e mantendo a harmonia no ambiente. Claro que para se ter um resultado positivo em relação a construção da afetividade no educando, a escola necessita da contribuição da família. A relação de cuidado e carinho que o estudante recebe, no seio familiar, complementará a formação da personalidade que este revela no ambiente escolar, através da sua convivência com os demais alunos e professores.

Entretanto, deverá o professor levar em consideração a particularidade de

cada aluno, pois cada indivíduo traz consigo uma história pessoal com experiências vividas em família e sociedade. O diálogo é fundamental para que o estudante se sinta confortável em compartilhar suas dificuldades e mostrará, por parte do professor, sua boa vontade para entender e respeitá-lo.

Portanto, cabe ao professor orientar seus alunos sobre a importância da comunicação no processo de aprendizagem, dando margens a debates saudáveis, estimulando o discente a construir suas próprias argumentações. Relações próximas tornam esse processo mais fácil e potencializado.

2.2.1 PARCERIA ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO DOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Do 5º para o 6º ano, a faixa etária predominante é a de 10 a 12 anos, idade em que a criança também está em transição para a adolescência, fase da vida em que esses indivíduos passam pelo conflito de deixar a infância e ingressar numa outra etapa de vida. Essas divergências pessoais também afetam a escola, pois alguns estudantes se comportam ainda como infantes e outros, mais amadurecidos, já se assumiram como adolescentes. As relações pessoais ficam mais complicadas e a atuação tanto da família, quanto da escola, se dificultam.

A escola, sempre um tanto ultrapassada em relação às informações que o mundo oferece, não está totalmente preparada para receber alunos críticos, ativos, que não se conformam em passar horas e horas sentados ouvindo as explicações de seus professores, uma vez que já dominam meios bem mais avançados que o quadro e o giz utilizados como recursos dos docentes.

O professor, ou a grande maioria deles, por falta de tempo – devido a uma jornada excessiva de trabalho – ou por qualquer outro motivo, passa a não acompanhar o que a mídia, assim como os veículos disponíveis na Internet, mostra aos seus alunos, fazendo com que suas aulas sejam repletas de ideias ultrapassadas, com informações antigas, que não interessam aos alunos.

A família, por sua vez, preocupada em oferecer aos filhos o que não obteve dos seus pais, acaba por deixá-los a mercê de informações que sequer, por curiosidade, conhecem.

Além disso, as famílias simplesmente passam adiante a responsabilidade que deveriam ser delas fazendo com que os professores cumpram um papel

duplo: pais e professores, mesmo sabendo que essa não é a sua função. “[...] O trabalho familiar diz respeito à moralização da criança [...]. A tarefa do professor, por sua vez, não é moralizar a criança. [...]” (AQUINO, 1998).

Ora, se a família e a escola, instituições sociais prioritariamente capazes de educar e orientar esses indivíduos não fazem, quem fará?

Tal agravante prejudica o desempenho na escola, devido à saturação das aulas; bem como prejudica em casa, com a falta de comunicação entre pais e filhos.

Espera-se, pois, que a família participe mais ativamente das atividades escolares de seus filhos e que a escola se preocupe menos em cumprir com o programa de ensino que lhe serve de base para a educação que está desenvolvendo atualmente.

Pires (1999) explica que “Antes, a família era cúmplice da escola. Hoje deposita suas funções e delega suas responsabilidades a ela, porém a critica. Cada vez mais os alunos vêm para a escola com menos limites trabalhados pela família”.

É imprescindível que a escola busque por menos conteúdos e se aproxime mais das pessoas que estão ali, como que pedindo um pouco de atenção.

Não é admissível que se busquem culpados pelo fracasso por que a educação vem passando, haja vista que todos têm uma parcela de culpa. Porém, a escola precisa se mostrar mais humana, mais acolhedora, mais próxima do aluno e mais convidativa às famílias, que saiba preparar um currículo que aponte para a vida e não para os livros.

Percebe-se que é hora de assumir a responsabilidade e agir em prol da qualidade da educação e da vida, em todos os sentidos. Afinal, não são somente pessoas, números que estão ali, mas cidadãos, com direitos e deveres estabelecidos.

2.2.2 ESCOLA CIDADÃ

Quando se fala em educação de qualidade, revolução do ensino, disciplina e escola cidadã, é necessário compreender o que de fato significam professor e aluno nesse contexto.

Ora, para muitos, professor é quem ensina e aluno é quem aprende. Alguns

até arriscam dizer ao aluno “você está aqui para aprender” (em algum momento do cotidiano da sala de aula). Mas ensinar o quê? E a quem? Aprender o quê? E com quem? E finalmente, para quê? Quais os objetivos traçados para o que se ensina na escola?

As novas estratégias de ensino-aprendizagem se contradizem, ou melhor, se igualam a algumas utilizadas no passado, quando não há, de fato, boas relações humanas no ambiente escolar. São momentos infelizes que trazem à tona contextos históricos em que o aluno deveria se anular (enquanto possuidor de uma gama de conhecimentos sociais, natos, ou de outra forma) para assimilar os conteúdos aplicados em sala de aula pelo professor.

Sobre as relações humanas no interior da escola, Freire (1993) enfoca a todo o momento e com ilustrações simples, formas também simples de vencer os obstáculos frente a uma educação qualificada. Para isso, o professor não necessita “descer do palco”, pois na avaliação do autor, aluno e professor precisam estar num nível bem próximo, haja vista visto que a proximidade é que formará o elo de que a educação precisa: autonomia.

Ao inferir a autonomia, não se deseja aqui afirmar que o aluno procurará sozinho seu caminho, mas que ele será orientado pelo seu professor. Os instrumentos utilizados por esse último farão com que o educando chegue ao seu fim. Para que essa mediação aconteça, tanto alunos quanto docentes precisam estar motivados.

Essa motivação os professores podem desenvolver dentro da própria sala de aula, a começar pela sua postura, sendo companheiros, não sendo autoritários, aceitando as diferenças, não transmitindo para os alunos o desânimo e a insatisfação. A partir daí deverá transformar as suas aulas em um ato prazeroso onde o aluno sinta a necessidade e não a obrigação de estudar, preparando o ambiente físico, mas principalmente o estado psicológico das crianças a partir de um ambiente tranquilo, onde possa haver troca de informações, etc.

Nessa trajetória ensino-aprendizagem, professor e aluno estarão traçando metas, dialogando, criando perspectivas e laços afetivos que lhes proporcionarão uma harmonia em todos os sentidos: cognitivo, disciplinar, social, etc. Essa construção do conhecimento, em parceria, beneficiará a formação cidadã.

O educando precisa se sentir seguro e capaz de tomar as decisões necessárias ao seu crescimento enquanto pessoa/cidadão. O professor precisa,

em contrapartida, estar seguro de suas técnicas, métodos e aplicações para desenvolver de forma coerente e eficaz o seu trabalho.

Frente às inovações que surgem a cada dia, é imprescindível que o educador esteja atento ao que o seu aluno traz para a sala de aula, o que ele conhece e o que ele espera conhecer através dos seus ensinamentos.

Com isso, busca-se estreitar as diferenças e demonstrar quão competentes podem ser educando e educador, que ambos se completam, sem jamais um anular o conhecimento do outro. Não há competição e medição de forças, mas cooperação, interação, companheirismo entre esses indivíduos.

Faz-se importante apontar a escola como meio capaz de orientar pessoas para o senso crítico, para a revolução dos saberes, para, assim, questionar o que de errado estiver ocorrendo, para reivindicar os seus direitos, para construir e lutar por um mundo mais livre e em paz.

A intervenção no mundo exige uma melhor aceitação do outro, com suas diferenças e afinidades.

Não se pode negar que existam educadores que já trabalhem nesse sentido. Pessoas capazes que colocam o trabalho e o amor ao que fazem, acima de qualquer obstáculo; capazes de andar por quilômetros a pé, atravessar rio em embarcações sem segurança, receber salários irrisórios, arriscar a vida em favelas ou outros locais de alta periculosidade para trabalhar com seu aluno, uma vez que não se deve desistir, que sempre há esperança, que é preciso viver e aprender em qualquer circunstância. E é esse comprometimento profissional que faz com que as pessoas persistam, estudem e consigam modificar a condição em que vivem. Também assim se é capaz de disciplinar, através do afeto. “Os comportamentos inadequados são muitas vezes clamores que imploram a presença, o carinho e a atenção.” (CURY, 2003, p. 44)

Quantas vezes se ouvem relatos de alunos que foram motivados por seus professores a estudar e hoje têm uma profissão que lhes garanta o sustento e o de suas respectivas famílias. Esses foram educados. Pois educação não significa necessariamente ensinar a alunos passivos, nas carteiras, conteúdos programáticos, mas orientar através das possibilidades, isto é, através da interação de conhecimentos natos (na família), conhecimentos escolares (com o professor) e conhecimentos de mundo (com experiências), que se pode alcançar objetivos na vida.

Antes de visar uma autonomia para o educando é preciso alcançar a autonomia da escola, do ensino. Para que eles possam se desvincular de políticas de interesses, de contrastes entre classes sociais ou ideológicas, ou diferenças raciais, entre outras. É através da liberdade e da afetividade que se fazem cidadãos comprometidos com a verdade. E é através da verdade que a escola cidadã passa a existir, com o foco no aluno e em tudo o que ele tem a acrescentar à prática docente.

2.3 DESAFIOS NA TRANSIÇÃO DO ALUNO DO 5º PARA O 6º ANO

Ao ingressar no sexto ano do Ensino Fundamental, o aluno se depara com situações que não eram comuns nos anos iniciais, pois antes ele tinha, na maioria das vezes, uma professora que trabalhava todas as disciplinas e lhe chamava pelo nome e agora são vários professores, cada um em seu tempo de aula, os quais, muitas vezes, não conseguem guardar o nome de todos, devido à quantidade de turmas que atendem.

Cainelli (2011, p.128) retrata que: “a transição da quarta para a quinta série ou sexto ano é mediada por mudanças significativas para os alunos.” O sentimento de terminalidade de uma etapa educacional é reforçado pelo modelo que impõe uma articulação Estado/município praticamente inexistente, tanto no âmbito administrativo como no pedagógico.

Essa transição acontece em outras transformações pelas quais os educandos estão vivenciando nessa faixa etária. A criança inicia o sexto ano, entre 10 a 11 anos, que é a fase da vida que intermedia a infância com a idade da adolescência. Essa fase tem como característica o desenvolvimento biológico, psíquico e social. Segundo Cajado (1968, p.27), a nova consciência do corpo estimula essencialmente novos sentimentos e novos pensamentos, que exigem notável mudança na sua integração. Parece-nos apropriado, a esta altura, tomar nota dos fenômenos psicológicos e sociais que decorrem quase diretamente das mudanças anatômicas e fisiológicas da puberdade.

Durante a vida escolar ocorrem momentos decisivos de transição, são eles: Educação Infantil; anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); anos finais do Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano); Ensino Médio; vestibular e ingresso na faculdade/universidade.

Semelhante à subida de uma escada, à medida que o aluno atinge cada um desses degraus, ele necessita se adaptar e interagir com novos conteúdos e exigências. O processo de adaptação provoca mudanças, transformações internas que são refletidas no comportamento e na maneira de pensar. Essas mudanças, aqui destacando a transição do 5º para o 6º ano, ocorrem na forma de agir, de se comportar, de socializar, pois estão deixando a fase da infância para ingressar na adolescência, momento em que deixa de ser infante, mas que também não é adulto.

É no ambiente escolar que o indivíduo vivencia mudanças que afetam o seu desenvolvimento cognitivo, biológico, social e psicológico. Daí surgem novas exigências como: adaptar-se à nova realidade familiar, que gradativamente deixa de levá-los e participar das atividades da escola; contexto de vários professores; e agregam mais responsabilidades. Tudo isso poderá gerar dois sentimentos opostos: o aluno pode ter a sensação de que “já sou grande” e passa a sentir importante para a coletividade ou poder sentir “medo do desconhecido”.

Cabe mencionar que o espaço da escola não é apenas um local onde se abrigam alunos, livros, professores, um local em que se realizam atividades de aprendizagem. Mas é também um espaço que gera ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento. Tem que despertar interesse em aprender. Ao professor é requerida a função de mediador comprometido em compreender o universo dos avanços tecnológicos, científicos, metodológicos, mas, sobretudo, em adequar essas novas informações ao contexto do qual o aluno faz parte.

2.3.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL, E MÉDIO

O Ensino Fundamental e Médio destinam-se à formação do/da estudante, objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto realização e exercício consciente da cidadania plena. O art. 3º da LDB/96 dispõe sobre a obrigatoriedade a todos, da segunda etapa da Educação Básica, garantindo os princípios de igualdade, da liberdade, do reconhecimento do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, além da valorização de professores/as e da gestão democrática do ensino público como garantia de padrão de qualidade. O exercício do direito atende ao fim maior da educação,

personalizado no pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercer a cidadania e para a qualificação para o trabalho (LDB/96, art. 22). Nessa perspectiva, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF revisa a lógica de sua organização curricular, a qual não apenas substitui uma proposta curricular por outra, mas visa garantir um currículo constituído pelas experiências escolares que se desdobrando em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos/das estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos/das estudantes. Assim, o currículo propõe modos distintos de encarar o homem e a sociedade, de conceber o processo de transmissão e elaboração do conhecimento e de selecionar os elementos da cultura com que a instituição educacional objetiva trabalhar, ressignificando os conteúdos escolares.

O estabelecimento “didático” de habilidades e conteúdos em cada série/ano, longe de funcionar como fator de limitação na aquisição de informações e das aprendizagens significativas, serve como norteador na busca do conhecimento associado aos princípios éticos, as relações sociais e as exigências do mundo do trabalho que fazem da educação o maior desafio e a necessidade mais premente da sociedade.

Nesse sentido, para efetivar o desenvolvimento de competências e habilidades dentro do Ensino Fundamental para além do saber fazer, é necessário adotar um referencial metodológico que dê visibilidade ao currículo e uma identidade à prática pedagógica reflexiva. Dessa maneira, professores/as e estudantes devem eleger o diálogo como eixo das relações e fundamento do ato de educar.

Portanto, uma Proposta Curricular é apenas um ponto de partida. O início de uma longa jornada, completamente dependente dos/das professores/as, estudantes e dos outros sujeitos que irão utilizá-las, pois são incontáveis e imensuráveis as aprendizagens que acontecem dentro da instituição educacional. Cada um dos sujeitos educativos traz saberes adquiridos, em suas experiências dentro e fora do espaço escolar, com seus desejos, sonhos e necessidades, compondo um roteiro multicultural, ou seja, aquele que reflete as muitas “vozes”, orquestrando um currículo “oculto”, presentes nas entrelinhas do cotidiano educativo.

A Organização Curricular do Ensino Fundamental tem como fundamento a prática pedagógica, os princípios e valores emanados da CF/88 e da LDB/96. O Currículo da Educação Básica da Rede Pública de Ensino propõe flexibilidade e descentralização, reforçando a necessidade de construção de uma identidade coletiva em que as decisões e responsabilidades sejam compartilhadas em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo como base o respeito aos direitos e deveres de estudantes, bem como aos/às professores/as e a comunidade escolar. Ressaltamos que é durante os primeiros anos de escolarização que o/a estudante tem a oportunidade de vivenciar experiências significativas de aprendizagem. Pois, nas propostas político-pedagógicas do ensino fundamental, o/a estudante é o centro do planejamento curricular e será considerado como sujeito histórico e de direitos, que atribui sentidos à natureza e a sociedade nas práticas sociais que vivencia, produzindo cultura e construindo sua identidade pessoal e social. Como sujeito de direitos, o/a estudante terá participação ativa na discussão e implementação das normas que regem as formas de relacionamento na escola e fornecerá indicações relevantes a respeito do que será trabalhado no currículo.

Durante o percurso no Ensino Fundamental, o/a estudante tem a oportunidade de se conhecer e de conhecer o “outro” em espaços de socialização próprios dessa fase de desenvolvimento; de fazer escolhas, fortalecer sua autoestima e sua subjetividade.

A LDB/96, em seu art. 32, com a redação dada pela Lei nº.11.274/2006, afirma que o Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na instituição educacional pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, com o objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Nessa perspectiva, assegurar a todos/as os/as estudantes um tempo/espço ressignificado de convivência escolar e oportunidades concretas de aprender, requer do/da professor/a uma prática educativa fundamentada na existência de

sujeitos, como afirma Freire (1993,p.77), “um que ensinando, aprende, outro que aprendendo, ensina”. É a dialética desse processo que torna a educação uma prática social imprescindível na constituição de sociedades verdadeiramente democráticas. Para atender a constituição de um tempo/espaço maior de ensino obrigatório no Brasil, o ensino fundamental foi ampliado para nove anos, com atendimento obrigatório de crianças a partir dos seis anos de idade (Lei nº 11.274/06). Este é um movimento mundial que tem duas intenções, conforme o Plano Nacional de Educação–PNE e a determinação legal (Lei nº 10.172/2001, meta 2 do Ensino Fundamental), "oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade". Ao final do ano de 2004, o governo do Distrito Federal promulgou a Lei Nº 3.483 de 25 de novembro, que estabeleceu a ampliação e implantação gradativa, de oito para nove anos, a duração mínima do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Com isso, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal iniciou em 2005 a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, nas instituições educacionais vinculadas à Rede Pública de Ensino da Diretoria Regional de Ceilândia, e nas demais DRE gradativamente até o ano de 2008.

A inclusão, mediante a antecipação do acesso, é uma medida contextualizada nas políticas educacionais focalizadas no Ensino Fundamental. Não se trata de transferir para as crianças de seis anos de idade os conteúdos e atividades tradicionais da primeira série, mas de conceber uma nova estrutura de organização pedagógica em um ensino fundamental de nove anos.

Nesse sentido, foi construída uma estratégia pedagógica diferenciada na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, denominada Bloco Inicial de Alfabetização – BIA, em que o objetivo geral é garantir à criança a aquisição de leitura/escrita/letramento, na perspectiva da ludicidade, bem como o seu desenvolvimento integral. Com essa estratégia, o Ensino Fundamental organizou-se em regime de ciclo no período inicial de alfabetização (1º ao 3º ano) e em regime seriado do 4º ao 9º ano do EF de 9 anos.

O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada.

Na Base Nacional Comum Curricular (2016) constam os conhecimentos a que todos os/as estudantes devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem; de forma a legitimar a unidade: das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dos projetos político- pedagógicos das escolas. Na parte diversificada se localiza a maior diferenciação entre as orientações curriculares das diversas regiões, Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros, pois os conteúdos, temas ou disciplinas aqui definidos pelos sistemas de ensino e escolas explicitam as características regionais, culturais, sociais e econômicas e possibilitam a contextualização do ensino nas diferentes realidades existentes nas escolas brasileiras. A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do ensino fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos. No desenvolvimento do currículo a formação básica do cidadão, objetivo do ensino fundamental, deve estar articulada às áreas do conhecimento e as dimensões da vida cidadã: saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura, linguagens.

A EEEFM “Caboclo Bernardo” assume um compromisso com uma educação democrática, transformadora e cidadã, o conhecimento, o relacionamento transparente e a participação da família na vida da escola é concebida pelos que a integram como um aspecto fundamental para o desenvolvimento dos alunos.

2.4 PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA TRANSIÇÃO ESCOLAR DO 5º PARA O 6º ANO

Muitos pais e/ou responsáveis não acompanham de perto a vida escolar dos filhos, aqui, especificamente do 5º para o 6º ano, não verificam seu rendimento escolar, não os levam à escola, não auxiliam nas atividades de casa e outras atitudes. Em consequência dessas atitudes por parte da família, os alunos apresentam um baixo desempenho nas atividades escolares.

Esteves (1999) assegura que a família renunciou às suas responsabilidades no âmbito educativo, passando a exigir que a escola ocupe o vazio que ela não pode preencher. Sendo assim, o que se vê, hoje, são crianças concluindo o 5º ano com a participação da família e chegando à escola, no 6º ano, e desenvolvendo suas atividades escolares sem qualquer apoio familiar.

A família e a escola possuem o papel e a responsabilidade no

desenvolvimento e formação dos indivíduos. A participação dos responsáveis no 6º ano é tão importante, no contexto escolar, do que no 5º ano, pois afeta diretamente o desempenho acadêmico das crianças/adolescentes. Entretanto, a instituição de ensino deve apontar os caminhos pelos quais a família integrará o ambiente escolar nesta nova etapa do Ensino Fundamental II, a fim de que seja estabelecida uma relação harmônica entre a instituição de ensino e a instituição familiar.

Estabelecer essa harmonia tem sido um verdadeiro desafio para as escolas, tendo em vista que muitas vezes o que se tem é a ausência do núcleo familiar na vida escolar.

A instituição família passou por várias mudanças ao longo dos anos, a escola deve acompanhar tais modificações. Infelizmente o cuidado com os filhos sempre fora atribuídos oficialmente à mulher. Entretanto, a mulher está cada vez mais inserida no mercado de trabalho e dificilmente se ouve dizer sobre a participação paterna no ambiente escolar.

A ausência da família nas instituições de ensino, a partir das séries finais do Ensino Fundamental, contribuiu diretamente para que a escola passasse a exercer também o papel de educar um adolescente além do conhecimento científico. Sendo assim, os valores éticos e morais, delegados primeiramente pelos pais, passam a ser ensinados pelos educadores.

Portanto, a aproximação entre escola e família deve ser concebida de forma harmônica, para que cada instituição tenha ciência de seu papel. Cabe à escola, no seu papel de orientadora social, atentar-se para os novos arranjos familiares, de modo que possa integrá-los ao seu ambiente, bem como a família precisa comprometer-se em se envolver nas questões do processo educacional e cumprir seu papel de educadora moral.

Buscar o envolvimento da família através de palestras e ações educativas pode ser uma oportunidade de descobrir a raiz do problema e as razões que podem motivar a indisciplina e a violência escolar. Quando o professor age pela “autoridade amada”, afetividade combinada à conscientização, desperta no aluno comportamentos dessa natureza, e amplia os sentimentos de justiça e segurança, fortalece o convívio harmonioso e retira da sala de aula os medos e os conflitos.

A família deve ser acolhedora e estar atenta a toda mudança de comportamento, fazendo com que a criança se sinta à vontade para se manifestar,

sendo exemplo principal, pois a criança aprende pelo exemplo. Demonstrar carinho, segurança e amor, favorecendo a comunicação, o comportamento afetivo e solidário.

A parceria entre escola e família, do 5º para o 6º ano, é de fundamental importância para combater os conflitos dessa transição na escola. Essa relação deve buscar sempre o aconselhamento e orientação quando necessário, para contribuir com o melhoramento das práticas educativas. O art. 227 da Constituição Federal determina que:

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL,1988).

A crescente evolução da sociedade obriga os indivíduos a estarem cada vez mais se ausentando dos seus lares em virtude de extensas e exaustivas jornadas de trabalho. Em consequência disso, as escolas se ocupam de funções, antes de incumbência dos pais, como orientação moral, orientação profissional, valores, hábitos de higiene e de convivência e outros. Na realidade, a escola não ficava aquém dessas atribuições, apenas as complementava, pois eram da responsabilidade da família ensiná-las aos filhos. Ao ingressarem na escola, as crianças já tinham essas regras e normas bem entendidas, bastava apenas dar continuidade no processo.

Atualmente, a família se exime desse “trabalho” e a escola, por si, não dá conta de ensinar tudo o que as crianças necessitam saber em relação à disciplina. Assim, sem o devido ensinamento dos pais e o acompanhamento na vida escolar, os alunos/filhos passam a não respeitar as regras existentes na escola, instituição responsável em orientá-los em relação às áreas do conhecimento, se mostrando sem limites e valores, tão importantes para o seu desenvolvimento enquanto pessoa, aluno e cidadão.

Ao que se pode entender, o trabalho escolar não pode realmente se efetivar sem esforço, dedicação e, principalmente, disciplina. Esta, todavia, não pode ser entendida como se tivesse uma finalidade educativa em si mesma. Não pode ser baseada num conjunto de regras de conduta, normas disciplinares rígidas.

É na interação escolar que as pessoas vão aprendendo, desde cedo, – pode-

se dizer que desde os primeiros anos escolares – a se defender dos outros, a conquistar pessoas, a ganhar e a perder. Dessa forma, quem pensa que esta tarefa de educar o aluno não é da escola (do professor) se engana. Há muito tempo este local deixou de ser apenas para ensinar conteúdos.

A escola que se pretende, e que o aluno deseja, é a que está pronta a dividir suas derrotas e vitórias, seus conhecimentos e dúvidas, enfim, a orientá-lo, escutá-lo e entendê-lo, não apenas como aluno, mas principalmente como pessoa, como cidadão.

Vale ressaltar a importância do professor estar desenvolvendo atividades que motivem seus alunos a estudar os “ditos” conteúdos programáticos, mas também, e principalmente, a refletir sobre o que estão estudando e para que estão estudando.

E filosofar sobre os prós e os contras, sobre causas e conseqüências ajuda a entender melhor o que se passa no mundo que os rodeia.

É preciso que a escola e seus educadores parem de tentar “criar” futuros médicos, juízes, professores, industriários... que visem apenas a quantidade (de dinheiro, de horas trabalhadas, de bens a comprar, de status etc), mas que formem cidadãos com qualidade crítica, ética e política, que saibam os seus direitos e cumpram com seus deveres, que se respeitem e ao próximo e que os faça entender o quanto são importantes para a construção da história do país da qual fazem parte.

Ao ingressar na escola, o aluno estará adquirindo saberes que o auxiliarão não somente na questão cognitiva, mas no aspecto filosófico, pedagógico, e principalmente no social, em que será orientado a estabelecer interação com os demais colegas.

Obviamente que cada indivíduo é possuidor de interesses próprios, que estarão sendo apresentados aos colegas e professores, e, também, ele estará aprendendo a lidar melhor com suas necessidades, medos, anseios, dúvidas, etc. Para Penin (1993, p. 25) é necessário que a escola, na pessoa do professor, assuma o seu papel mediador. Para que além das metodologias escolares, ele busque interar-se das metodologias gerais, que regem a vida dos seres humanos, tais como: regras, normas, conduta, valores, e outros.

Além da interação, é preciso que a escola desenvolva no aluno uma aprendizagem voltada para temas de grande importância na sua vida, em

particular e de forma coletiva, no caso meio ambiente, cidadania, ética, sexualidade, e outros, que o farão descobrir o espaço escolar como meio de conhecimento e de socialização.

A educação escolar tem estado sempre um tanto ultrapassada em relação às informações que o mundo, principalmente o mundo digital ou mundo 4.0, oferece.

Freire (1985) destaca que o professor, na sua grande maioria, seja por falta de tempo – devido a uma jornada excessiva de trabalho – ou por qualquer outro motivo, passa a não acompanhar o que a mídia mostra aos seus alunos, fazendo com que suas aulas sejam repletas de ideias ultrapassadas, com informações antigas, que não interessam aos alunos.

A família, por sua vez, preocupada em oferecer aos filhos o que não obtiveram dos seus pais, acaba por deixá-los a mercê de informações que sequer, ao menos por curiosidade, conhecem.

Tal agravante prejudica o desempenho na escola, devido a saturação das aulas, bem como prejudica em casa, com a falta de comunicação entre pais e filhos.

É aguardado o momento em que tais instituições passem a não se preocupar tanto com o “ter” do aluno/filho e se voltem à preocupação do “ser” do mesmo.

O papel da autoridade democrática não é, transformando a existência humana num “calendário” escolar “tradicional”, marcar as lições de vida para as liberdades, mas, mesmo quando tem um conteúdo programático a cumprir, deixar claro, com seu testemunho, que o fundamental no aprendizado do conteúdo é a construção da responsabilidade da liberdade que se assume (FREIRE, 2007, p. 94).

Espera-se, pois, que a família participe mais ativamente das atividades escolares de seus filhos e que a escola se preocupe menos em cumprir com o programa de ensino que lhe serve de base para a educação que está desenvolvendo atualmente.

Segundo Freire (2007, p. 94)

No fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia. [...] Ensinar e, enquanto ensino, testemunhar aos alunos o quanto é fundamental respeitá-los e respeitar-me são tarefas que jamais dicotomizei.

Portanto, é hora de assumir a responsabilidade e agir em prol da qualidade na educação, em todos os sentidos.

Quando se fala em educação de qualidade, revolução do ensino e escola cidadã, é necessário compreender o que de fato significam professor e aluno nesse contexto.

Gadotti (1999) indica que, para muitos, professor é quem ensina e aluno é quem aprende. Alguns até arriscam dizer ao aluno “você está aqui para aprender” (em algum momento do cotidiano da sala de aula). Mas ensinar o quê? E a quem? Aprender o quê? E com quem?

As novas estratégias de ensino-aprendizagem se contradizem, ou melhor, se igualam a algumas utilizadas no passado, quando não há, de fato, boas relações humanas no ambiente escolar (CURY, 2003).

São momentos infelizes que trazem à tona contextos históricos em que o aluno deveria se anular (enquanto possuidor de uma gama de conhecimentos sociais, natos, ou de outra forma) para assimilar os conteúdos aplicados em sala pelo professor.

Sobre as relações humanas no interior da escola, Freire (2007) enfoca no último capítulo de seu livro *Pedagogia da Autonomia*, em que demonstra a todo momento e com ilustrações simples, formas também simples de vencer os obstáculos frente a uma educação qualificada.

Para isso, o professor não necessita “descer do palco”, pois na avaliação do autor, aluno e professor precisam estar num nível bem próximo, haja vista que a proximidade é que formará o elo de que a educação precisa: autonomia.

Ao inferir a autonomia, não se deseja aqui afirmar que o aluno procurará sozinho seu caminho, mas que ele será orientado pelo seu professor.

Os instrumentos utilizados por esse último farão com que o educando chegue ao seu fim.

Nessa trajetória ensino-aprendizagem, professor e aluno estarão traçando metas, dialogando, criando perspectivas e laços afetivos que lhes proporcionarão uma harmonia em todos os sentidos.

O educando precisa se sentir seguro e capaz de tomar as decisões necessárias ao seu crescimento enquanto pessoa/cidadão.

O professor precisa, em contrapartida, estar seguro de suas técnicas, métodos e aplicações para desenvolver de forma coerente e eficaz o seu trabalho.

Frente às inovações que surgem a cada dia, é mister que o educador esteja atento ao que o seu aluno traz para a sala de aula, o que ele conhece e o que ele espera conhecer através dos seus ensinamentos.

Com isso, busca-se estreitar as diferenças e demonstrar quão competentes podem ser educando e educador, que ambos se completam, sem jamais um anular o conhecimento do outro.

Para Hora (1997) se faz importante apontar a escola como meio capaz de orientar pessoas para o senso crítico, para a revolução dos saberes, para assim questionar o que de errado estiver ocorrendo, para reivindicar os seus direitos, para construir e lutar por um mundo mais livre e em paz.

A intervenção no mundo exige uma melhor aceitação do outro, com suas diferenças e afinidades.

Não se pode negar que existam educadores que já trabalham nesse sentido. Pessoas capazes que colocam o trabalho, o amor ao que fazem, acima de qualquer obstáculo; capazes de andar por quilômetros a pé, atravessar rio em embarcações sem segurança, receber salários irrisórios, arriscar a vida em favelas ou outros locais de alta periculosidade para trabalhar no seu aluno que não se deve desistir, que sempre há esperança, que é preciso viver e aprender em qualquer circunstância. E é esse comprometimento profissional que faz com que as pessoas persistam, estudem e consigam modificar a condição em que vivem.

Quantas vezes se ouvem relatos de alunos que foram motivados por seus professores a estudar e hoje têm uma profissão que lhes garanta o sustento e o de suas respectivas famílias. Esses foram educados. Pois educação não significa necessariamente ensinar conteúdos programáticos, mas orientar através das possibilidades, isto é, através da interação de conhecimentos natos (na família), conhecimentos escolares (com o professor) e conhecimentos de mundo (com experiências), que se pode alcançar objetivos na vida.

Antes de visar uma autonomia para o educando é preciso alcançar a autonomia da escola, do ensino.

Para que eles possam se desvincular de políticas de interesses, de contrastes entre classes sociais ou ideológicas, ou diferenças raciais, entre outras. É através da liberdade e da afetividade que se fazem cidadãos comprometidos com a verdade. E é através da verdade que a escola cidadã passa a existir, com o foco no aluno e em tudo o que ele tem a acrescentar à prática docente (MORIN,

2000).

A educação brasileira contemporânea aponta para uma extensa gama de conteúdos programáticos, de metodologias dinamizadas, estudos e mais pesquisas indicando a necessidade de inovar, de levar até o aluno o que de melhor se pode fazer, proporcionando-lhe aulas prazerosas e didaticamente variadas.

Toda essa ideologia passa a ser convincente e até certo ponto chega a incutir nos educadores que essa dinâmica curricular atual é a mais adequada, a melhor.

Dessa forma, o que se constata, na realidade, é um currículo pronto – não se sabe até que ponto o professor participou de sua elaboração – que passa a integrar as salas de aulas das escolas do meio urbano e do meio rural, indistintamente. Ora, parece até comum dizer que as realidades são bem diferentes, bem como a clientela a quem ele se dirige.

O que se observa é o professor de Ensino Fundamental buscando adequar os conteúdos programáticos ao que seus alunos almejam aprender. Isso ocorre devido o fato de existir um Currículo único que abranja o todo.

As teorias progressistas, em alguns aspectos, transcorrem para uma perspectiva curricular pós-moderna, de transformação e orientada para o processo. A educação e o currículo tomaram para si alguns conceitos de sistema aberto/fechado da física (GADOTTI, 1999).

As ideias modernistas sobre o currículo adotaram a versão fechada que define o bom ensino como transferência/transmissão de conhecimento. O sistema aberto, por outro lado, visa à transformação e é orientado para o processo.

Entende-se que essa ideia de currículo só pode ser aceita se forem definidos critérios para escolhas dos conteúdos, das habilidades e competências que contribuam na formação dos alunos.

Percebe-se que o atual currículo está ainda estruturado através de áreas do conhecimento isoladas. Essa forma de estruturação do saber ocorreu no século XIX. Mas antes disso, no século XVI, o currículo chegou às escolas de forma segmentada, ordenada e hierarquizada cujos conteúdos mantinham-se distantes da realidade.

Ao que diz respeito às condições de ensino-aprendizagem, um dos principais quesitos a se ressaltar, no “currículo em ação” é a organização escolar em seu espaço e tempo. O ensino e a aprendizagem devem ser desenvolvidos concomitantemente e precisam ser considerados a partir de suas necessidades

básicas, que estão além das salas de aula e da escola, perpassa os muros da instituição e estão no mundo em que o aluno vive.

O ensino pressupõe a formação (inicial e continuada) e inclui o planejamento, a atuação e a avaliação das atividades. A aprendizagem requer tempo e maturidade dos alunos, que são adquiridas através das experiências que eles têm em sociedade. Por isso, o professor precisa estar preparado e ser “paciente” com o tempo de aprendizagem de cada aluno, não trabalhando de maneira homogênea, mas compreendendo cada aluno como único.

Além da observância em relação à maturidade dos alunos, é importante que o docente escolha os recursos didáticos adequados ao ensino e aprendizagem.

Quando se fala em currículo aborda-se a seleção, sequenciação e dosagem “de conteúdos da cultura a serem desenvolvidos em situações de ensino-aprendizagem” (RANGEL, 2003, p. 48).

Compreende conhecimentos, ideias, hábitos, valores, convicções, técnicas, recursos, artefatos, procedimentos, símbolos, etc., organizados em conjuntos de matérias/disciplinas escolares e respectivos programas, com indicações de atividades/experiências para sua consolidação e avaliação.

Na atuação docente, o currículo tem se configurado como uma espécie de reinvenção da cultura. A elaboração e a implantação do currículo são provenientes de processos divergentes, com decisões necessariamente negociadas. Ou melhor, a principal negociação ocorre na relação pedagógica quando professores redefinem a programação, segundo as especificidades de cada turma, nas condições (possibilidades e limites seus e dos alunos) para desenvolvê-la e vão frequentemente alterando-a, a partir da forma como a turma e seus alunos recebem o conhecimento.

A organização do currículo pode ser entendida, dessa forma, como o conjunto de atividades realizadas pela escola, na distribuição das áreas de conhecimento (as componentes curriculares), por série/ano, grau, nível, modalidade de ensino e carga-horária dos professores e alunos – aquilo que se acostumou chamar de “grade curricular”.

Compreende também os programas que dispõem os conteúdos básicos de cada componente e as indicações metodológicas para seu desenvolvimento. Por conseguinte, a organização curricular supõe a organização do trabalho pedagógico.

Isto quer dizer que o saber escolar, organizado e disposto especificamente para fins de ensino-aprendizagem, compreende não só aspectos ligados à seleção dos conteúdos, mas também os referentes a métodos, procedimentos, técnicas, recursos empregados na educação escolar.

Por fim, cabe mencionar que o espaço da escola não é apenas um “local onde se abrigam alunos, livros, professores”, um local em que se realizam atividades de aprendizagem. Mas é também um espaço que gera ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento. Tem que despertar interesse em aprender (PATTO, 1984, p. 53).

Ao professor é requerida a função de mediador comprometido em compreender o universo dos avanços tecnológicos, científicos, metodológicos, mas, sobretudo, em adequar essas novas informações ao contexto do qual o aluno faz parte (BOFF, 2003).

É preciso um professor assim para que os alunos também se sintam “humanos”, responsáveis, cidadãos.

Os educadores necessitam repensar a sua formação enquanto mediador, enquanto formador de opiniões e conceitos, enquanto propagador de leis e direitos, enquanto “cobrador”, fiscalizador de ações.

Finalmente, a escola é um espaço de múltiplas experiências e aprendizagens.

Importa que o professor oriente seus alunos na aquisição de informação, que os motive a ser bons leitores, que os incentivem a ter objetivos profissionais.

Entenda-se, com tudo o que foi abordado, que esse espaço merece ser mais bem aproveitado, não apenas com métodos, não apenas com bons educadores, não apenas com espaço físico de primeira, nem com máquinas de última geração, muito menos com projetos bem estruturados, entre outros. Importa que ela se forme numa mistura em que um pouco de cada um desses aspectos se funda, concretizando o que pode se considerar como educação de qualidade.

A família, evidentemente, é a instituição mais importante para os seres humanos no início da vida, mas as escolas, mais tarde, assumem esse papel e se encarregam da tarefa de apresentar-lhes as regras da sociedade mais ampla.

Obviamente, as instituições religiosas, econômicas, educacionais e familiares recompensam os indivíduos caso se submetam; os tribunais, prisões e penitenciárias destinam-se a punir quem não se submete. Toda sociedade possui

meios próprios para lidar com os indivíduos a fim de criar “bons cidadãos”.

Em suma, os seres humanos passam toda a sua vida em sociedade. Para controlar os indivíduos, as instituições têm de funcionar com eficácia. As pessoas não podem fazer tudo o que desejam ou têm vontade de fazer; numa sociedade, a liberdade completa é algo inviável. Ninguém pode atuar sem alguma direção instituída pela sociedade. As instituições são de grande importância para essa direção.

Tudo isso mostra que tanto a família quanto a escola têm papéis a cumprir, haja vista a necessidade que o educando (quer seja criança ou adolescente) tem de ser orientado e supervisionado por ambas. Não há como negar a responsabilidade, uma vez que ela existe.

Entende-se, também, que muito mais do que os conteúdos programáticos, a instituição escolar necessita proporcionar aos indivíduos o direito de participar de projetos culturais que poderão aproximá-los uns dos outros e integrá-los na sociedade.

Dessa forma, educadores, alunos, pais e a comunidade precisam trabalhar em conjunto, visando o desenvolvimento das habilidades e potencialidades de cada um, em prol do todo. Isso é a concretização do que se pode considerar o progresso. Isso é o que realmente podemos chamar de escola.

No decorrer da história da humanidade, todas as grandes mudanças cobraram uma transformação do pensamento, da visão ou da interpretação da realidade. Isto é, aquilo o que costumava chamar-se de “mudança de paradigma”.

Nesse sentido, as mudanças sociais e políticas são importantes, mas para uma reformulação coerente na educação, o primeiro passo é fundamental: uma mudança no pensamento e nas ações ultrapassadas dos professores e da cidadania, em geral, o que possivelmente demorará um tempo, mas que começa a ser cogitado.

Freire (2007, p. 51), afirma que “ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho; as pessoas se educam na comunhão”. Para ele, as pessoas se educam nos momentos de relações interpessoais. E não se podem apressar esses momentos, um mediador verdadeiro é o que oportuniza condições para que uma segunda pele se desenvolva embaixo, até a casca tornar-se ressecada, caindo por si mesma.

Sendo assim, segundo Crema (1995, p. 58), “a paciência é um elixir de longa

vida e a inteireza do facilitador, consciente do valor do tempo que transmuta a ferida da ostra em pérola, não abreviará os seus dias”.

Compreende-se que toda proposta educacional surge a partir de um modelo, o interessante é a capacidade de discernimento da docência no momento de seu desvelamento.

Várias análises foram feitas entre as Leis da LDB 5692/71 e 9394/96. Quando a última entrou em vigor, consideraram-se vários aspectos jurídicos, várias contradições e, atualmente, continua-se a crítica. Pouco tem se valorizado o teor inovador e se esquece que essa é a lei que se tem. Ao ser analisada, através de um olhar na concepção de “inteireza”, ela deixa de ser apenas teoria e passa para a ação efetiva como modificadora da educação, ou, para ousar mais, a modificação do papel do educador, é preciso tentar aproveitar seus pontos positivos.

É necessário desenvolver um paralelo da práxis dentro de cada Lei em seu contexto histórico. De acordo com Freire (1985, p. 27), o fato de tornar-se ou de apropriar-se do poder é o empoderamento docente o qual Albert Einstein, sem mesmo conhecer o termo, já o definiu a tempos dizendo:

O ser humano vivencia a si mesmo, seus pensamentos como algo separado do resto do universo - numa espécie de ilusão de ótica de sua consciência. E essa ilusão é uma espécie de prisão que nos restringe a nossos desejos pessoais, conceitos e ao afeto por pessoas mais próximas. Nossa principal tarefa é a de nos livrarmos dessa prisão, ampliando o nosso círculo de compaixão, para que ele abranja todos os seres vivos e toda a natureza em sua beleza. Ninguém conseguirá alcançar completamente esse objetivo, mas lutar pela sua realização já é por si só parte de nossa liberação e o alicerce de nossa segurança interior (EINSTEIN [sd]).

Diante disso, de acordo com Freire (1985, p. 28), percebem-se algumas competências na formação e identidade docente necessárias no século XXI, bem como, a transição do “ser mais” para “ser menos” e algumas características da construção do conhecimento sob a ótica da “inteireza”.

A busca pela ressignificação da práxis docente vem sendo feita de forma vertiginosa depois da Lei 9394/96. Talvez pelo seu teor aparentemente inovador ou pela própria necessidade de mudança que já se espreitava nos últimos anos de vigor da Lei 5692/71.

A partir das alterações sociais, a educação viu-se obrigada a se reestruturar, uma vez que formar o cidadão somente para o trabalho como era regido na Lei

5692/71, não atendia mais às necessidades de uma sociedade mais atenta quanto à qualidade.

O novo “homem” precisa de uma formação para o trabalho e para a vida, em que seja capaz de tomar iniciativas próprias, em momentos únicos diante de situações imprevisíveis. O que dita a regra do mercado, nestes últimos anos, é a satisfação pessoal.

Fabricar um produto com designer sofisticado ou preço competitivo já não é diferencial de nenhuma empresa. Atualmente, o diferencial é a satisfação do cliente.

Na nova LDB 9394/96 o educando se destacou como centro elíptico do processo, o que gerou um choque na docência e, conseqüentemente, uma resistência muito grande. O professor acostumado ao status de “detentor do saber”, peça insubstituível do processo ensino/aprendizagem, viu-se na empreitada dialética da mediação.

O professor “mediador” vai além do domínio de seus saberes específicos, ele é capaz de compreender a diversidade, a leitura de mundo de seus educandos e, ainda, de respeitar o tempo que cada um tem para processar novos conteúdos. A aprendizagem é feita por ambos reconstruindo, redescobrimo a cada momento o conhecimento.

Acostumado ao comodismo de um aluno receptor, era inevitável a necessidade da ressignificação da práxis docente, mas como fazer isso?

A falta de condições da docência de acompanhar as mudanças, aperfeiçoando-se, encontra alguns agravantes, como a falta de condições financeiras e de tempo, por ter que trabalhar em duas ou mais escolas, conciliando com a vida familiar.

O momento é único e a ressignificação já não é mais questão de opção, convive-se com educandos que são fruto de uma sociedade sem referencial por motivos, como: a ausência dos pais ocupados em suas atividades profissionais; o individualismo; o consumismo crescente fruto de uma política de globalização capitalista; as várias opções de facilidade do mundo tecnológico; etc.

Nesse contexto, a educação conteudista perdeu seu valor, seu encanto, o professor detentor do conhecimento não basta. Seu papel não pode mais atender interesses ditados por políticas e pelo mercado de trabalho.

A lei 9394/96 proporcionou uma possibilidade de visão da sociedade que

modificou o papel do educador, seu caráter flexível trouxe discussões, o que possibilita redesenhar papéis. E é essa flexibilidade que a diferencia da Lei 5692/71.

Na práxis da Lei 5692/71, o educando, como ser pensante, era tolhido de se manifestar, os conteúdos que ele iria aprender eram mais importantes que tudo que ele trazia consigo, o educando era julgado um receptor.

Esse processo é entendível quando analisamos o contexto em que essa lei foi aprovada, onde o educando não precisava desenvolver sua capacidade crítica, pois o papel que a grande maioria iria desempenhar na sociedade seria o de técnico, e o raciocínio de ação não era considerado necessário; pois, com a tecnologia da terceira revolução, vinda dos países de primeiro mundo, bastava apenas realizar operações.

O professor era considerado um “ser mais” quando a quantidade de conteúdo por ele repassado fosse o maior possível, ao educando cabia decorar. A rigidez, o silêncio, eram marcas profundas desse educador, seu poder era máximo e ainda utilizava armas impiedosas como castigos, provas, notas e a mais severa, a reprovação.

Essa postura o “empoderava”, o medo era mais importante que o respeito, sua possibilidade de “ser mais” na docência era medida pela quantidade de alunos reprovados, ou a quantidade de alunos que se tornavam bem empregados no imediatismo do tecnicismo, a formação “pessoa” conhecedora de direitos e deveres, não era prioridade.

As competências da docência do século XXI são discutidas por inúmeros autores, como Esteves (2004), Gadotti (1999), Grillo (2005), Morin (2000), Patto (1984) e outros, com algumas variáveis, mas todas têm o foco central na relação dialética educador/educando ou pessoa/pessoa que ressalta a importância da construção do conhecimento de forma mútua, em uma troca saudável.

Segundo Freire (1985, p. 28), essas competências têm forma conceitual e política, e como já citado anteriormente, a educação anda unificada à necessidade do mercado, não que isso seja de um todo ruim, pois a formação do educando é para o trabalho e para a vida, o cuidado que se deve ter é para não reproduzir o interesse de uma minoria, considerada elite.

Os docentes estão como já citados em busca da resignificação da práxis, certa insatisfação é notável com o convívio, mas toda mudança traz desconforto

e nem por isso deixa de acontecer. Vejam-se algumas competências da docência.

Segundo Crema (1995, p.27) há três tipos básicos de mediadores ou educadores: o centrado na técnica, o centrado na pessoa e o holocentrado.

O primeiro diz respeito à infância do facilitador, quando ele é basicamente um técnico. Crema (1995, p. 27), considera essa uma fase importante e necessária, desde que nela não se fixe, o que geraria uma esclerose metodológica e a falência da criatividade.

O segundo tipo permite o encontro. Diz respeito à maturidade do facilitador. “O vetor é bilateral: a atenção expande-se na mutualidade, há sinergia”. Centrar-se na pessoa não significa negar técnicas e modelos, significa colocar a pessoa no centro, ficando a teoria e a tecnologia a seu serviço.

Implica em movimento: a compreensão e percepção abertas produzem novas teorias e novas técnicas, mudanças que permitem que cada encontro seja singular e tenha o seu próprio desenho.

O terceiro tipo supõe a excelência. Centrar-se na pessoa é uma atitude antropocêntrica, excludora da dimensão não humana. A pessoa não está isolada, ela se insere no todo e dele faz parte. Parte de um universo “imensa rede, incomensurável tapeçaria, uma teia interconectada de eventos probabilísticos: movimento permanente, incompletude, mudança”.

Desenvolver a ação facilitadora na rede da vida, considerando a universidade – unidade na diversidade – considerando o movimento, a incompletude.

Diante dessas análises, pode-se observar que a formação e a identidade docente foram os maiores alvos na mudança da LDB e isso, como já analisado, levou a busca de uma ressignificação da práxis.

Segundo Freire (1985, p. 29) “Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõe, a si mesmos, como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu „posto no cosmo“, e se inquietam por saber mais”.

Essa busca por se conhecer mais, leva ao “ser mais” que seria a humanização do homem para com o homem, sentindo-se parte dos movimentos da história, conhecendo seu papel na sociedade como responsável por mudanças e estagnações sociais.

2.4.1 PROCESSO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

Em tempo de aceleradas mudanças, cabe aos pais e educadores o papel de facilitadores do crescimento dos alunos. Temas como: amor, autoridade, liberdade, autonomia, responsabilidade e respeito, requerem de nós especial atenção com a finalidade de nos mantermos alinhados a nossa missão educacional.

A escola proporciona às famílias, a interação do corpo docente e administrativo com os responsáveis pelos alunos, em momentos recreativos.

Durante os encontros são realizadas palestras, dinâmicas, relaxamento envolvendo os responsáveis, alunos, professores e demais funcionários da escola. Também são realizadas exposições de trabalhos, oficinas, apresentações artísticas.

A família e a escola têm se distanciado bastante nos últimos anos. Em que isso pode afetar a disciplina escolar? O que tem causado tal distanciamento? Como a escola pode estar trabalhando o controle da indisciplina e a formação cidadã a partir da participação dos pais em seu contexto?

De fato, as alterações pelas quais as famílias vêm passando geraram impactos na sociedade em geral.

A falta de limites, a falta de estudo diário e a baixa estima são sentidas no contexto escolar, que não dá conta de solucionar seus conflitos e os de uma geração (alunos) que está carente de atenção, precisando de pais que lhe cobrem, de pais que lhe cuidem, verdadeiramente de pais mais presentes em sua vida.

2.4.2 CONCEPÇÕES DE DISCIPLINA NA ESCOLA

Desde seu sentido original, a escola surge como lugar em separado e tempo reservado, livre das injunções diretas e imediatas da vida cotidiana, para o necessário isolamento e distanciamento em que a nova geração possa tomar consciência e preparar-se para as incumbências ou regalias próprias de seu grupo social.

À medida que a sociedade progride, as relações parecem se tornar mais complexas, não bastam as aprendizagens generalizadas e difusas que garantiam a estabilidade e a continuidade de seus agrupamentos. Atualmente, os alunos

precisam de mais estímulos para se concentrar e aprender sob a mediação do professor e para se agrupar socialmente.

Os grupos que se diferenciam e se distinguem passam a preparar suas novas gerações para formas de caracterização e potenciação dos interesses que os separam dos demais.

Tomando como referência a concepção de Kuhn (1962, p. 45), paradigma é um conjunto de “crenças, valores e técnicas” que caracterizam um “sistema de pensamento”, determinando uma visão de mundo que confere homogeneidade à produção científica e à organização da sociedade.

O trabalho escolar não pode realmente se efetivar sem esforço, dedicação e, principalmente, disciplina. A disciplina, todavia não pode ser entendida como se tivesse uma finalidade educativa em si mesma. Não pode ser baseada num conjunto de regras de conduta, normas disciplinares rígidas.

Para Makarenko (1992, p. 25), a escola não pode ser confundida com um “caos anárquico” onde cada um faz o que quer. Ao contrário, o papel da escola é exigir o máximo possível do aluno e, ao mesmo tempo, distingui-lo com o maior respeito possível. Exigir o máximo do aluno, no entanto, não pode significar exigir o que está além de suas possibilidades, não podem ser exigências grosseiras e desligadas das pretensões e capacidades do mesmo.

Só se alcança a disciplina através do trabalho consequente do coletivo, de uma escola onde o aluno se sinta feliz e corresponsável pelo êxito escolar. Numa escola em que o aluno deve, sobretudo, estar convencido de que a disciplina é a forma de melhor conseguir o fim visado pela coletividade.

Faz-se necessário ter respeito profundo pelo aluno. Para este estudioso, a disciplina deve ser acompanhada da compreensão de sua necessidade, da sua utilidade, da sua obrigação, do seu significado, e diz: “A disciplina assim deve ser consciente na medida em que deve nascer da experiência social, da atividade prática do trabalho escolar, tornando-se exigência e tradição da própria comunidade escolar (MAKARENKO, 1992, p. 12).

Ainda para o autor, a simples obediência não é sinal de disciplina e não pode nos satisfazer como obediência cega que se exige habitualmente na velha escola: “A disciplina não se cria com algumas medidas disciplinares, mas com todo o sistema educativo, com a organização de toda a vida, com a soma de todas as influências que atuam sobre a criança” (MAKARENKO, 1992, p.12). Assim, as

medidas e os castigos devem ser evitados ao máximo.

Completa, ainda, que a disciplina deve ser entendida como a soma da influência educativa (instrução, métodos de ensino, interação professor x aluno, conteúdos transmitidos, etc.) inserida dentro de um processo de cooperação e comprometimento com a formação do homem necessário à construção de uma nova sociedade.

2.5 CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA INDISCIPLINA ESCOLAR

A indisciplina escolar tem sido o tema de inúmeras discussões no meio educacional. É um fenômeno que não se limita apenas a alguma classe social, faixa etária, gênero ou cultura específica. Tem sido assunto de diversas investigações como, por exemplo, as citadas a seguir, devido a sua propagação nas escolas apresentar um crescimento alarmante. Segundo os professores, a indisciplina tem sido um dos problemas mais difíceis de combater no sistema educacional.

Temos acompanhado o alarmante aumento de casos registrados acerca do aumento da violência em nossas escolas, fato este anunciado por diversos meios de comunicação, o que contribui para gerar um clima de angústia e insatisfação no ambiente escolar. A indisciplina leva à violência e surge quando ocorre o não cumprimento das regras impostas e normas sociais estabelecidas. Refletir sobre suas causas, consequências e caminhar para a mudança envolve a participação dos diversos segmentos: pais, alunos, professores, equipe pedagógica, funcionários e comunidade. Precisamos ter clareza da parcela de responsabilidade de todos. Os professores não podem ser os únicos culpados nesse processo; envolvendo todos na discussão e no enfrentamento do problema, podemos evitar a transferência de responsabilidades (VAGULA, RAMPAZZO, STEINLE, 2009, p.84).

É bem provável que a indisciplina escolar seja um grande desafio e um dos maiores obstáculos no processo de ensino-aprendizagem, tornando-se um complicador para o trabalho do docente e, conseqüentemente, o desempenho dos alunos refletindo nos resultados obtidos. Isso tem sido o principal tema de discussões nas reuniões de pais e mestres, conselho de classe, etc. O universo educacional é muito diverso e repleto de oportunidades e experiências a serem vivenciadas, sendo, portanto, quase impossível existir fórmulas perfeitas e ações infalíveis contra a indisciplina. Uma breve reflexão sobre o significado da palavra indisciplina evidencia uma conexão com o ensino tradicional onde há

descumprimento das regras.

A disciplina severa está relacionada a uma tendência pedagógica liberal tradicional que não teve grande significado no processo de desenvolvimento da criança. Nessa tendência o aluno era visto como um ser indefeso sujeito a corrupção, pouco participativo. Os conteúdos não estavam relacionados com a realidade social do aluno e o professor era visto como autoritário e detentor do saber. A disciplina estava vinculada ao “controle da sala”, ou seja, silêncio, organização e imobilidade dos alunos. Segundo Aranha, (apud VAGULA, RAMPAZZO e STEINLE, 2009, p.15) a função da escola era desvinculada dos problemas sociais, cotidianos e atuais.

Visava preparar os alunos para exercerem seu papel na sociedade, enfatizando o preparo moral, dessa forma, os conteúdos refletem valores, tradições e a cultura acumulada de geração em geração, transmitidos aos alunos como verdades absolutas. Cabe aos alunos em uma atitude passiva, assimilar os conteúdos trabalhados, para reproduzi-los em uma situação de prova.

A falta de estrutura familiar é outro elemento que pode resultar na indisciplina na escola. Por isso, é muito importante analisar o contexto familiar em que a criança está inserida antes de qualquer julgamento de seu comportamento e resultados obtidos. Muitas vezes, quando exposto a situações que o incomode o aluno pode reagir com mau comportamento e estresse. Isso acontece devido ao seu processo de desenvolvimento da personalidade e capacidade de fazer escolhas e de demonstrar suas emoções. Normalmente, nessa fase apresentam um perfil de contestação em relação as regras e limites impostos pelos adultos.

Ao entender que a escola não é o único espaço na qual a criança está inserida, pode-se compreender que o ambiente familiar exerce um papel de suma importância no desenvolvimento do indivíduo. A interação da família não deve ocorrer somente em casa de maneira isolada, a participação da família e a parceria com a escola é essencial para potencializar as boas condições de aprendizagem.

As famílias não se mostram, em grande parte, estruturadas e organizadas para auxiliar e interferir no processo de ensino-aprendizagem dos filhos. Alunos cujas famílias acompanham sua vida escolar são mais propensos a alcançarem êxito em sua transição do 5º para o 6º ano.

Estudantes que fracassam passam a assumir um caráter rebelde, como se

a escola e o que ela representa não fosse relevante para si. Sua família se distancia, julgando que ele consegue resolver seus conflitos, já não é criança e esse pensamento e atitude de distanciamento contribui, ainda mais, para a indisciplina deste.

A violência pode surgir como consequência da indisciplina, que, por sua vez, é caracterizada como uma ação intencional capaz de causar dano à integridade física ou psicológica de um indivíduo ou grupo social. O bullying é um dos exemplos de violência que pode ser encontrado num ambiente escolar.

A escola tem responsabilidade complementar na formação do cidadão, oferecendo condições para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, transmitindo valores para a formação do caráter e zelando pela integridade dos mesmos.

Nos últimos anos, houve um aumento no número de casos de violência registrados nas escolas, as condições socioeconômicas e a convivência em ambientes familiares conturbados, são fatores ligados aos acréscimos dos casos de violência.

O bullying, pode causar traumas físicos e mentais, como o isolamento social, baixa autoestima e cicatrizes no corpo, e em casos extremos pode levar à depressão, ao consumo de drogas e ao suicídio. E este é um tema que precisa ser sempre debatido no ambiente escolar, é dever da escola estar atenta a todas as formas de violência que podem acontecer em seu ambiente, identificando e solucionando os problemas de forma imediata, oferecendo apoio às vítimas, e trabalhando em conjunto com o Conselho Tutelar para a recuperação dos alunos indisciplinados.

Já um aluno que está sendo vítima de bullying, pode apresentar comportamento de isolamento, dificuldades em se relacionar com os demais, baixa estima, tristeza profunda que muitas vezes desencadeia uma depressão, e até mesmo ato de se mutilar. O aumento do número de suicídios de adolescentes que sofrem com o bullying também tem se tornado um problema na educação em nível mundial.

Abordar a temática da violência social é falar de um assunto presente em nosso cotidiano. Essa situação é relatada por muitas pessoas, em diversos espaços e esferas sociais. A relação entre indisciplina escolar e violência social se dá quando analisamos os dados dos altos índices de apreensões de menores

infratores. Alunos indisciplinados geralmente apresentam baixo rendimento escolar, e desinteresse em aprender, sendo assim, grandes são as possibilidades de evasão. Para esse aluno, a escola é um ambiente extremamente desconfortável e desinteressante, quando este fator se une a desestruturação familiar, como consequência, temos um jovem exposto a marginalidade.

Como aumento do envolvimento de crianças e adolescentes na criminalidade, a mídia exhibe diariamente casos de crimes desumanos e que causam indignação em toda sociedade, foi necessário à criação da Lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa lei vem dispor sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, que deve ser fiscalizada pelo Conselho Tutelar, garantindo-os os seus direitos, mas é necessário esclarecer que a Lei nº 8.069/90 (ECA) tem o escopo de proteger a integridade da criança e do adolescente, preceito previsto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, ou seja, reforçar a ideia de que crianças e adolescentes também são sujeitos de direitos como todo cidadão, portanto, precisam ser respeitados. E, ainda, demonstrar que os mesmos, não estão autorizados, de modo algum, a violar direitos de outros cidadãos porque também possuem deveres. No entanto, são deveres que se enquadram à situação peculiar na qual se encontram, pois, são indivíduos em pleno desenvolvimento que precisam ser educados e preparados para o exercício da cidadania.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração da presente pesquisa, levando em consideração o contexto, o tipo de pesquisa, os procedimentos, os instrumentos e a análise dos dados coletados.

Os procedimentos metodológicos exigiram o contato próximo com os sujeitos, no contexto em que o fenômeno acontece. Também foi reconhecida a relatividade da análise dos fatos para comprovação do estudo apresentado.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

A unidade escolar participante da pesquisa é a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Caboclo Bernardo, situada na cidade de Aracruz/ES.

Em conformidade com a sua organização, pode ofertar:

- I. Ensino Fundamental;
- II. Ensino Médio;
- III. Educação de Jovens e Adultos – EJA – nas etapas Fundamental e Médio.

O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 9 (nove) anos, tem por objetivos:

- I. o desenvolvimento da cognição tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do raciocínio lógico;
- II. a compreensão do ambiente natural e sociocultural, dos espaços e das relações socioeconômicas e políticas, da tecnologia e seus usos, das artes, do esporte, do lazer e dos princípios em que se fundamenta a sociedade;
- III. o fortalecimento do vínculo com a família e da humanização das relações em que se assenta a vida social;
- IV. a valorização da cultura local e/ou regional e as múltiplas relações com o contexto nacional e/ ou global;
- V. o respeito à diversidade étnica, cultural e socioeconômica sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, obrigatório e gratuito nas

escolas públicas, com duração mínima de 3 (três) anos, tem por objetivos:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
- II. a formação que possibilite ao educando, no final do curso, compreender o mundo em que vive em sua complexidade, para que possa nele atuar com vistas à sua transformação;
- III. o aprimoramento do educando como cidadão consciente, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. A compreensão do conhecimento historicamente construído, nas dimensões filosófica, artística, científica e tecnológica e a interdependência nas diferentes disciplinas.

A oferta da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA –, nas etapas fundamentais e médias, tem por objetivos:

- I. assegurar o direito à escolarização àquele que não teve acesso ou continuidade de estudo na idade própria;
- II. garantir a igualdade de condição para o acesso e a permanência na unidade de ensino;
- III. ofertar educação igualitária e de qualidade, numa perspectiva processual e formativa;
- IV. assegurar oportunidade educacional apropriada, considerando as características do educando, seu interesse, condição de vida e de trabalho;
- V. respeitar o ritmo próprio de cada educando no processo ensino- aprendizagem.

A comunidade de Barra do Riacho sabe que a maioria das pessoas, na atualidade, não vive mais do pescado como há tempos, isso inspira a todos nessa região a buscar cada vez mais uma educação de qualidade, em primeiro lugar para formar cidadão, mas também para atender à demanda de emprego das empresas do local. Essa concepção a escola tem compreendido e procura proporcionar a satisfação dessa necessidade, pois investe nos educandos com os meios que a escola possui, acreditando que o futuro deles pode ser brilhante.

Por muito tempo, a escola tem pensado nas condições de vida do entorno, estudando sempre a melhor forma de receber a demanda de educandos, buscando melhorar a qualidade de ensino através de capacitações, de reflexões acerca da prática pedagógica lembrando que se trata de um trabalho com uma clientela de baixa renda em sua maioria. Nesse sentido, pensa-se na Proposta cuidadosamente, analisando-a com toda a equipe pedagógica, com a participação

do Conselho de Escola, funcionários, alunos e os pais dos alunos, na tentativa de consolidar a missão e a visão da escola. Tem-se, nesse documento, a definição das premissas e compromissos da escola, a organização e a integração das atividades pedagógicas, envolvendo os projetos constantes no Planejamento Anual de Atividades, proporcionando prioridade aos alunos e sua aprendizagem; cumprindo com responsabilidade o calendário de 204 dias letivos e 800 horas, de acordo com a LDB, LDBEN, Regimento Comum da Rede Estadual de Ensino e o Novo Currículo Escolar.

3.1.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Caboclo Bernardo se localiza no endereço: Rua Professor Aparício Alvarenga, nº. 145, , meio urbano, Aracruz, Espírito Santo. Cujo telefone para contato é o número (27) 3296.9778, seu e-mail é escolacaboclo@sedu.es.gov.br.

O Ato de Criação de 5ª a 8ª série foi o de número 2224/1986. O de Criação Ensino Médio foi a Portaria Nº. 2061 de 05 de novembro de 1984, tendo o Ato de Aprovação de 5ª a 8ª série: 41/1975

De acordo com o Ato de Aprovação Resolução CEE Nº. 61/92 de 07 de dezembro de 1992, instaurou-se o Ensino Médio.

A instituição está inscrita no CNPJ nº: 03.359.397/0001-09, pois possui uma unidade executora dos recursos recebidos.

A Entidade Mantenedora é a Secretaria Estadual de Educação (SEDU). A escola atende aos níveis de ensino: Ensino Fundamental, EJA e Ensino Médio.

3.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE CADA ETAPA QUE A INSTITUIÇÃO OFERECE

A educação escolar, numa esfera geral, tem por objetivo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas concomitante ao respeito à liberdade. No que tange ao âmbito público, a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais é garantida.

A educação no Ensino Fundamental objetiva o desenvolvimento da cognição

tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do raciocínio lógico, bem como a compreensão do ambiente natural e sociocultural, dos espaços e das relações socioeconômicas e políticas, da tecnologia e seus usos, das artes, do esporte, do lazer e dos princípios em que se fundamenta a sociedade. A conquista do vínculo familiar, que pode humanizar as relações da comunidade escolar desde que respeitadas as diferenças culturais e sociais e as múltiplas relações com o contexto nacional ou global, eliminando quaisquer formas de discriminação.

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, obrigatório e gratuito, com duração mínima de 3 (três) anos, tem por objetivos a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos a fim de subsidiar a compreensão do mundo em que vive. Aprimora o educando como cidadão consciente, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico nas dimensões filosófica, artística, científica e tecnológica e a interdependência nas diferentes disciplinas.

A EJA assegura o direito à escolarização àquele que não teve acesso ou continuidade de estudo na idade própria, garantindo a igualdade de condição para o acesso e a permanência na unidade de ensino com qualidade e igualdade numa perspectiva processual e formativa considerando as características do educando, respeitando seu ritmo próprio.

3.1.3 APRESENTAÇÃO DO PERFIL DAS TURMAS DE 6º ANO

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Caboclo Bernardo se constitui de uma clientela de 6º ano, basicamente, advinda das turmas de 5º Ano da própria instituição, com poucas matrículas novas de um ou outro aluno de transferência recebida de outra cidade ou estado da federação.

São turmas cujos alunos ingressam com bom desenvolvimento, mas que no decorrer do ano, acabam tendo, na sua maioria, um baixo desempenho.

Inicialmente, possuem alguns hábitos típicos do Ensino Fundamental I, ou seja, chamam os professores de “tios”, pedem constantemente para sair de sala (banheiro ou beber água), levantam-se por diversas vezes, têm o hábito de delatar os colegas, que chamam de fofocas, “fulano está fazendo isso”, “ciclano mexeu

comigo”, etc.

Nota-se que não se organizam ao perguntar, interrompendo a explicação do professor para narrar fatos e histórias acontecidas, repetem as falas dos colegas e fazem uma confusão, pois querem falar todos ao mesmo tempo e num tom alto de voz.

Apesar dos estudantes serem, em grande parte, afáveis, eles conversam, implicam e brigam por qualquer coisa, não precisando de motivo para tal ação.

Também não conseguem se organizar com os materiais e com as aulas, pois antes, no quinto ano, tinham um professor de núcleo comum e os de área específica apenas uma vez na semana, conforme a grade curricular. No sexto ano, são 08 professores de área específica, que, no máximo, possuem duas aulas por dia letivo, em 50 minutos de aula, o que dificulta a aproximação e o relacionamento entre eles.

Conforme informações dos professores, as turmas são agitadas, mistas com meninos e meninas, equilibradamente, mas que apresentam dificuldades em se relacionar, causando tumultos, discussões e brigas. Alguns tumultuam as aulas no momento da explicação, outros não conseguem se concentrar em atividades. As turmas variam entre 23 a 28 alunos e a matrícula é feita com base na faixa etária e pela ordem de matrícula. A enturmação, quando necessária, sofre alterações e remanejamentos para evitar conflitos maiores. Os sextos anos detêm o maior número de reprovados por ausência às aulas por desempenho. Nota-se que o acompanhamento familiar feito até o quinto ano, passa a ser bastante reduzido e, em alguns casos, nem existe mais, pois os pais imaginam que os filhos já conseguem “caminhar” sozinhos.

3.2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida por etapas de forma a que não ficasse muito corrido e a organização fosse facilitada.

Dessa forma, a primeira etapa da pesquisa foi coletar, na secretaria da escola, os alunos que estavam com as notas do 1º trimestre abaixo da média, a fim de selecioná-los a participarem da amostra na qual seriam aplicados os questionários.

A segunda etapa tratou da aplicação do questionário para alunos e

professores, com questões abertas para investigar as causas pertinentes à indisciplina, baixo rendimento escolar e os fatores socioeconômicos educacionais.

A etapa 3 envolveu a aplicação da ficha de acompanhamento ou contrato didático do aluno (Anexo 1) para o professor e o controle de ajudante do dia (Anexo

2) para os alunos em sala de aula, com o objetivo de ajudar nos compromissos da família, aluno e professor, e proporcionar um melhor desempenho escolar.

A quarta etapa foi o desenvolvimento de palestra com a coordenadora pedagógica, da instituição em pesquisa, sobre “Atitudes de indisciplina e a violência gerada pela mesma”, deu-se a partir da ideia de demonstrar que a falta de disciplina significa que algo não vai bem, e que a falha pode estar nas relações, e não nas pessoas.

Prosseguindo, a 5ª etapa da pesquisa foi a elaboração do Projeto Gentileza, tendo como base alguns outros projetos pesquisados na internet e as necessidades das turmas envolvidas.

A sexta etapa foi a apresentação do projeto aos alunos do 6º ano da escola participante.

A sétima etapa foi o momento de organizar e realizar palestras para os pais, com a participação da psicóloga, assistente social, conselheira tutelar, CRAS e docentes, de maneira a construir um vínculo de parceria entre as partes e relatar a situação dos alunos de baixo rendimento, faltosos, indisciplinados e causadores de ato-infracional da Escola Estadual de Ensino Fundamental “Caboclo Bernardo”:

A seguir, essas ações/etapas vão sendo descritas de maneira mais pormenorizada.

3.2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação ao percurso metodológico, a pesquisa foi um estudo de caso, desenvolvida através de questionários destinados aos alunos e professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Caboclo Bernardo, localizada em Barra do Riacho, Aracruz, ES, com a intenção de identificar os motivos das dificuldades encontradas na transição do quinto para o sexto ano. Essa investigação baseia-se na abordagem qualitativa, tendo como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica e de campo.

3.2.2 SUJEITOS PESQUISADOS

A pesquisa de campo se baseou na aplicação de questionários direcionados aos alunos do 6º ano e aos respectivos professores das turmas, todos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Caboclo Bernardo.

A intenção foi deixar livre, para que os participantes respondessem ao questionário de forma facultativa. Assim, após a autorização da direção da referida escola, procedeu-se a aplicação dos questionários.

Em conformidade com o Código de Ética, os nomes dos alunos e professores do 6º ano não foram divulgados, de forma manter sua identidade preservada, as citações e referências a eles receberam um codinome para organização do texto e das ideias e opiniões dadas.

3.3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS ATRAVÉS DO QUESTIONÁRIO

O questionário foi elaborado com perguntas fechadas e abertas de maneira a que os participantes (alunos e professores do 6º ano) pudessem articular suas percepções e que essas viessem a desenhar o contexto de indisciplina existente na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Caboclo Bernardo”. Vivenciar o problema é poder falar melhor sobre ele do que uma pessoa externa que passa a conhecê-lo a partir daquele dado momento, daí a relevância de através dos questionário coletar as respostas, relatos de sua vivência no mesmo espaço.

1ª Etapa

As informações foram coletadas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Caboclo Bernardo”, cujos participantes foram os alunos do sextos anos, da turma 1 (04 alunos), turma 2 (07 alunos), turma 3 (10 alunos) e turma 4 (14 alunos), totalizando 35 alunos do turno vespertino. Entretanto, no dia da aplicação, um aluno faltou à aula, sendo computados 34 participantes.

O critério adotado para participação na pesquisa foi a inserção dos alunos nos anos de escolaridade a ser pesquisada. Assim, neste estudo participaram 34 estudantes das quatro turmas envolvidas na pesquisa.

Essa etapa tem o propósito de quantificar os alunos que estão com as notas

do 1º trimestre abaixo da média, através de dados colhidos na secretaria da instituição.

A seguir, a tabela 1 mostra a proporção de alunos por sexo dos participantes da pesquisa.

Tabela 1 – 6º anos 1, 2, 3 e 4

SEXO	QUANTIDADE	% (PORCENTAGEM)
Feminino	10	28,57
Masculino	25	71,43

Fonte: EEEFM “Caboclo Bernardo”

A partir desses dados, percebeu-se que as turmas de 6º ano possuem mais meninos do que meninas. São, no total, 15 meninos a mais do que as meninas. O que já indica uma divergência, pois a socialização em momentos de formação de grupos de estudo e de atividades no recreio ficam mais complexas.

2ª Etapa

Aplicou-se um questionário para alunos e professores, com questões abertas para investigar as causas que dificultam a transição dos alunos do 5º para o 6º ano, essas pertinentes à indisciplina, baixo rendimento escolar e os fatores socioeconômicos educacionais.

A escolha da amostra foi com os alunos que apresentaram baixo rendimento escolar no 1º trimestre 2019 que responderam o questionário.

Os dados foram coletados por meio do questionário com estrutura fechada, após essa coleta os dados foram tabulados e dispostos por meio de gráficos.

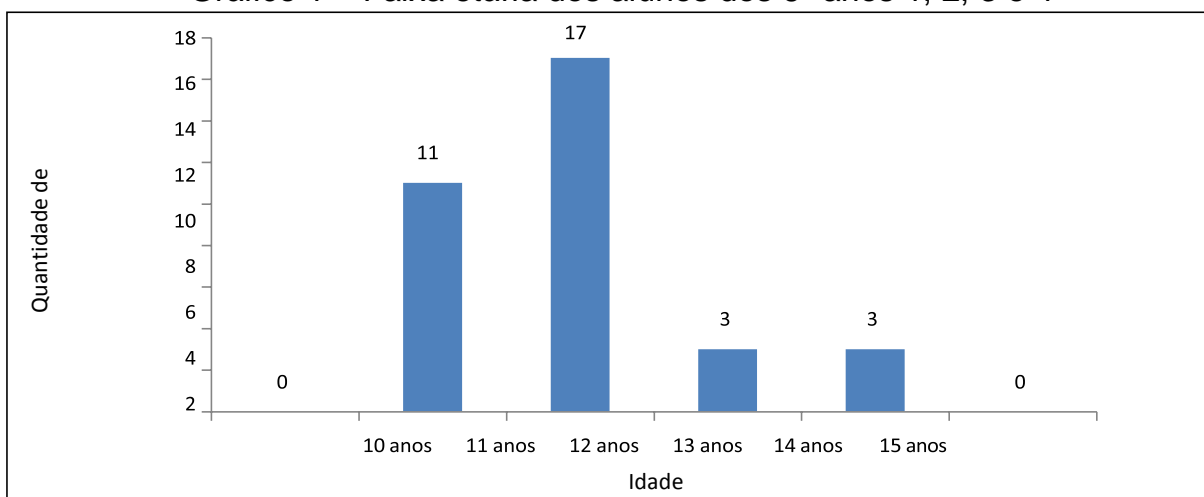
3.3.1 DIRECIONADO AOS ALUNOS

O questionário foi constituído por 10 questões (Apêndice 1) e aplicado pela pesquisadora, durante 00:50min (cinquenta minutos) na aula do professor que estava nas turmas dos 6º anos 1, 2, 3 e 4. De acordo com o entendimento dos alunos, os gráficos a seguir mostram as análises de alguns pontos relevantes retratados na pesquisa:

*** Idade dos alunos:**

Em relação à idade dos participantes, o Gráfico 1 ilustra o seguinte resultado: 31,43% têm 11 anos (11 estudantes); 48,57% têm 12 anos (17 estudantes); 8,57% têm 13 anos (03 estudantes); 8,57% têm 14 anos (3 estudantes); e não possuíam aluno com 10 anos ou mais de idade na amostra. Dos 35 alunos, um havia faltado à aula, resultando em 34 participantes.

Gráfico 1 – Faixa etária dos alunos dos 6º anos 1, 2, 3 e 4



Percebe-se que os alunos, em sua maioria, estão na faixa etária coerente com o ano em que estudam. O que indica que eles, apesar de apresentarem baixo rendimento, conseguem atingir notas suficientes, porém não excelentes, para concluir os estudos.

Há, ainda, uma pequena quantidade de alunos repetentes, o que nos indica pela idade apresentada. Esses, porém, trazem um problema estrutural de longa data tanto cognitivo quanto psicológico, social e físico. Muitos não se dedicam tanto aos estudos, até mesmo por não ter apoio familiar, ou mesmo precisam conciliar trabalho e estudo para ajudar nas despesas da casa.

Essa realidade de crianças e adolescentes trabalharem informalmente para ajudar na subsistência da família permeia a sociedade brasileira. De acordo com Cervini e Burger (apud SOUSA; ALBERTO, 2008, p. 4),

[...] o ingresso precoce no trabalho decorre de duas ordens de macrofatores, quais sejam: a pobreza, em que as famílias são impelidas a tomar determinadas decisões, como a de mandar seus filhos para trabalhar; e a estrutura do mercado de trabalho, cuja configuração oferece

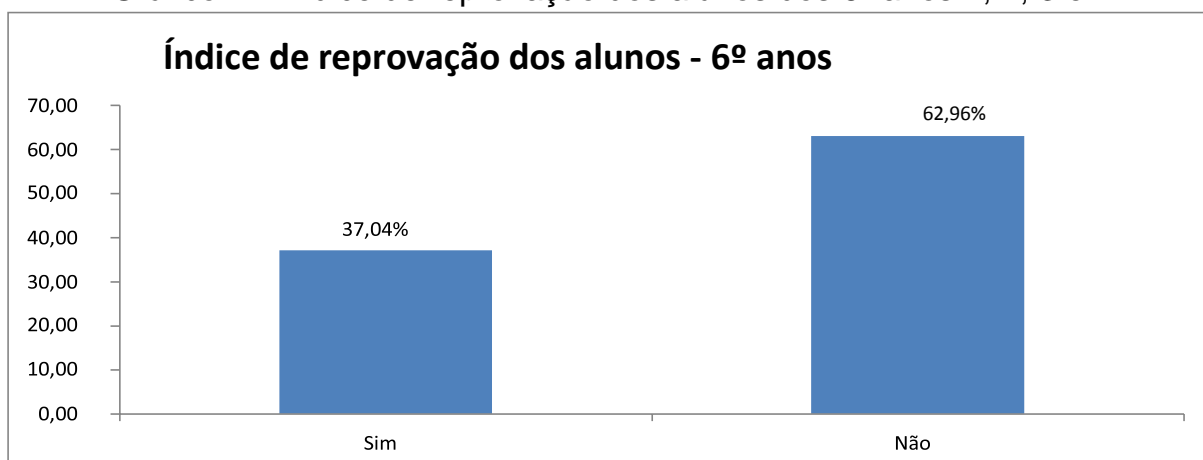
condições apropriadas para a absorção desse tipo de mão-de-obra.

Apesar de existirem programas que auxiliem os alunos, como o Bolsa Família, e outros, estes não conseguem desfazer este contexto, que certamente atrapalha a vida escolar dos alunos e, conseqüentemente, seu sucesso escolar.

***Reprovação dos alunos:**

Observa-se no gráfico a seguir, que a maioria dos alunos que responderam ao questionário não estão na faixa etária defasada, e, sim, estão na idade e série certas. Apesar dos alunos não atingirem as notas suficientes no trimestre, grande parte consegue alcançar um rendimento necessário para concluir o ano letivo. Por meio de avaliações de recuperação e trabalhos que lhes são submetidos, eles conseguem alcançar melhores notas ao final dos trimestres, comprometendo, assim, apenas as notas distribuídas durante o mesmo. Pode-se citar a falta de interesse do aluno em aprender e realizar as atividades e quando chega ao final do trimestre eles se esforçam mais para recuperar as notas perdidas.

Gráfico 2 – Índice de reprovação dos alunos dos 6º anos 1, 2, 3 e 4



Notamos que muitos alunos ficam retidos no 6º Ano, inclusive é o maior índice de reprovação da escola.

A transição do 5º para o 6º ano é um fator que potencializa esses dados de reprovação, pois grande parte são alunos egressos no 6º, advindos do 5º, mostrando que há uma dificuldade nessa passagem do Fundamental I para o Fundamental II.

A escola entende que existem duas situações que podem gerar esse agravante: falhas de 1 ao 5º ano, que influenciam no desempenho escolar do 6º (o que caberia outra pesquisa) e a falta de acompanhamento dos familiares na vida escolar dos filhos, o que desmotiva e torna os alunos desinteressados em se empenharem durante os trimestres, se dedicando apenas ao final do ano.

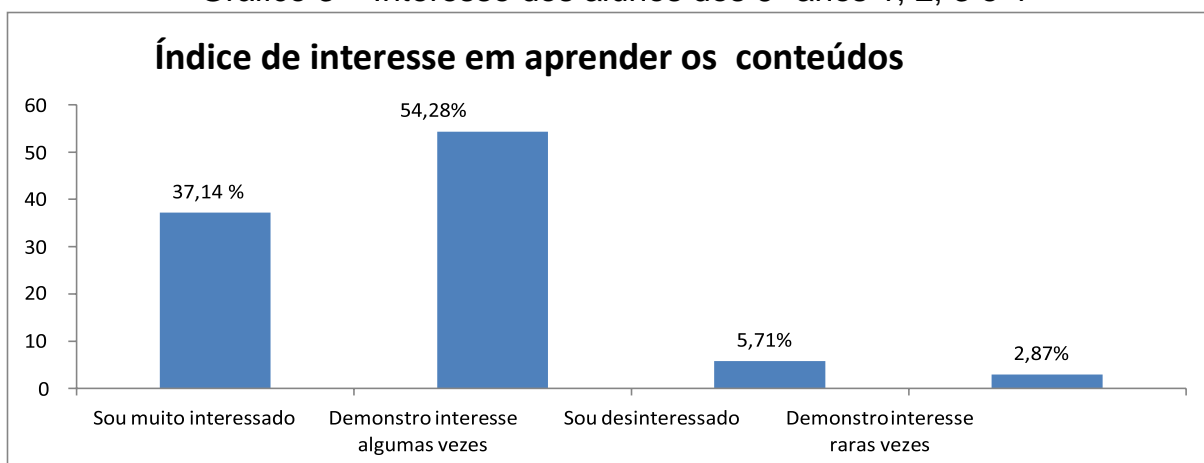
***Interesse em aprender os conteúdos:**

De acordo com o gráfico a seguir, percebe-se que o maior índice está relacionado ao item “demonstro interesse algumas vezes”, isso implica no ensino-aprendizagem dos alunos.

Na maioria das vezes a falta de interesse se dá pelas aulas mal planejadas, cansativas e desgastantes. Uma aula bem preparada e elaborada de acordo com a realidade dos alunos influencia muito na hora de prender a atenção deles. Muitas vezes a atenção deles está voltada para a internet.

Cabe ao professor adequar suas aulas utilizando recursos mais avançados, que podem até surtir mais efeito no processo de ensino aprendizagem. Hoje a internet nos dá tudo em mãos em tempo real. O professor precisa ser o mediador, sabendo conduzir tais informações que são encontradas na internet para que a aula tenha sentido e traga prazer para quem a assiste.

Gráfico 3 – Interesse dos alunos dos 6º anos 1, 2, 3 e 4



Outro ponto importante é a falta de perspectiva dos alunos. Nem todos pensam em fazer um curso superior e se especializar, então se perguntam para que estudar tal matéria se nunca vão usar para nada. O professor, então, tem o

dever de conduzir este aluno à formação cidadã. Não se aprende apenas o que se utiliza na escola, aprende-se o que faz ser um cidadão inteligente, que saiba discutir um pouco sobre cada assunto.

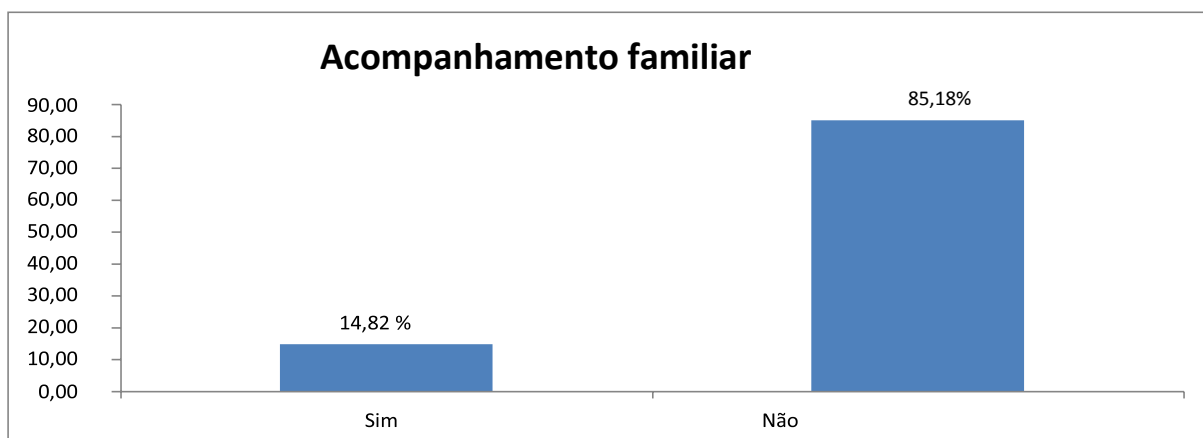
A motivação e o uso de técnicas e metodologias diversificadas, que incentivem os alunos do 6º ano aos estudos deve ser constante, bem como a família parceira e incentivadora do estudo e desempenho dos filhos.

* Acompanhamento familiar:

Ao pesquisar o acompanhamento familiar, relacionado ao ensino-aprendizagem, foi apontado pelos alunos no gráfico a seguir, que a família não acompanha diariamente os seus estudos com as tarefas de casa e seu aprendizado escolar, comprometendo, assim, a vida escolar desses.

A família é a base da construção do ser como cidadão, bem como sua referência para a criança. Dessa forma cada criança constrói sua identidade interagindo com as outras de acordo com os princípios que lhes foram passados. É primordial que a família e a escola mantenham laços e trabalhem em conjunto para obter resultados. O tipo de educação familiar pode prejudicar ou facilitar a aprendizagem.

Gráfico 4 – Acompanhamento dos pais dos alunos dos 6º anos 1, 2, 3 e 4 em sua vida escolar



A escola contribui para a socialização da criança, bem como seu aprendizado. A família educa, ensina valores, incentiva. É fato que a falta do acompanhamento familiar acarretará em um baixo desempenho. O aluno precisa

estar motivado e tendo apoio de quem é mais importante para ele, sua família, seja ela quem for. A união escola-família se faz necessário, no intuito de construir o conhecimento do cidadão.

Em todos os contextos, a participação docente é primordial, pois ele é o mediador entre aluno-escola-família. Sua forma de trabalhar nas turmas de 6º ano deve primar pelo respeito às individualidades e pela valorização do conhecimento que seus alunos trazem consigo e como isso será concebido pelos colegas depende de sua motivação.

Quando os filhos ingressam nos anos finais do Ensino Fundamental, muitos pais acreditam que não necessitam de sua ajuda e os deixam “caminhar sozinhos”, como autônomos, o que não representa uma atitude correta. Adolescentes precisam do acompanhamento dos pais, tal qual as crianças, com algumas adaptações.

3.3.2 DIRECIONADO AOS PROFESSORES

Conforme expressado anteriormente, os professores são personagens cruciais no contexto escolar. Sua atuação precisa ser de resgate aos familiares, de envolvimento dos alunos do 6º ano em sua rotina, agora em nível de Ensino Fundamental II.

Os professores de 6º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Caboclo Bernardo”, participaram da pesquisa, declarando alguns pontos relevantes quanto a essas turmas e seus respectivos discentes.

1ª) De acordo como se percebe, o fracasso escolar no ensino-aprendizado dos alunos dos 6º anos do Ensino Fundamental II, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Caboclo Bernardo”, foi apontado pelos educadores que:

Professor 1: “é resultado de uma série de fatores que acaba interferindo no processo de aprendizagem”.

Professor 2: “é impactante, principalmente pela falta de sonhos e expectativas de um futuro pela maior parcelas dos alunos”.

Professor 3: “é consequência da falta de acompanhamento das famílias”.

Professor 4: “neste contexto está muito além da educação, abrange a

contexto familiar e social”.

Professor 5: “eu vejo com tristeza, uma vez que, apesar de terem alguns alunos indisciplinados, há uma quantidade considerável de alunos que buscam e querem estudar.

Professor 6: “é uma situação preocupante, pois o 6º ano é a porta de entrada para o ensino fundamental II.

Professor 7: “vejo alguns ausentes na educação dos filhos”

Nesta etapa, constatamos que os professores também lamentam a falta de continuidade do acompanhamento familiar e da dedicação dos alunos aos estudos. Parece que encerrou uma etapa (Fundamental I) para inciiar outra (Fundamental II), dissipadas uma da outra. O que não ocorre, mas sim a continuidade deste nível de ensino. Escolas que possuem os anos iniciais e os anos finais precisam trabalhar junto, para que não se perceba uma interrupção, coclusão, porém a continuidade dos estudos.

2ª) Ainda pensando no professor como organizador da aula que é o principal responsável pela prevenção da indisciplina em contexto de aula, percebe-se que:

Professor 1: “sim, em sala de aula o professor é o regente da aula e autoridade máxima, entretanto muitos alunos não têm sequer o básico dos limites de casa.

Professor 2: “não, o aluno tem que manifestar o respeito, a educação em silenciar nos momentos de orientação e explicação.

Professor 3: “o professor é autoridade máxima na sala de aula, impondo limites...”

Professor 4: “não, os alunos que ficam transitando no pátio influenciam muito o ambiente interno da sala”.

Professor 5: “acredito que não. A família, principalmente, é necessário caminhar junto da escola e professores”.

Professor 6: “o professor é o principal responsável, mas precisa do apoio da coordenação e gestão escolar para conseguir este propósito”.

Professor 7: “sim, e deve ter apoio do corpo pedagógico também”.

Como já discutido em outras seções desta dissertação, o professor é o

mediador, mas para isso, ele deve ser percebido assim. Ele planeja, atua, mas a postura de autoridade não mais é como antes. Hoje os alunos devem ser convidados a organizar junto, a se sentir parte do processo de ensino-aprendizagem em parceria com seus docentes.

Do 1º ao 5º ano, o aluno possui, geralmente, um professor regente, do 6º ao 9º ano são 08 professores, com especificidades de atuações diferentes. Todos precisam estar alinhados para que a educação seja compartilhada.

3ª) Pensando nos motivos que os alunos adotam comportamentos indisciplinados no ambiente escolar, os professores apontaram que:

Professor 1: “por diferentes motivos, alguns para chamar atenção, outros por problemas familiares ou sociais...”.

Professor 2: “a indisciplina vem com o hábito de não ouvir uma orientação e sempre fazer o que desejam”.

Professor 3: “muitos “chamar atenção” e necessitam de limites”.

Professor 4: “vejo que o motivo é variável, alguns pela falta de educação; outros porque não tem voz em casa e na escola querem ser vistos; também há aqueles que são violentos porque este é o seu ambiente”.

Professor 5: “acredito que muitos não acreditam neles mesmos. Não há um incentivo em casa, há muitas famílias desestruturadas, um conjunto de fatores acabam por deixá-los assim”.

Professor 6: “falta de comprometimento da família (pais que não estão presentes), querem chamar à atenção e situações conflituosas em casa”.

Professor 7: “falta de interesse, perspectivas de vida, entre outros”.

Através das falas dos professores, entendemos que os alunos necessitam de atenção no seio familiar, de orientações valiosas, valores e ensinamentos que os constituirão enquanto pessoas/filhos. Posteriormente, e não desvinculados desta educação familiar, eles recebem as orientações escolares, aprendizagens que complementarão o que os pais ensinam e que utilizará em sua vida, no mundo.

Por isso, a escola não deve cumprir os ensinamentos que competem aos pais, mas o que lhe é de função. A dificuldade encontrada pelos docentes é justamente receber adolescentes/estudantes sem essa formação familiar.

4ª) Ao conduzir a turma para incluir os alunos indisciplinados, os educadores acreditam:

Professor 1: “organizando a sala, utilizando o mapa de sala e explicando o que devo e não devo fazer no ambiente escolar”.

Professor 2: “provoco com questionamentos sobre o assunto abordado ou estímulo uma resposta coletiva”.

Professor 3: “atividades de monitoria”.

Professor 4: “tento sempre colocar um aluno que produz para acompanhar aqueles que são mais indisciplinados”.

Professor 5: “eu tento dialogar, conversar. Acredito que com uma boa conversa muitos problemas podem ser resolvidos”.

Professor 6: “tenho dificuldade, pois os alunos desrespeitam demais. Tento estabelecer um diálogo e fazê-los entender a importância de estudar”.

Professor 7: “dou a mesma oportunidade que os demais alunos”.

A complexidade de estabelecer um relacionamento saudável e acabar com a indisciplina é, segundo a maioria dos professores, através de diálogo, aproximação e organização de sala.

Entretanto, se a falha está na educação familiar, essas ações se mostram mais difíceis; daí a necessidade de a família estar presente na vida escolar dos filhos, intensificando sua educação.

5ª) Buscando melhor atender a todos, a atuação de cada professor voltado para tais situações de indisciplina, tenta-se realizar:

Professor 1: “procuro resolver o que cabe a mim orientando e conversando e alguns casos conduzindo ao coordenador e pedagogo”.

Professor 2: “tento primeiramente chamar à atenção com brincadeiras, olhares, “indiretas” (nossos alunos são carentes)” e só então sou mais incisiva”.

Professor 3: “sempre tento resolver as situações primeiramente em sala, mas em casos extremos, encaminho o aluno à coordenação”

Professor 4: “converso, tentando mostrar que só o aluno que vai mais perder com este comportamento. Em última situação peço ajuda aos coordenadores”.

Professor 5: “sigo com as conversas e diálogos. Em um primeiro momento uma conversa com toda a turma e posteriormente com os alunos separadamente”.

Professor 6: “tento conversar sobre os seus problemas, o porquê age dessa maneira, em situações mais drásticas encaminho para a coordenação”.

Professor 7: “converso com o aluno para tentar resolver e/ou coordenador, pedagogo e diretor.

A busca pela resolução dos conflitos em sala de aula é uma proposta acertada, pois é o principal espaço de convivência entre professor e alunos. É ali que eles dividem ensino e aprendizagem, que se tornam parceiros.

Levar para o externo (coordenação, supervisão ou direção) só em extrema necessidade, quando os argumentos se esgotaram e não há mais nada a se fazer em sala de aula.

Enquanto o docente puder estabelecer “relações afetivas” com seus alunos, melhor será.

6ª) Assim, o papel do aluno no estabelecimento das regras impostas na sala de aula, segundo as orientadoras é de:

Professor 1: “compreender que em qualquer ambiente temos direitos e deveres a serem cumpridos”.

Professor 2: “deveria ser de respeito e cumprimento que nitidamente não acontece”.

Professor 3: “regras existem para serem cumpridas. Para que haja aprendizado o ambiente escolar deve possuir limites e recursos atrativos”.

Professor 4: “ele deve respeitar mesmo com atitudes que não são do seu hábito, porque em todo ambiente há sempre regras para um bom relacionamento entre os indivíduos”.

Professor 5: “ele deve entender que na escola há regras, há uma hierarquia. O problema é que muitos alunos acham que na escola podem tudo, é na escola que recebem os primeiros não”.

Professor 6: “participar da criação dos combinados em sala e cumpri-los, e ajudar para que toda a turma cumpra as regras.

Professor 7: “seguir as regras para um bom andamento da aula”.

O estabelecimento de regras, para alunos adolescentes, é complicado, pois sua natureza é a de transgredi-las. Por isso, é relevante o professor criar as

normas junto com eles, motivando para que sejam coletivas, que atendam a todos e aos professores e à escola.

Sentindo-se parte do processo dessa construção, é mais fácil lidar e cobrar, quando necessário, aquilo que eles mesmos produziram.

7ª) Ao analisar o contexto da família e escola, a família desses alunos contribui para um bom aprendizado ou não? Os professores analisaram que:

Professor 1: “na maioria dos casos não. Na maioria dos casos de indisciplina e fracasso escolar os alunos não são acompanhados”.

Professor 2: “acredito que muitas famílias fazem dentro do que é possível, devido o próprio nível de instrução. Porém, temos uma parcela da população que transfere sua responsabilidade de educar à escola e os professores, o que influencia no sucesso do aprendizado”.

Professor 3: “não. A maioria das famílias não acompanham os seus filhos na escola”.

Professor 4: “alguns tem apoio da família, porém os indisciplinados a família, na maioria, são doentes e não tem regras ou estruturas. O apoio do aluno está somente na escola”.

Professor 5: “contribui muito. É notável que os alunos disciplinados, a maioria deles tem uma família presente e os indisciplinados tem uma família ausente”.

Professor 6: “com certeza. Uma família presente e que cobra do filho o compromisso com a escola, ajuda este a aprender.

Professor 7: “acredito que não contribui de forma significativa”.

Esta última abordagem nos mostrou que família é a primeira instituição e que ela precisa atuar em prol dos filhos. Os alunos pouco acompanhados por seus pais são os que mais sofrem o fracasso. A falta de atenção dos pais pode gerar dificuldades de relacionamento interpessoal, déficit de atenção, indisciplina (pois não segue às regras), falta de limites e tantos outros problemas.

Através das respostas dos professores, pode-se perceber algumas situações que levaram essas turmas a terem alunos retidos no 6º ano, principalmente em função da indisciplina.

Sobre o 1º questionamento, envolvendo o fracasso escolar dos alunos do

6º Ano da EEEFM “Caboclo Bernardo”, os professores citaram fatores como: falta de sonhos e expectativas de um futuro; falta de acompanhamento das famílias; e abrange o contexto social. Nesse sentido, conforme o gráfico 3, falta o desejo por se envolver nos estudos, mas isso não deve ser atribuído apenas aos alunos, crianças e adolescentes. Eles precisam de alguém adulto que os direcione e os faça compreender o valor dos estudos, em casa os pais são responsáveis e, na escola, os professores. Isso não quer dizer deixar de ensinar, parar a aula, mas se aproximar dos estudantes, saber suas angústias, valorizar seu conhecimento e motivá-los a aprender.

Sobre o professor como organizador da aula e o principal responsável pela disciplina, constatou-se que as respostas foram: o professor como a autoridade máxima; os alunos não têm limites em casa; o aluno precisa manifestar respeito e silenciar nos momentos de orientação e explicação; o professor como autoridade deve impor limites; o trânsito de alunos pelo pátio atrapalha a disciplina em sala; a família precisa caminhar junto com a escola; o professor precisa do apoio da coordenação e da gestão para conseguir disciplina. Assim, os docentes não se eximiram da responsabilidade de educar e conter a indisciplina, mas indicaram fatores externos à sala de aula, como agitação e transitação de pessoas no pátio e a ausência da família. Também acrescentam que a equipe gestora precisa apoiá-los, quando necessário, as intervenções devem acontecer continuamente.

Na terceira questão, envolvendo os motivos que levam os alunos a uma postura indisciplinada, os professores participantes responderam: alguns para chamar a atenção, outros problemas familiares e sociais; hábito de não ouvir uma orientação e sempre fazer o que querem; chamar a atenção e não terem limites; a falta de educação, são reprimidos em casa e descontam na escola, vêm de ambiente familiar violento; baixa estima, falta de incentivo em casa, famílias desestruturadas; conflitos em casa, pais ausentes da vida dos filhos; e falta de interesse e perspectivas. Diante de tais fatores, entende-se que novamente, o externo influencia no contexto escolar e os professores acabam recebendo um encargo grande de situações. Interessante que eles tenham a coordenação, a supervisão e a direção como parceiras, para juntos, traçarem estratégias que minimizem os problemas com a indisciplina.

O 5º questionamento insere a melhoria do atendimento a todos e a atuação de cada professor voltado a situações de indisciplina, eles: resolve orientando e

conversando, alguns casos conduz os alunos à coordenação e ao pedagogo; chama a atenção com brincadeiras, olhares, indiretas e depois é mais incisiva; tenta resolver em sala, os extremos encaminha à coordenação; diálogo para melhorar a situação; conversa em particular; tenta, com conversa, descobrir o porquê das atitudes dos alunos indisciplinados. As ações tomadas levam, primeiramente, ao diálogo e isso é muito relevante, pois o aluno é respeitado e precisa entender essa ação como importante em sua vida escolar. Nos casos extremos, a atitude de levar para fora de sala é correta, pois não envolve a turma toda, aí será em particular.

Sobre o papel do aluno no estabelecimento das regras impostas na sala de aula, deve: compreender que em qualquer lugar tem direitos e deveres; não cumpre as regras; ter limites; respeito, mesmo que não são do seu hábito as atitudes para estabelecer bom relacionamento; na escola há regras e hierarquia; participar da criação dos combinados em sala e cumpri-los; ajudar os colegas em seu relacionamento e no cumprimento das regras. Nesse sentido, às vezes, é na escola que os alunos recebem os primeiros “nãos”, pois em casa não há limites e regras, ou estes não os seguem. O aluno deve receber as orientações e ser cobrado no seu cumprimento. Isso diminui a indisciplina e auxilia no relacionamento interpessoal.

A última questão, 7ª, sobre a família e escola e a contribuição da primeira ao aprendizado dos alunos, os professores indicaram que: na maioria dos casos, não; nos casos de fracasso e indisciplina, não há acompanhamento dos pais; muitas fazem o possível, mesmo sem instrução; transferem sua responsabilidade para a escola e para os professores; a maioria dos indisciplinados, os pais são doentes e famílias desestruturadas. Essa questão levanta o pensamento de que família e escola precisam caminhar juntas para a melhoria do desenvolvimento dos alunos, bem como sua aprendizagem e relacionamentos com os colegas, professores e todos os demais funcionários.

Após os dados coletados, nesta etapa da pesquisa, pode-se afirmar que a indisciplina não é um mal nato, ou seja, os alunos não nascem com ela. Eles a adquirem no decorrer da vivência familiar, em que percebe que pode falar mais alto, gritar que será atendido, que pode se alimentar do que quiser e a hora que pretender, que não tem que ter responsabilidades, pois ainda é criança e muitas outras situações do tipo. Os alunos passam, muitas vezes, a conhecer regras mais

rígidas nas escolas, onde trava um verdadeiro embate, já que os pais não cobram o que os professores determinam.

Assim, é preciso que haja uma parceria entre escola e família, disciplinarem de maneira singela e natural e não com imposições, sanções e punições, só dessa maneira o diálogo e a criticidade serão estabelecidos de maneira satisfatória.

3ª Etapa

A aplicação da ficha de acompanhamento do aluno (Anexo 1) para o professor e o controle de ajudante do dia (Anexo 2) para os alunos em sala de aula, tem o objetivo de ajudar nos compromissos que a família, aluno(a) e professor, e proporcionar um melhor desempenho escolar. Esse controle realizado pelo professor e aluno na sala de aula, é definido como o conjunto de comportamentos, são as expectativas do professor em relação aos alunos e destes em relação ao professor. Ou seja, esse contrato é o conjunto de regras que determinam o que cada um deve fazer e quais, de uma maneira ou de outra, serão válidos para o outro.

É, portanto, o conjunto de relações estabelecidas entre a família, o professor, os alunos e o conhecimento.

Visa ajudar nos compromissos que a família e o aluno têm para um melhor desempenho escolar e incluir nessa relação o conhecimento e as maneiras pelas quais esse conhecimento é tratado por ambas as partes. Essas relações são estabelecidas através de negociações implícitas entre professor e alunos (GADOTTI, 1999).

Esta ficha (Anexo 1) define as regras de operação do relacionamento dentro da situação didática. Por exemplo, o direito de falar e ouvir cada uma das partes ou a maneira como os alunos se relacionam na sala de aula, o relacionamento com o professor. A distribuição de responsabilidades, a determinação de prazos, a proibição ou permissão para usar certos recursos, etc.

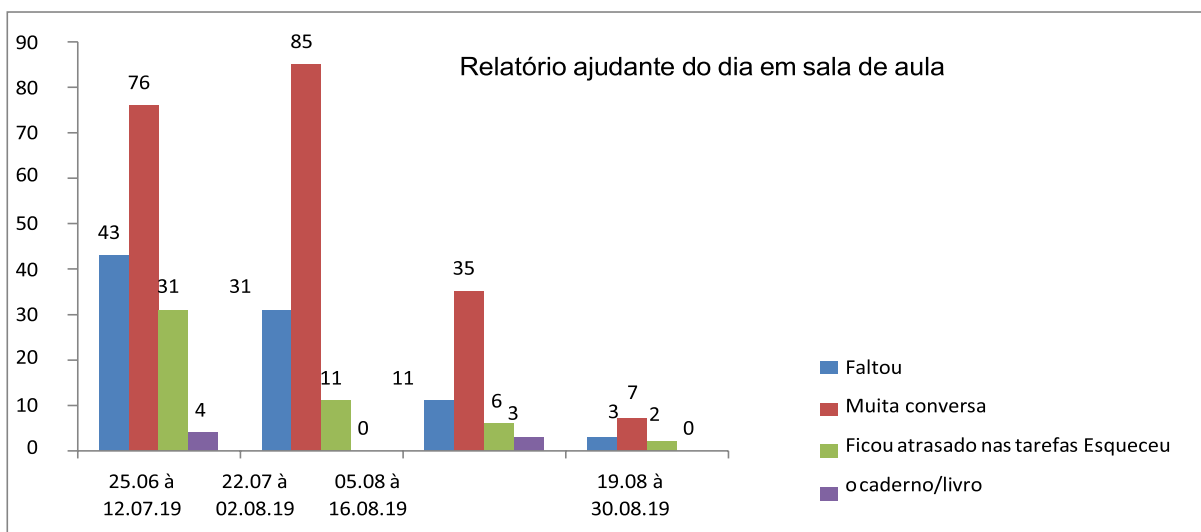
A relação professor-aluno depende de regras pré-estabelecidas. E nem todas se relacionam com o terceiro elemento dessa relação didática: conhecimento.

Os resultados apontam no sentido de que o contrato didático fora estabelecido e negociado na sala de aula, envolvendo a tríade professor-aluno-saber, percebendo-se, também, claras evidências dos seus efeitos.

O gráfico 5, a seguir, mostra que houve uma queda em todos os itens

avaliados, durante o período de 25.06.19 à 30.08.19. Através desse controle, os alunos demonstraram mais responsabilidades e interesse, com condições de chegar ao 2º trimestre com um rendimento melhor.

Gráfico 5 – Ajudante do dia nas turmas de 6º anos 1, 2, 3 e 4



A partir do momento que se foi criando rotinas com os alunos, tarefas simples auxiliaram o estímulo da responsabilidade e empenho dos mesmos em sala de aula. A autonomia foi construída ao longo do tempo e eles foram adquirindo compromisso com as tarefas, tornando-se mais responsáveis, o que influenciou no ensino-aprendizagem, além de desenvolver o senso de liderança. A rotina gera uma organização por parte da criança, tornando-a mais estruturada.

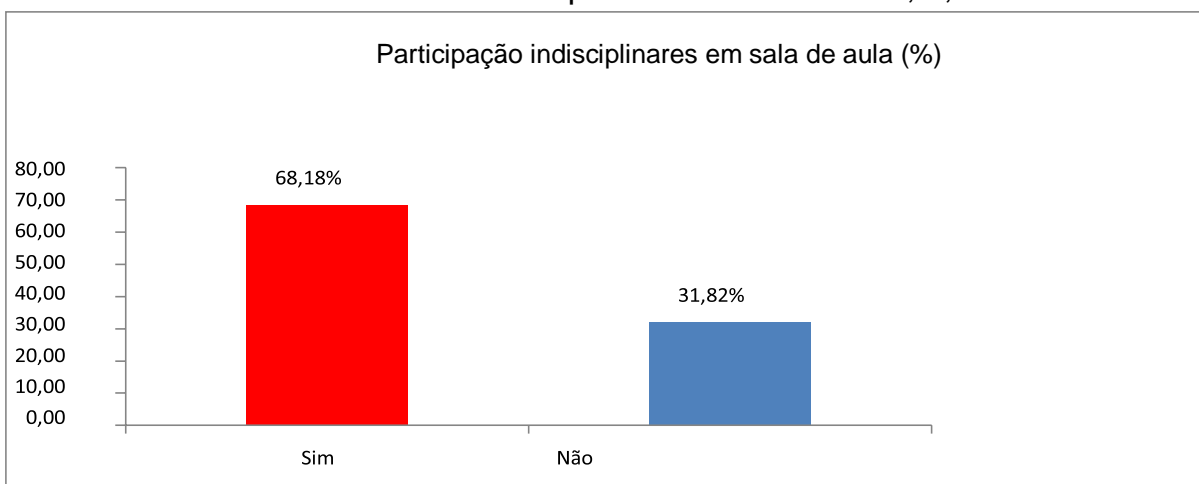
4ª Etapa

A palestra com a coordenadora pedagógica, da instituição em pesquisa, sobre “Atitudes de indisciplina e a violência gerada pela mesma”, deu-se a partir da ideia de demonstrar que a falta de disciplina significa que algo não vai bem, e que a falha pode estar nas relações, e não nas pessoas. A indisciplina na escola, segundo os educadores, é um dos maiores problemas enfrentados no ambiente escolar.

É preciso apostar em práticas mais concretas, onde os alunos se sintam mais motivados e menos indisciplinados. É importante ressaltar que a família falha em relação à disciplina, pelo modo de educá-los, pela convivência familiar e pelo modo com que são tratados em casa, de forma rude e desrespeitosa, por alguns

entes. Muitas vezes buscam a escola como refúgio para se “libertar” e fazer o que sentem vontade. Após a palestra com as turmas dos 6º anos do Ensino Fundamental II, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Caboclo Bernardo”, os alunos responderam a um questionário sobre indisciplina escolar, conforme análise apresentada a seguir:

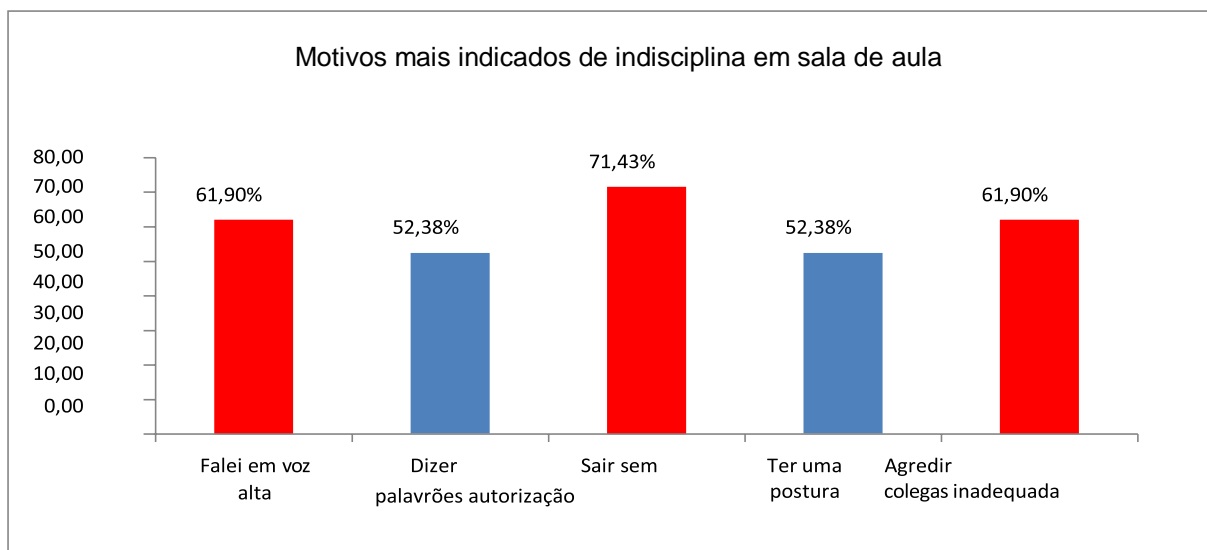
Gráfico 6 – Alunos indisciplinados dos 6º anos 1, 2, 3 e 4



Constatou-se, pelas respostas, que os alunos se percebem como indisciplinados em sala de aula, em maioria (68,18%) e a minoria (31,82%) se colocam como disciplinados. Dessa forma, os atos de indisciplina ocorrem com a autoavaliação dos próprios estudantes, eles têm noção do que fazem. Entretanto, eles não possuem maturidade para compreender que as atitudes e ações tomadas podem se tornar sérias. Para isso, o professor deve intermediar, explicar e orientá-los quanto ao que é adequada à sua faixa etária, que brincadeiras são compatíveis com os colegas e que é preciso refletir nas brincadeiras, nas formas de tratamento e outras situações que geram a indisciplina no 6º ano.

O gráfico 7 cita os motivos pelos quais os alunos se mostram indisciplinados: falar em voz alta, dizer palavrões, sair sem autorização, ter uma postura inadequada e agredir os colegas. Percebe-se que há um tumulto durante as aulas por conta de tantos problemas que os levam a não ter disciplina. Tal tumulto gera falta de aprendizado, o que acarreta o baixo rendimento e o fracasso escolar. Porém, esses problemas não se iniciam no 6º ano, eles vêm de anos anteriores desde a primeira socialização e o contato escolar.

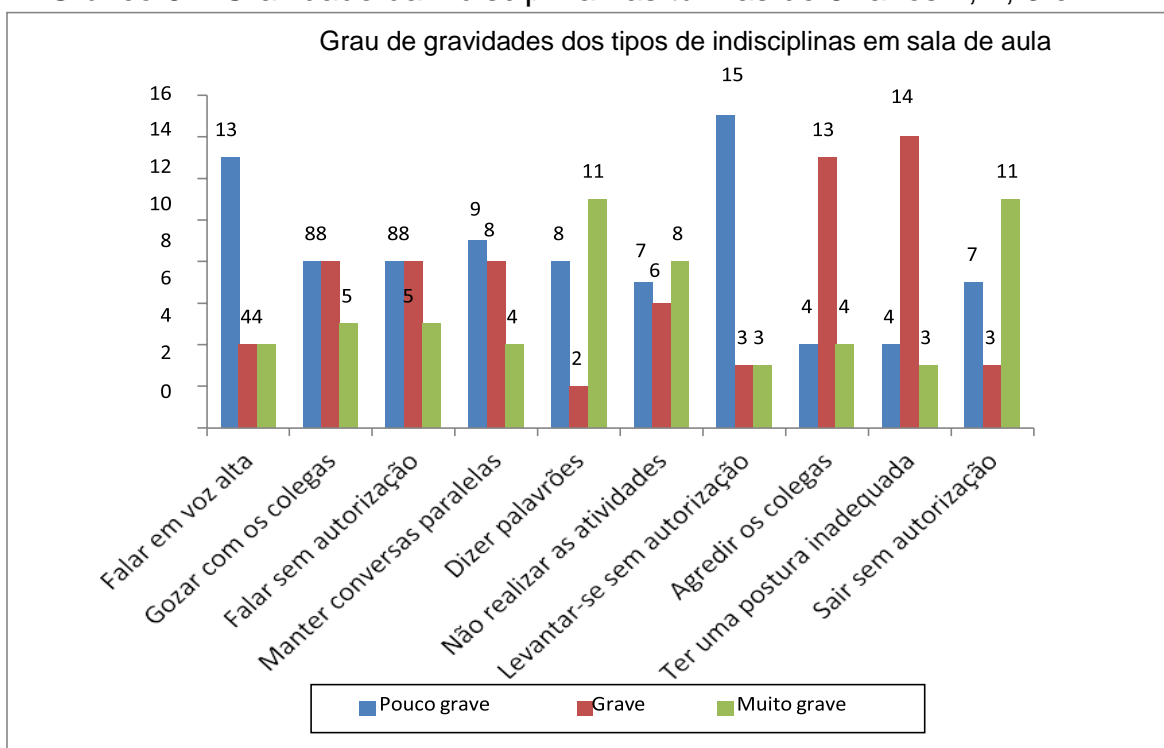
Gráfico 7 – Motivos indicados pelos alunos de 6º anos 1, 2, 3 e 4 que geram a indisciplina



A maioria (71,43%) apontou que o que considera indisciplina é sair sem a autorização do professor. 61,90% indicaram que o que gera a indisciplina em sala de aula é falar em voz alta e agredir os colegas, no mesmo percentual. Por último, com 52,38% indicaram dizer palavrões e ter uma postura inadequada. Dessa maneira, todos esses comportamentos, conforme os alunos pesquisados, geram a indisciplina e está atrapalha seu desenvolvimento e o de toda a turma.

O gráfico 8, a seguir, enfoca a gravidade de cada item que se mostra responsável pelo fracasso escolar. Há um destaque para o item “dizer palavrões” e “sair sem autorização”. Isso indica que os alunos apresentam linguagem informal, o que os leva, ainda mais, ao baixo rendimento na hora da escrita. O fato de sair sem autorização está ligado à falta de limites que vem de casa e se reflete na escola, fala dos próprios alunos, informalmente. Nas opções do gráfico, poderia ser incluído “não faço atividades”, entretanto, há alunos hiperativos e indisciplinados que antes das atitudes indisciplinadas, realizam as atividades, mesmo que incorretamente, só para constar que fizeram.

Gráfico 8 – Gravidade da indisciplina nas turmas de 6º anos 1, 2, 3 e 4

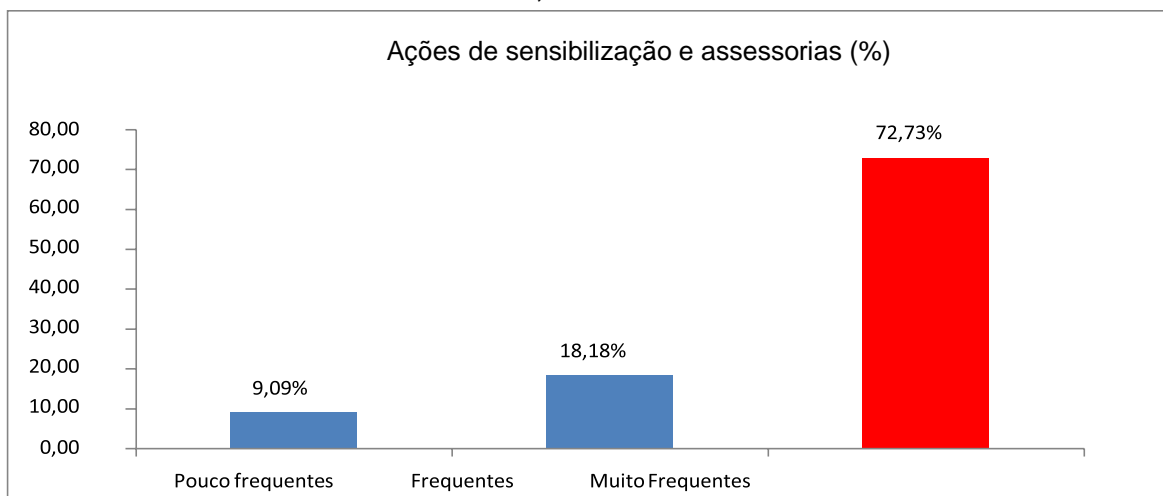


“Agredir aos colegas” e “Ter uma postura inadequada” são indisciplinas graves e com elevada ocorrência, inclusive a agressão é um ato infracional, mas que a escola busca trabalhar de uma forma menos incisiva que a transferência compulsória. São consideradas infrações e além do encaminhamento à coordenação, é relevante que as famílias sejam chamadas à escola para que procurem, através de investigação com profissional específico, a origem do problema e como tratá-lo. Essas atitudes fogem do controle da escola em cuidar, por mais que ela tente promover ações.

A escola busca, sempre, alternativas para diminuir os índices de indisciplina que acontecem durante as aulas. Visando assim um aprendizado eficaz e de qualidade, elevando o nível de aproveitamento escolar.

No Gráfico 9, mostra-se como os entrevistados percebem as ações de intervenção de modo a diminuir a indisciplina.

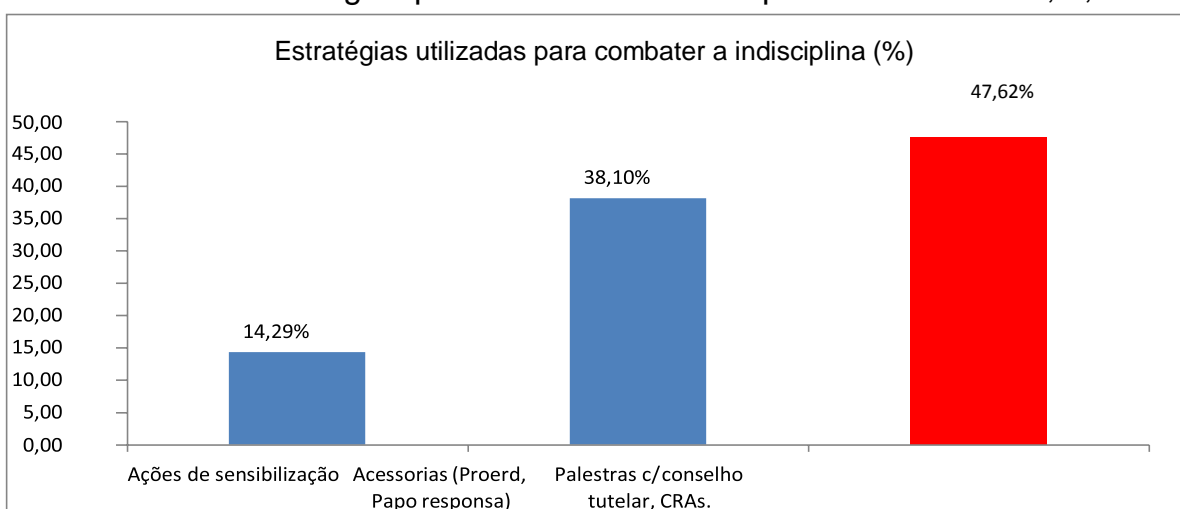
Gráfico 9 – Percepção das ações de sensibilização e assessorias nos 6º anos 1, 2, 3 e 4



Através de muitas alternativas, a escola busca modificar essa realidade. Promove palestras sobre sexualidade, drogas, violência, perspectiva de vida e outros. O Conselho Tutelar também é um aliado da escola, principalmente em resolver casos de violência física ou verbal e também de evasão escolar, ou ainda alto número de faltas. Os projetos ajudam muito, pois levam os alunos à reflexão, para uma perspectiva de vida longe do crime e das drogas.

Há também trabalhos desenvolvidos pelos professores que dão oportunidades para os alunos mostrarem seus talentos e se sentirem valorizados pelo que sabem fazer de melhor.

Gráfico 10 – Estratégias para combater a indisciplina nos 6º anos 1, 2, 3 e 4

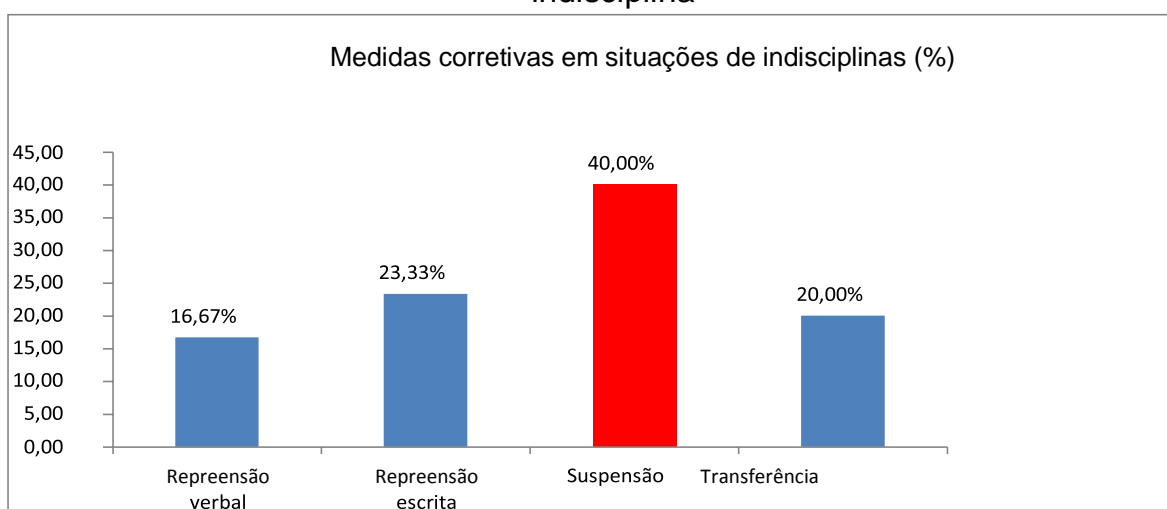


Percebeu-se que a escola busca alternativas que não sejam punitivas,

como forma de diminuir a indisciplina nas turmas de 6º ano. A ação mais utilizada foi (47,62%) palestras com o Conselho Tutelar e com o CRAS; seguidamente, 38,10% indicaram o uso da assessoria do Proerd e de projetos. 14,29% indicaram as ações de sensibilização.

Dentre as medidas corretivas, em situações de indisciplinas, o que mais se destaca é o número de suspensões aplicadas aos alunos. O motivo deste resultado está ligado à gravidade e recorrência das medidas verbais e escritas. Quando a indisciplina ultrapassa os limites do regimento escolar há reuniões com o Conselho de escola para decidir se o aluno tem o direito de permanecer na escola ou se o mais indicado é que ele seja transferido.

Gráfico 11 – Medidas corretivas aplicadas nos 6º anos 1, 2, 3 e 4 em situação de indisciplina



A maioria recebe suspensão das aulas, 40%; 23,33% são repreendidos por ocorrências lavradas; 20% são convidados a receber a transferência; e 16,67% são advertidos verbalmente, no período de realização da pesquisa.

Percebe-se que a escola, apesar de ações voltadas para a formação reflexiva e cidadã dos alunos, em casos extremos, aplica o Regimento Comum das Escolas Estaduais do Espírito Santo.

Cada um dos gráficos oportunizou a compreensão do contexto indisciplinar discente da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Caboclo Bernardo”. Assim, decorre que a prevalência da faixa etária dos estudantes do 6º ano é entre 11 e 12 anos, que destaca a adolescência, momento de muitos conflitos, de dilenas e desafios, fatores que exigem mais atenção dos professores.

No gráfico 2, um índice de 37%, aproximadamente, indicou ser repetente no 6º ano, envolvendo todas as turmas pesquisadas. Dessa forma, a intervenção da escola precisa existir e de forma urgente, pois a missão da escola sempre é alcançar a aprovação do aluno. Quando ocorre o insucesso é motivo para atenção redobrada e tomada de ações que visem a progressão desses alunos e de outros que se aproximarem dessa situação.

A falta de perspectiva descrita no gráfico 3 mostra que as aulas precisam ser ressignificadas, com recursos interessantes e formas mais prazerosas de desenvolver atividades. A metodologia dos professores deve ser alterada, dando margem à inovações que serão muito importantes tanto para quem ensina quanto para quem aprende.

O acompanhamento familiar é outra proposta bastante significativa, pois os alunos de 6º ano ainda são dependentes de seus genitores e precisam de acompanhamento nos estudos e em atividades propostas pela escola. O Ensino Fundamental II é extensão do Fundamental I e, como tal, requer a parceria entre família e escola. O gráfico 4 mostrou que na escola participante da pesquisa, falta aos pais maior envolvimento e participação.

O acompanhamento individual da família e dos professores, aos alunos do 6º ano, que a proposta de “ajudante do dia” auxiliou nessa tarefa, melhorando o cumprimento das tarefas, o que se constatou no gráfico 5.

A falta de limites e a permissividade contribui negativamente para os alunos/turmas acreditarem que está tudo sob o seu controle, e a indisciplina certamente aumenta com esse pensamento. Conforme descrito no gráfico 6, os alunos não têm maturidade suficiente para traçar seus caminhos, eles necessitam do direcionamento de adultos, pois na maioria das vezes são crianças e pré-adolescentes. Dessa forma, professores e pais são os que encaminharão esses estudantes de maneira disciplinada, organizada e feliz.

Os alunos souberam indicar, no gráfico 7, o que gera tumulto e indisciplina em sala de aula, por isso, o planejamento docente e a inserção de projetos anula o tempo ocioso dos alunos. Em casa também devem ter atividades que possam ocupar-lhes o tempo.

Também a gravidade da indisciplina é avaliada pelos alunos, já que sabem que o que fazem é algo correto ou não, o que lhes falta, na verdade, é limite e orientação em saber o que é infração, o que é brincadeira, o que pode ser

realizado e o que não pode, conforme o gráfico 8 insere. Os docentes precisam realizar intervenções nesse sentido, e não apenas aguardar o posicionamento das famílias.

Quando ocorrem as intervenções, os alunos identificam e, na maioria das vezes, se insere nos projetos, palestras, momentos diferentes. O gráfico 9 indica essa percepção e a relevância da inferência da escola.

Outro fator interessante, gráfico 10, é motivar os alunos a participar e divulgar seus trabalhos, ele precisa saber que é capaz e que pode fazer diferente, ser disciplinado e contribuir com o desenvolvimento e qualidade da escola.

As medidas tomadas, corretivas ou não, são momentos em que o aluno é convidado a rever sua postura, e até mesmo a se transferir da escola.

O gráfico 11 destacou que na maioria das vezes, a escola trabalha a melhoria dos alunos e sua reinserção, através de conversa com a família e com o próprio. A escola é espaço de socialização, de troca de experiências, por isso, conhecer e apresentar o conhecimento que cada aluno traz, identificando-o como alguém singular, com seu jeito, seus costumes, mas que tem capacidade para estar no coletivo, tendo sua individualidade respeitada e complementar ao que os outros também trazem e são.

3.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Buscando minimizar as consequências causadas pela indisciplina escolar na educação e na sociedade, a escola e a família podem unir forças para o combate desse problema.

O professor, enquanto formador, deve estar atento aos sinais emitidos pelos alunos, podendo, assim, buscar meios para que essa barreira possa ser destruída.

Sabe-se da importância do entendimento global do aluno em formação para o trabalho em prol de um desenvolvimento satisfatório em termos emocionais, cognitivos, pedagógicos e sociais. A criança passa grande parte de sua vida na escola e lá desenvolve e demonstra muitas de suas habilidades e limitações. É provável que fragilidades emocionais fiquem à mostra na escola. É comum que problemas externos à classe enfrentados pela criança interfiram em seu rendimento escolar cabendo ao professor, quando possível, detectar e denunciar que algo não está bem (ARAMAN, 2009,p.145).

Araman nos explica que a escola passa a ser um espaço em que o aluno

passa grande parte de sua vida, do seu tempo diário. Por isso, ela, na pessoa do professor deve estabelecer momentos de aproximação, principalmente com os alunos que demonstram alguns sentimentos negativos, como agressividade, revolta, irritação constante, choro e outros que indicam que externamente esteja sofrendo ou passando por algum problema.

O estabelecimento de regras dentro da sala de aula, também pode ajudar a diminuir os índices de indisciplina. Seja qual for o ambiente, é necessário que esteja preservado por regras e condutas que regularizem o comportamento e mantenha o ambiente em bom estado. Esse contrato didático deve ser criado com a ajuda dos alunos, visto que, ao deixar que eles mesmos mencionem as regras que deverão ser obedecidas, tudo o que poderá, e o que não poderá, ser feito dentro da sala de aula, o professor, de forma indireta, estará desenvolvendo, neles, o senso de responsabilidade. Tornando-os responsáveis pelos cumprimentos das regras e manutenção do contrato.

Quando o contrato não for respeitado, cabe ao professor dosar as medidas de conscientização conforme a gravidade das ações, sempre tendo cuidado ao abordar esse critério para que não sejam adotadas medidas injustas ou excessivas.

Ao perceber certa tensão nos alunos, durante a aplicação de alguma atividade, é necessário que o professor altere a metodologia, levando em consideração a diversidade social. Recebemos alunos de diferentes personalidades, e é preciso que, quem vai ensinar, conheça a realidade de cada criança. Essa atitude ajudará no processo de chegar mais próximo ao sucesso escolar, evitando os desvios de atenção, problemas de concentração, minimizando a indisciplina.

O professor deve ministrar a aula de forma atraente, através de metodologias inovadoras e criativas, rompendo com as atividades de rotina. Sempre buscar o aperfeiçoamento, o replanejamento, a formação continuada, a especialização. Visando melhorar o trabalho docente e atingir os objetivos educacionais.

Nesse contexto, é preciso resgatar a imagem do professor e valorizar o seu importante papel na escola e na sociedade. O professor deve ensinar o aluno a aprender a aprender, deve promover a formação de um aluno ativo, sujeito da sua ação. Para que isso ocorra, é preciso que o professor seja integrador, comunicador, questionador, criativo, colaborador, eficiente, flexível, produtor de conhecimento e comprometido com as mudanças do seu tempo. Entretanto, se a sua prática for conservadora, irá

contribuir para a manutenção dos valores tradicionais da sociedade e pouco poderá avançar na formação de alunos críticos. Sendo o professor um agente de mudança, e sabendo que toda inovação encontra resistências que exige a organização, podemos nesse processo enfatizar a importância do planejamento de ensino, como fundamento de toda ação educacional, como forma de gerenciar as mudanças (VAGULA, RAMPAZZO e STEINLE, 2009,p.23).

Os autores citados nos explicam que o professor deve ser um profissional ressignificado, desmistificando a figura tradicional e se colocando no atendimento às necessidades dos alunos, não apenas em âmbito de ensino, mas também afetivas, de aconselhamento, de atenção, de maneira a que a formação discente seja humanizada.

O professor que prepara bem suas aulas sofre menos com os problemas de mau comportamento dos alunos. É inadmissível uma prática docente voltada à improvisação, pois desestimula o interesse pelo aprendizado. Saber o que vai realizar em cada momento quando se estiver dentro da sala de aula, simboliza o planejamento antecipado e bem elaborado, podendo trazer momentos agradáveis para o desenvolvimento.

Quando o professor procura estudar mais sobre o processo de desenvolvimento humano, com certeza terá mais facilidade no momento de elaborar seu plano de aula, buscando sempre adequar seus conteúdos e metodologia a faixa etária da turma. Sobre o planejamento temos a contribuição de Libâneo (2014): a partir da importância do planejamento escolar, define as principais funções do mesmo:

- 1) esclarece sobre princípios, diretrizes e procedimentos do trabalho docente, articulando as atividades da escola e as exigências do contexto;
- 2) estabelece o posicionamento filosófico, político-pedagógico e profissional e relacionado com as ações a serem realizadas na escola e na sala de aula;
- 3) pretende garantir a racionalização, organização e coordenação do trabalho docente, voltado para um ensino de qualidade, evitando a improvisação e a rotina;
- 4) define objetivos, conteúdos e métodos a partir do contexto social, de modo a contemplar a comunidade e os alunos nas suas individualidades;
- 5) mantém a unidade e a coerência do trabalho pedagógico, relacionando com o plano de ensino do professor, respondendo para que ensinar (objetivos), o que ensinar (conteúdos), a quem ensinar (público-alvo), como ensinar (metodologias) e como avaliar (avaliação);
- 6) atualiza os conteúdos do plano, quando necessário;
- 7) facilita o planejamento das aulas (LIBÂNEO, 2014, p. 122)

Libâneo nos esclarece em sua fala anterior que o professor deve ter seu planejamento escolar pautado não apenas em conteúdos programáticos, mas em

atividades e estratégias que permitam aos alunos se sentirem pessoas num mundo e construção. O saber pedagógico não pode ser desvinculado do humanitário, do social, pois o aluno é um cidadão e sua aprendizagem é relevante para a transformação da sociedade e do mundo que o cerca.

A postura profissional do educador deve demonstrar o controle emocional mesmo durante os momentos de conflitos. O tom de voz também pode contribuir no combate à indisciplina. Mantendo-se calmo ao falar com os alunos demonstrará controle diante da situação, fazendo com que, no momento que o professor necessitar aumentar o tom de voz, certamente conseguirá reter a atenção dos estudantes. Ou seja, se toda vez que for se dirigir aos alunos o professor utilizar um alto tom de voz, fará com que eles se acostumem e não terá mais como controlar a situação. Lembrando que isso também prejudicará a saúde vocal do educador futuramente.

O ato inadequado de um aluno, dentro das dependências de seu respectivo estabelecimento de ensino será considerado como ato de indisciplina, se não houver no ordenamento jurídico descrição de tal ato como ilícito penal. Ressaltando que as sanções disciplinares previstas no regimento interno não podem afrontar o princípio fundamental e constitucional, que assegura a todo cidadão, em especial a crianças e adolescentes, o direito de acesso e permanência na escola.

Além disso, o presente trabalho visa provocar mudanças nas relações da escola com a sociedade, aproximando a comunidade das instituições de ensino e dos educadores. E, ainda, envolver os jovens na elaboração e execução de projetos educacionais e sociais, preparando-os para um melhor exercício da cidadania.

A transição dos alunos do 5º para o 6º ano deveria ser algo progressista e natural, pois ele não conclui os anos e iniciais e inicia uma nova etapa. Ao contrário, ele continua a estudá-lo, os anos finais representam um segmento de conclusão do Ensino Fundamental.

É preciso que as escolas reconheçam cada uma das etapas (1º ao 5º e 6º ao 9º) para também não se utilizarem de falas como “quando você estiver no 6º ano”; ou “vocês precisam estudar para ir para o 6º ano”...como se isso fosse difícil, complicado e penoso.

Importa que seja uma transição tranquila, de maneira que o aluno não sinta tanta diferença, que ele seja bem acolhido e consiga alcançar os objetivos pessoais e os da escola.

3.5 PRODUTO FINAL

O Produto final desta dissertação foi pensado em forma de Projeto. Entende-se que apesar de fatores como a faixa etária, a ausência da família na vida escolar dos alunos, as metodologias de ensino pouco atrativas para os alunos do 6º ano, falta, à escola, desenvolver uma intervenção em âmbito social, em que os alunos desta série possam se sentir à vontade na escola e felizes junto aos demais com que convive este espaço.

Assim, o Projeto “Gentileza gera gentileza” (Apêndice 3) é uma maneira de trabalhar a diversidade, a aceitação de si e do outro e minimizar as divergências surgidas com a chegada da adolescência.

A ideia é de realizar o projeto de junho a dezembro, pois seis meses são suficientes para seu início.

Os responsáveis por sua organização e realização são a diretora, as pedagogas, os professores, alunos e os pais participarão, quando necessário.

O projeto ainda não é uma realidade na escola pesquisada, mas uma projeção do que se pode fazer para minimizar as fraquezas e melhorar as potencialidades dos alunos, professores, pais, enfim, de todos os envolvidos na educação daquela instituição.

4 CONCLUSÃO

O desafio apresentado nesta pesquisa foi o de escolher uma perspectiva dentre as muitas que compõem essa temática que fosse compatível com a realidade local da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Caboclo Bernardo”, no Município de Aracruz, com o desejo de saber mais sobre o tema e o contexto envolvendo a indisciplina escolar.

Através da pesquisa bibliográfica, entre outros aspectos, percebeu-se que o processo de combate à indisciplina pode ser considerado um dever social, não apenas escolar. O plano de ação pedagógica visa contribuir para a redução dessa prática de indisciplina e violência na escola “Caboclo Bernardo”. O papel do professor e da família é identificar essas ações inadequadas e, juntamente com a administração da escola, buscar maneiras de romper com esses atos.

A sociedade de hoje está à beira da negligência e a educação das crianças é a principal maneira de tentar minimizar os impactos causados pela indisciplina e violência. O problema de estudo foi respondido quando autores e a pesquisa de campo indicaram que para cuidar das novas gerações, é necessário um olhar mais atento às suas necessidades na busca de um futuro melhor. Construir uma relação de afeto e respeito entre aluno, escola e família é indispensável nesse processo de novos começos, o que Tiba (2006) mostrou ser o caminho, o diálogo, os projetos e os bons exemplos, muito mais do que ações coercitivas e punitivas.

Todo o aporte teórico adquirido durante a construção do referencial, sobretudo, foi realizada uma intensa pesquisa bibliográfica envolvendo autores que investigam o assunto, discussões durante as aulas e atividades de orientações e considerando que é relevante ouvir os alunos, professores sobre o tema, por isso, o objetivo geral foi alcançado.

Também alcançando os objetivos específicos, houve necessidade de se promover momentos em que todos os docentes refletissem sua própria prática pedagógica; discutindo com a comunidade escolar a importância de vivenciarem relações interpessoais; a construção coletiva do contrato didático; direcionamento da atuação da comunidade escolar diante das situações de indisciplina nos alunos; palestras para os pais, com a participação da psicóloga, assistente social, conselheira tutelar, CRAS e docentes; discussão sobre o conceito de ética e cidadania com todos os alunos dos 6º anos do Ensino Fundamental II.

Assim, o trabalho contribui para o conhecimento científico, apresentando a indisciplina escolar na perspectiva dos alunos, ou seja, o que seria indisciplina, suas causas, possíveis formas de enfrentamento, significados e intencionalidades e pessoas que estariam envolvidas em questões de indisciplina na escola, bem como fornecer elementos para que os educadores ampliem as percepções sobre o tema. Também contribui com educadores, especialmente professores, mostrando-lhes que os alunos são capazes de perceber pontos fracos no processo de aula porque é importante que os professores busquem entender melhor o significado de indisciplina, aprendendo a reconhecer as necessidades que ela pode ter se comunicando. Assim, entendemos que a indisciplina se apresenta como desafio para as escolas. Como afirma Garcia (1999, p. 107), mais do que transformar nossas escolas precisam se reinventar.

É preciso que os pais compreendam que a escola é um espaço tão seu quanto dos seus filhos e confiar nela, e no trabalho dos professores, é fundamental, ainda mais considerando que não têm tempo para estar tão presentes. Participar de reuniões, eventos e de atividades escolares dos filhos são formas relevantes e cruciais em seu desenvolvimento, pois os estudantes se sentem mais assistidos pela família, sabendo que está presente em momentos de sua vida acadêmica. A escola também se respalda em promover ações que integrem a família à escola, com momentos de informação, lazer e cumplicidade.

Outro fator interessante é a falta de cobrança dos filhos por parte dos pais, pois se o tempo se passa e não se recebem comunicados da escola, certamente algo está errado; nesse sentido, entrar em contato com profissionais da escola poderia sanar as possíveis dúvidas em relação ao não recebimento de bilhetes ou outra forma de comunicação. Muitos pais imaginam que o fato de os filhos estarem se tornando adolescentes e ingressando nos anos finais do Ensino Fundamental, tenham se tornado “independentes” e autônomos, não precisando de seu auxílio. O que não condiz, pois o adolescente tem tanta necessidade de acompanhamento quanto a criança.

Destaca-se que os pais dão muito valor ao trabalho docente e da escola quando as notas são boas e a disciplina também; se esquecendo que a nota boa também é consequência de sua atuação e da disciplina aprendida em casa, pois em casa quem organiza, direciona e cobra o horário de estudo são os pais, mesmo ausentes há como fazer, e este deve ser diário. Assim, a escola precisa mostrar

à família em momentos criados por ela (gincana, passeios e outros) que o sucesso e desenvolvimento dos filhos é em consequência do trabalho conjunto entre ela e a escola.

Na realidade, poderia se levantar hipóteses e mais hipóteses sobre essa breve constatação dos pais na vida de seus filhos, porém as respostas já indicam, por si, tudo o que se desejava, que a escola vem trabalhando quase que sozinha e não recebe o valor que deveria ter. Que a família se esquivava de uma responsabilidade que é unicamente sua e que ser dever é participar ativamente e em parceria na vida familiar dos filhos.

Em relação à atuação da instituição escolar, sugere-se que as reuniões e/ou eventos realizados sejam bem dinâmicos, com momentos interativos (o que na maioria das vezes os pais ficam apenas de ouvintes), com sorteio, lanche e que despertem a participação cada vez maior das famílias, pois essas ações se propagam e certamente a escola conseguirá atingir seu maior objetivo, que é a participação e auxílio dos pais no desempenho acadêmico e na disciplina de seus filhos.

Por fim, experimentar todas essas situações foi muito importante, enriqueceu a pesquisa e também refletiu favoravelmente nas atividades didáticas desenvolvidas na escola e com os alunos. O resultado alcançado foi visível, a maioria dos alunos demonstraram mais responsabilidades e interesse e chegaram ao final do 2º trimestre com condições de um rendimento melhor.

Como sugestão para trabalhos futuros, é preciso que se desenvolvam pesquisas para analisar como os alunos percebem essa transição e de que maneira ela pode ser minimizada, na versão discente.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, M. das G. **Violências nas Escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

AQUINO, Júlio Groppa. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In:__. *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998. p. 39-55

ARAMAN, Elaine Maria de Oliveira. **O trabalho do Pedagogo nos espaços educativos**. 1 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

BELFORD, VITOR. **Profeta Gentileza – Documentário**. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=1Cs883NS88E>>. Acesso em 15.07.2019.

BOCK, A. M. B. et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral a busca dos fundamentos**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. **LEI Nº. 13.005/2014 Plano Nacional de Educação** – Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 20 de maio de 2020.

_____. **LEI No. 9.394/96 DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – Cortesia da EB Editora do Brasil S/A**.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª série)**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2019.

CAINELLI, Marlene Rosa. **Entre continuidades e rupturas: uma investigação sobre o ensino e aprendizagem da História na transição do quinto para o sexto ano do Ensino Fundamental**. São Paulo, 2011.

CAJADO, Octavio Mendes. **Dinâmica da adolescência**. 2 ed. Cultrix: São Paulo, 1968.

Carta Capital. **O que está por trás da indisciplina escolar?** Disponível em:<<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/o-que-esta-por-tras-da-indisciplina-escolar/>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

CHIARATTI, Fernanda Germani de Oliveira; GONÇALVES, Carlos Eduardo de Souza; RICIERI, Marilucia. **Psicologia da Educação: desenvolvimento e aprendizagem.** 1 Ed. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2014.

COLOMBIER, C.; MANGEL, G.; PERDRIault, M. **A violência escolar.** São Paulo: Summus, 1989.

CREMA, Roberto. **Análise transacional centrada na pessoa e mais além...** São Paulo: Ed. Agora, 1985.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e construção: elementos mitológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** São Paulo: Cortez, 2003

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa.** 3 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1999.

ESTEVES, Jose M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento.** São Paulo: Moderna, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 35. Ed. São Paulo: Terra e Paz. 2007.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas.** São Paulo: Ática, 1999.

GARCIA, Joe. Indisciplina na escola. **Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba,** n. 95, p. 101-108, jan./abr. 1999.

GIL, Antonio Carlos, **Como elaborar projeto e pesquisa,** pag.40, 2017.

GRILLO, M. O professor e a docência: o encontro com o aluno. In: ENRICO NED. (Org.) **Ser professor.** 4. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. P73-89.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva.** 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1962.

MAKARENKO, Anton. Livros dos Pais II. Livros Horizonte. Coleção Horizonte Pedagógico. Reimpressão em 1992.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTE, Marisa .

Gentileza.

Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=mpDHQVhyUrY>>. Acesso em 15 jul. 2019.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez. 2000.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar**: Histórias de Submissão e Rebelia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

PENIN, S.T.S. **Processo de construção do conhecimento do professor sobre o Ensino**: algumas mediações. Livre Docência, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

PIRES, Dorotéia Baduy. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. Educ. Soc., Campinas, v. 20, n. 66, Abr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 10 mai. 2019.

RANGEL, Mary. **Métodos de Ensino para a Aprendizagem e a Dinamização das Aulas**. São Paulo: Papyrus, 2003.

RAMPAZZO, Sandra Regina dos Reis; STEINLE, Marlizete Cristina B.; VAGULA, Edilaine. **Organização e didática nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 1 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

SOUSA, Olívia Maria Costa Grangeiro de; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. **Psicologia em estudo**. vol.13 no.4 Maringá Oct./Dec. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000400009. Acesso em 10 de maio de 2020.

VAGULA, Edilaine; RAMPAZZO, Sandra Regina dos Reis; STEINLE, Marlizete Cristina. **Organização e Didática nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

VYGOTSKY, L.S. **Obras Escogidas**, Vol. III. Madrid: Visor, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS DOS 6ºS ANOS DA EEEFM
CABOCLO BERNARDO

Aluno: _____ Turma: 6ºano _____

1 - Sexo:

() Masculino () Feminino

2 - Qual a sua idade?

() 10 anos () 11 anos () 12 anos () 13 anos () 14 anos () 15 anos

3 - Como é seu interesse em aprender os conteúdos?

() Sou muito interessado. () Sou desinteressado.
() Demonstro interesse algumas vezes. () Demonstro interesse raras vezes.

4 - Para você estudar é:

() Importante () Não é importante () Não deveria existir na escola

5 - Você possui dificuldade em aprender algum conteúdo nas disciplinas?

() Sim () Não

Qual? _____

6 - Você já reprovou em alguma disciplina?

() Sim () Não

Quantas vezes? _____

Em quais as disciplinas? _____

Em qual ano/série? _____

7 - Em sua opinião as avaliações deveriam ser atravésde:

() Provas () Trabalhos em sala () Trabalhos em casa
() Trabalho em grupo () Não deveriam existir.

8 - Os seus professores realizam algum trabalho diferenciado com os alunos

que apresentam dificuldades em compreender os conteúdos?

() Sim () Não

Quais? _____

9 - Os professores realizam atendimento individual para os alunos que apresentam dificuldades em compreender os conteúdos?

() Sim () Não

Quais? _____

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DOS 6ºS ANOS DA
EEEFM CABOCLO BERNARDO

Professor(a): _____ Disciplina: _____

1 - Como você vê o fracasso escolar no ensino-aprendizado dos alunos dos 6º anos da escola Caboclo Bernardo?

2 - O professor, como organizador da aula, é o principal responsável pela prevenção da indisciplina em contexto de aula? Porquê?

3 - Por que motivo os alunos adotam comportamentos indisciplinados?

4 - Como você conduz a turma para incluir os indisciplinados?

5 - Qual sua atuação face às situações de indisciplina?

6 - Qual deve ser o papel do aluno no estabelecimento das regras impostas na sala de aula?

7 - A família desses alunos contribui para um bom aprendizado?

APÊNDICE 3 – PROJETO GENTILEZA

Profeta Gentileza – Gentileza Gera Gentileza
resumos.netsaber.com.br/resumo-136478/profeta-gentileza-gentileza-gera-gentileza.
Autor Claudio Lara. 08.10.19

O nome de “Profeta Gentileza” foi escolhido porque vivia pregando o amor, a paz e jamais dizia a palavra “obrigado”, pois dizia que obrigado vinha de obrigação e preferia dizer “agradecido” e falava sempre “por gentileza”.

O profeta “José Datrino” era um empresário de transportes quando no início da década de 60 um circo pegou fogo em Niterói vitimando centenas de pessoas dois dias antes do Natal. Gentileza, naquele dia, disse ter ouvido “vozes” mandando largar o capitalismo e todo apego material.

O futuro profeta então pega um dos seus caminhões e parte rumo a Niterói e durante anos fez das cinzas e das marcas do incêndio no chão, uma plantação de flores.

Durante anos Gentileza passa a pregar nas barcas Rio-Niterói e deixa uma marca para sempre na cidade. Gentileza pinta mensagens de paz, amor e gentileza nas pilastras do Viaduto do Caju – o lugar mais cinza, feio e sem vida da cidade. Avenida do Cemitério até a Rodoviária fica com seus dizeres marcantes pintados em preto, verde, amarelo num fundo branco. As mensagens eram pintadas no alto para serem lidas pelas pessoas mais humildes que chegavam de ônibus da baixada e de Niterói.

Muitos estranhavam a forma singular de sua escrita e não entendem até hoje, mas ele escrevia muitas palavras de forma diferente. Amor com um R era amor material Amorr com três R era um R do Pai, um R do filho e um R do Espírito Santo.

Ele pintava as dezenas de pilastras da avenida e acabava por promover uma das maiores intervenções urbanas de arte na cidade do Rio de Janeiro.

Um certo dia, as “autoridades” mandaram cobrir todo o trabalho de Gentileza com tinta cinza. Só aí, então, as pessoas acordaram surpresas com a reação da sociedade, pois cada um pensava que só ele gostava de ler as mensagens de Gentileza.

Pessoas, então, de destaque se levantam contra a violência das autoridades de apagar o trabalho e a “Arte de Gentileza”.

- O profeta Gentileza hoje é nome da Praça da Rodoviária, bem ao lado de sua arte restaurada.

- Sua vida virou filme livro e tese em faculdades.

- Uma ONG é criada no Rio – Rio de Gentileza.

- A Escola de Samba Grande Rio fez de Gentileza seus Enredos, na época, através das mãos de Joãozinho Trinta.

Para realização desse projeto, os alunos foram levados ao auditório da escola, em dia letivo durante 04 horas, para assistirem ao documentário, conforme relato acima. Eles sentiram-se bastante à vontade e vibraram com a reportagem.

Em seguida, houve a distribuição da letra da música “Gentileza” da cantora Marisa Monte e, apresentado o vídeo clip da música e todos cantaram com muita emoção várias vezes e, para finalizar foi entregue um questionário, contendo cinco perguntas relacionadas ao projeto, conforme abaixo:

A seguir são apresentadas perguntas do questionário que os alunos participarão num momento de debate:

1ª) O que é gentileza?

Aluno 1:

Aluno 2:

Aluno 3:

Aluno 4:

2ª) Gentileza é um ato em extinção no mundo em que vivemos hoje?

Aluno 1:

Aluno 2:

Aluno 3:

Aluno 4:

3ª) Existem espaços para a gentileza na escola?

Aluno 1:

Aluno 2:

Aluno 3:

Aluno 4:

4ª) Que atos de gentileza são possíveis identificar na escola?

Aluno 1:

Aluno 2:

Aluno 3:

Aluno 4:

5ª) O que podemos fazer na escola para que se tenha um ambiente mais gentil?

Aluno 1:

Aluno 2:

Aluno 3:

Aluno 4:

E, de acordo com os relatos apresentados, esse projeto será de grande valia na vida dos alunos, pois ensinará que a ética na escola é de fundamental importância. As atividades desse projeto, como: a reportagem, a música e o questionário, trabalharão a ética na escola, o que gerará bondade, amor e paz ao próximo. E, também, ajudará na memorização e desenvolvimento de diversas habilidades, como, por exemplo, “os valores”, assim como facilitará a comunicação harmoniosa e ajudará na disciplina dos alunos.

Cenas do vídeo a ser apresentado para os alunos no auditório

O profeta Gentileza nas artes:

- Em 2001, o Profeta Gentileza foi o enredo do G.R.E.S Acadêmicos do Grande Rio, carnaval do Rio de Janeiro.
- Gentileza foi homenageado na música pelo compositor Gonzaguinha, nos anos 1980 e também pela cantora Marisa Monte, nos anos 1990. As duas canções levam o nome *Gentileza*.
- Em 2009, o profeta foi interpretado em participação especial pelo ator Paulo José, na novela Caminho das Índias, exibida pela Rede Globo de Janeiro a Setembro de 2009.



Conhecido por carregar um estandarte com as mensagens pintadas à mão, o Profeta Gentileza recebeu este apelido depois de consolar familiares das vítimas de um incêndio, nos anos 1960, no Rio

Foto: Facebook / Reprodução



Gentileza passou a percorrer as ruas da capital fluminense nos anos 1980 para levar sua palavra de amor, bondade e respeito ao próximo. Era assim nos ônibus, praças, pontes, praias, calçadões e até nas apinhadas barcas da travessia Rio-Niterói


Foto: Facebook / Reprodução

A proposta é apresentar o projeto aos alunos como forma de compreensão das regras.

A cada semana um grupo será convidado a trabalhar com as turmas de 6º ano um tema que gera gentileza. Durante 06 meses. Ao final do projeto, no mês de dezembro, a escola deve promover uma mostra dos trabalhos, palestras com convidados (líderes religiosos, psicólogos, pais, etc.) e uma confraternização.

ANEXOS

ANEXO 1 – REGISTRO PARA AJUDANTE DO DIA

 Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Caboclo Bernardo"	
PROFESSORES: TODOS	2º TRIMESTRE/ANO 2019
DISCIPLINAS: TODAS	TURMA: 6 ANO (1)
ALUNOS	REGISTRO AJUDANTE DO DIA
	ALUNOS QUE NÃO ESTÃO CONTRIBUINDO PARA O BOM RENDIMENTO NA SALA DE AULA
	PERÍODO: ____/____/____
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

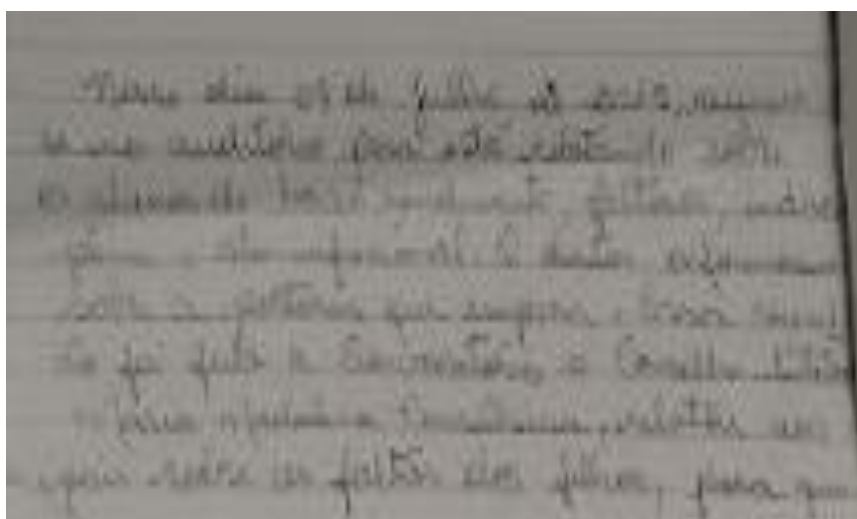
LEGENDA:	
	FALTOU
	MUITA CONVERSA
	FICOU ATRASADO NAS TAREFAS.
	NÃO FEZ A TAREFA DE CASA.
	ESQUECEU O CADERNO E/OU LIVRO EM CASA.
	PARABÉNS! CONTINUE ASSIM.

ANEXO 3 – ATAS DE REUNIÕES NA ESCOLA

A ação de criar a estruturação do termo de compromisso, frequência e aprendizagem escolar, mediante palestras para os pais, e com a participação da psicóloga, assistente social, conselheira tutelar, CRAS e docentes, é construir um vínculo de parceria entre as partes e relatar a situação dos alunos de baixo rendimento, faltosos, indisciplinados e causadores de ato-infracional.

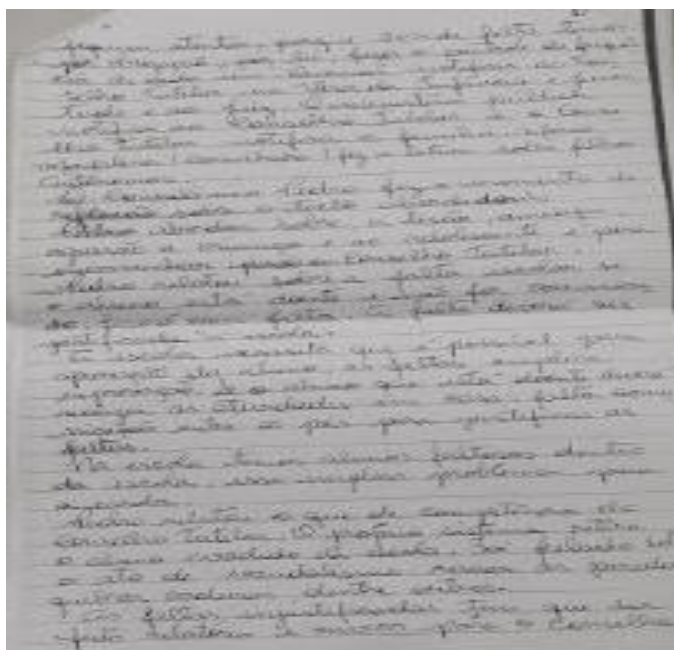
A seguir recorte da ata (folha 1, 2, 3 e 4) e o espelho digitada pela autora da pesquisa, realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental “Caboclo Bernardo”:

Folha 1



“Nesse dia, 08 de julho de 2019, reuniram-se no auditório para estar relatando sobre os alunos de baixo rendimento, faltosos, indisciplinados e com ato-infracional. O diretor informou sobre a portaria que ampara. Essa reunião foi feita a convocatória o conselho tutelar. Maria Madalena, conselheira, relatou aos pais sobre as faltas dos filhos, para que”.

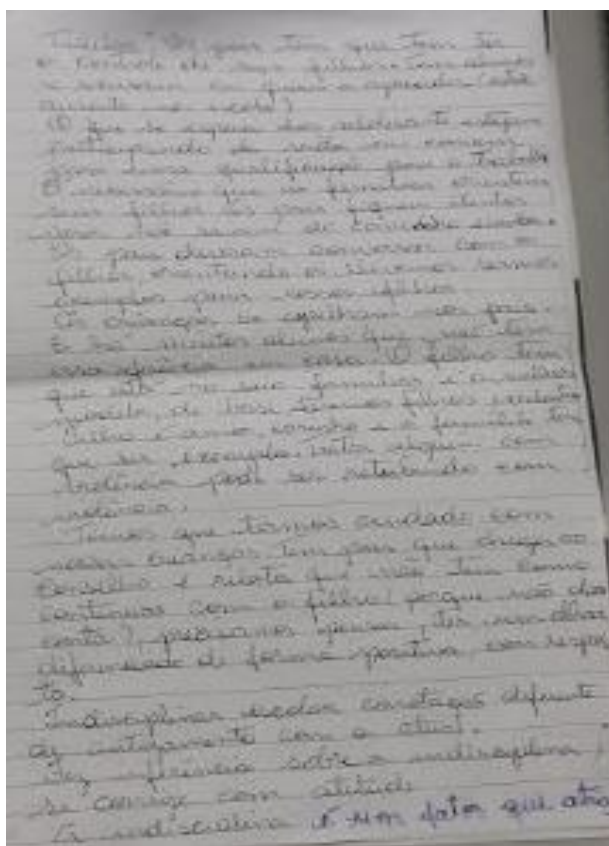
Folha 2 (falta)



“Fiquem atentos, porque 30% de falta temos por obrigação, por lei, fazer o controle de cada um. Devemos notificar ao Conselho Tutelar, a Vara da Infância e Juventude e ao Juiz. O ministério público notifica ao Conselho Tutelar e o Conselho Tutelar notifica a família. Maria Madalena (Conselheira) fez a leitura sobre filhos autônomos.

O Conselheiro Pedro fez o momento de reflexão sobre o texto abordando: Pedro abordou sobre a lesão, ameaça, agressão à criança e ao adolescente é para encaminhar para o Conselho Tutelar. Pedro relatou sobre a falta escolar se o aluno está doente e não for comunicado, ficará com falta. A falta deverá ser justificada à escola. A escola necessita que é possível para aprovação do aluno, as faltas implicam reprovação. Se o aluno que está doente deverá realizar as atividades em casa: falta comunicação entre os pais para justificar as faltas. Na escola temos alunos faltosos dentro da escola, isso implica problema para a escola. Pedro relatou o que de competência do Conselho Tutelar. O próprio sistema retira o aluno evadido da escola. Foi falado sobre o ato de vandalismo: riscar as paredes, quebrar cadeiras, dentre outros. As faltas injustificadas tem que ser feito relatório e enviar para o Conselho Tutelar”.

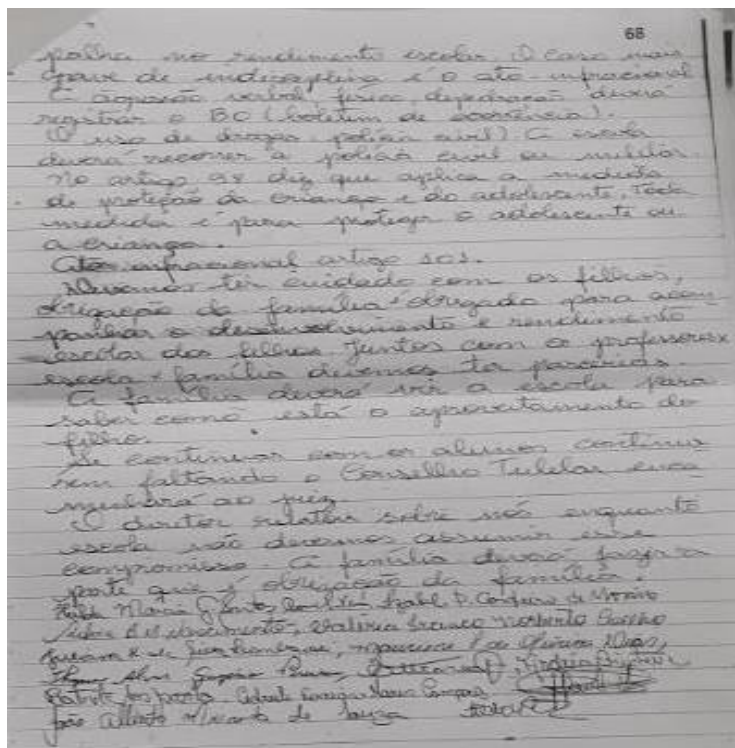
Folha 3



Os pais tem que ter o controle de seus filhos. Tem alunos que se recusam em querer aprender (estão ausentes na escola). O que se espera dos adolescentes estejam participando da vida em comum para uma qualificação para o trabalho. É necessário que as famílias orientem seus filhos. Os pais fiquem atentos para que não saiam do caminho escolar. Os pais deveriam conversar com os filhos, orientando-os. Devemos ser exemplos para nossos filhos. As crianças se espelham nos pais. E há muitos alunos que não têm essa referência em casa. O filho tem que estar no seio familiar é o melhor modelo, de base, teremos filhos excelentes. Filho é amor, carinho e a família tem que ser exemplo. Tratar alguém com violência pode ser retribuído com violência.

Temos que ter cuidado com nossas crianças. Tem pais que chegam ao conselho e relatam que não têm como continuar com o filho (porque não dá conta), precisamos pensar, ter um olhar diferenciado de forma positiva, com respeito. Indisciplinar escolar conotação diferente de antigamente com a atual. Fez inferência sobre a indisciplina, se corrige com atitude. A indisciplina é um fator que atrapalha o rendimento escolar. O caso mais grave de indisciplina é o ato infracional.

Folha 4



polícia no rendimento escolar. O caso não
 grave de indisciplina e o ato infracional
 (agressão verbal, física, depredação, dano)
 registrar o BO (Boletim de Ocorrência).
 O uso de drogas (polícia civil). A escola
 deverá recorrer à polícia civil ou militar.
 No artigo 98 diz que aplica a medida
 de proteção da criança e do adolescente, toda
 medida é para proteger o adolescente ou
 a criança.
 Ato infracional artigo 101.
 Devemos ter cuidado com os filhos,
 obrigação da família obrigada para acompanhar
 o desenvolvimento e rendimento
 escolar dos filhos juntos com os professores
 escola x família devemos ter parcerias.
 A família deverá vir a escola para
 saber como está o aproveitamento do
 filho.
 Se continuar com os alunos continues
 sem faltando o Conselho Tutelar encaminhará
 ao juiz.
 O diretor relatou sobre nós enquanto
 escola não devemos assumir esse
 compromisso. A família deverá fazer a
 parte que é obrigação da família.
 Mãe Maria Fátima, Diretora da Escola de Ensino
 Fundamental, Valéria Gomes Roberto Gomes
 Diretora de Ensino, Marlene de Jesus, Diretora
 de Ensino, Patrícia de Jesus, Diretora de Ensino,
 José Alberto de Jesus de Sousa, Diretor de Ensino.